



# Biblioteca Breve

SÉRIE LITERATURA

GUILHERME DE AZEVEDO  
NA  
GERAÇÃO DE 70

COMISSÃO CONSULTIVA

JOSÉ V. DE PINA MARTINS  
Prof. da Universidade de Lisboa

JOÃO DE FREITAS BRANCO  
Historiador e crítico musical

JOSÉ-AUGUSTO FRANÇA  
Prof. da Universidade Nova de Lisboa

JOSÉ BLANC DE PORTUGAL  
Escritor e Cientista

HUMBERTO BAQUERO MORENO  
Prof. da Universidade do Porto

JUSTINO MENDES DE ALMEIDA  
Doutor em Filologia Clássica pela Univ. de Lisboa

DIRECTOR DA PUBLICAÇÃO  
ÁLVARO SALEMA

MARIA DAS GRAÇAS MOREIRA DE SÁ

Guilherme  
de Azevedo  
na  
Geração de 70



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
E CULTURA

*Título*

**Guilherme de Azevedo na Geração de 70**

---

*Biblioteca Breve / Volume 109*

---

1.<sup>a</sup> edição — 1986

---

Instituto de Cultura e Língua Portuguesa  
Ministério da Educação

---

© *Instituto de Cultura e Língua Portuguesa*  
Divisão de Publicações  
Praça do Príncipe Real, 14-1.º, 1200 Lisboa  
Direitos de tradução, reprodução e adaptação,  
reservados para todos os países

---

*Tiragem*

5000 exemplares

---

*Coordenação geral*

Beja Madeira

---

*Orientação gráfica*

Lúis Correia

---

*Distribuição comercial*

Livraria Bertrand, SARL  
Apartado 37, Amadora — Portugal

---

*Composição e impressão*

Oficinas Gráficas da Minerva do Comércio  
de Veiga & Antunes, Lda.  
Trav. da Oliveira à Estrela, 10 — Lisboa

---

Agosto 1986

## ÍNDICE

I / Nota Prévia .....	7
II / De Santarém a Paris: linhas gerais de uma experiência cultural e literária .....	9
III / Um Poeta “assassinado” por um Jornalista? .....	28
IV / Guilherme de Azevedo Jornalista .....	51
Os primeiros passos: a revelação ideológica e literária do escritor .....	51
O Humorista, a caricatura do viver e do sentir nacional .....	67
O Cronista: onde a informação e a digressão se conjugam .....	88
V / Em forma de conclusão .....	120

Notas.....	131
Breve Antologia.....	141
Bibliografia.....	156

## I / NOTA PRÉVIA

A pouca atenção concedida pela crítica moderna a Guilherme de Azevedo jornalista — hoje lembrado quase exclusivamente como poeta — foi um dos motivos que nos levou a encetar o estudo desta faceta quase desconhecida do autor d'*Alma Nova*.

O ensaio mais recente que conseguimos encontrar, neste campo, foi o de Maria Helena Lucas, “Um Jornalista na Geração de 70 — Guilherme de Azevedo”<sup>1</sup>. A restante bibliografia resume-se,  *grosso modo*, a pequenos artigos dispersos. Como traço fundamental destes breves estudos, na sua maior parte assinados por contemporâneos do poeta, destaca-se a preocupação em salientar a fama alcançada pelo jovem santareno como jornalista na sua época. Para alguns, tal acolhimento só foi possível pela forma como Guilherme de Azevedo se empenhou nessa árdua tarefa de improvisar, em meia dúzia de linhas, os vários comentários aos sucessos e insucessos do quotidiano lisboeta; para outros, o segredo residiu na correcção da escrita e no equilíbrio da frase. O seu método de trabalho — constante, ininterrupto, de hábitos errantes; a enorme versatilidade que lhe permitia escrever para vários jornais e revistas simultaneamente, emprestando a cada uma das

participações uma nota diferente; o tom familiar que imprimia ao seu discurso, cujos ditos corriam então de boca em boca; e a intuição com que escolhia, entre os vários núcleos de interesse, aqueles que iam ao encontro do sentido crítico de um público mais atento — eis algumas das explicações apontadas para o seu enorme êxito.

Ajuda necessária à compreensão do êxito de Guilherme de Azevedo, estes depoimentos são, contudo, insuficientes para a justa avaliação desta outra face do escritor. Porquanto elucidativas, as observações dos contemporâneos — os poucos que, afinal, prestaram maior atenção à sua prosa — continuam a deixar na sombra toda uma série de questões. Para além de fornecerem dados geralmente incompletos e, por vezes, falsamente informativos, não alertam, por exemplo, para o valor documental dos textos; não definem os diversos tipos de colaboração do autor; não procuram indagar da existência ou inexistência de uma linha evolutiva no seu itinerário; nem sequer se interrogam acerca da possível coerência ou incoerência ideológica ao longo de onze anos de intenso labor jornalístico.

Tentar preencher este silêncio foi o objectivo desta pequena reflexão. E no final do empreendimento em que nos empenhámos, podemos bem afirmar com Mário Dionísio: “Que grato prazer é [...] buscar o convívio dos Guilhermes de Azevedo, gloriosos na hora em que viveram, logo desprezados e traiçoeiramente ofendidos após a morte, e esquecidos depois e deliberadamente ignorados para o resto dos tempos”<sup>2</sup>.

II / DE SANTARÉM A PARIS:  
LINHAS GERAIS DE UMA EXPERIÊNCIA  
CULTURAL E LITERÁRIA

“Côxo, raquítico, tímido, retraído, encostado à sua bengala, via passar, escondido na sombra, todos esses cortejos triunfantes da sociedade burguesa e, da sombra onde ninguém o via, saía o piparote demolidor, o rabo-leva implacável, a nota aguda da cegarrega trocista.”

ZÉ SEGREDO

“Espírito maléfico, isto é: veia satírica, observação mordaz, conceito vivo e contundente. Espírito maléfico, quer dizer: contrário ao existente e por isso olhando para além: — republicano, socialista, literário; enfim, rebelde.”

TOMÁS DA FONSECA

Bastará a leitura das transcrições anteriores para, rápida e esbatidamente, entrevermos a figura e a personalidade daquele que ficou conhecido na vida literária por Guilherme de Azevedo.

Se o local do seu nascimento nunca foi problemático, figurando entre os santarenos mais

ilustres, o mesmo não poderá dizer-se do ano em que nasceu. Para este facto muito contribuiu o próprio poeta, cujo calcanhar de Aquiles — dizem os biógrafos — era o ser coxo e o já não ser novo, esforçando-se, com uma teimosia um pouco incompreensível, por encobrir o defeito e esconder a verdadeira idade.

Numa carta escrita a Cândido de Figueiredo, enviada de Paris, Boulevard St. Germain, 88, a 14 de Dezembro de 1880, em resposta a um pedido de informação sobre os seus dados biográficos, afirmava Guilherme de Azevedo ter nascido em 1846 e acrescentava ironicamente: “Diplomas literários: — nenhuns. Simples estudos de Humanidades num desumano liceu da terra”<sup>3</sup>.

Malograda, contudo, a intenção do poeta de se aparentar mais novo, a maior parte dos autores que sobre ele escreveram situou o seu nascimento em 1839, por ser esse o ano indicado na certidão de idade. Há mais de vinte anos, em *Santarém, História e Arte*, Veríssimo Serrão, com base no registo de baptismo, apontou 30 de Novembro de 1840 como a verdadeira data do seu nascimento. Mas, quer pelo desconhecimento que se tem desta obra, quer por aquela data se ter sedimentado com o peso dos anos, ainda até há pouco tempo, nos estudos mais recentes, se continuava a indicar 1839 como o ano em que teria nascido o autor d’*A Alma Nova*<sup>4</sup>. Só a recente comemoração do centenário da sua morte veio, finalmente, pôr cobro ao erro e restituir a Guilherme de Azevedo a sua correcta idade.

Quase trinta anos antes de Santarém ser elevada a cidade (1868), Guilherme de Azevedo nascia num prédio modesto de dois andares, na Travessa do Sequeira, n.º 9. Guilherme Avelino de Azevedo Chaves,

seu nome completo, era filho de José Chaves e de Maria da Graça Pratt de Azevedo. O pai, escrivão da Fazenda, encarnava o “tipo tradicional de ‘pater-família’, ríspido, austero, fazendo pesar sobre os seus a tirania de uma vontade inflexível”<sup>5</sup>. E, entre os seus, Guilherme de Azevedo não foi exceção: o pai, sem respeitar a sua inteligência e temperamento, destinou-o a suceder-lhe no emprego que exercia na Repartição de Finanças. Para isso, chegou a recusar o oferecimento feito por Rafael da Cunha — padrinho de Bordallo — de custear inteiramente os seus estudos em Coimbra. Numa palavra, impediu a formação universitária do filho e forçou-o a uma estadia numa terra e num emprego que não se coadunavam com as suas potencialidades e maneira de ser. De temperamento mais moderado era sua mãe, de ascendência inglesa por via materna. A morte veio buscá-la bem cedo, ao dar à luz mais uma menina, Maria Amélia, que não lhe sobreviveu; a vida proporcionou ao jovem Guilherme e aos seus irmãos (José Felício, Júlia Adelaide, Maria Guilhermina e Maria da Piedade) o carinho duma madrasta: Policarpa Nogueira.

É nesta hereditariedade britânica que Elina Guimarães baseia certas características do poeta: “a sua frieza aparente, a sua reserva, a verdadeira aspereza com que dissimulava os pensamentos até aos que mais queridos lhe eram, tudo isto os contemporâneos achavam inexplicável no meridional que ele era, torna-se perfeitamente claro se o ligarmos à tão próxima hereditariedade inglesa”<sup>6</sup>. Do mesmo modo pretende ver, na sua forma de humor, o inconfundível cunho do “sense of humour” britânico. Para os seus contemporâneos, porém, essa frieza, essa reserva,

distância e melancolia provinham, não de um factor herdado, mas de uma realidade intrínseca: a de arrastar o seu aleijão “como um condenado que arrasta atrás de si o peso de uma grillheta”<sup>7</sup>.

A explicação para este defeito, o qual toda a vida o martirizou e foi a causa da sua morte, encontra-se num episódio que veio interromper uma infância e juventude sem história: uma brincadeira de garotos — uma tourada; uma queda; a lesão na perna esquerda; o silêncio prometido aos companheiros; o agravar da ferida; um ano de cama; o interromper dos estudos; as melhoras temporárias; o prosseguimento irregular dos trabalhos escolares; o reaparecer do mesmo mal sob a forma de fístula tuberculosa; e um tratamento incorrecto, ocasionado pelo obcecante desejo de dissimulação de um defeito que vinha agravar um físico já por si franzino. Este acontecimento viria a determinar a alcunha com que ficaria conhecido dos conterrâneos, o “diabo côxo”, alusão directa ao seu espírito “maléfico” e à sua perna cambada.

É com base nesta circunstância da vida do poeta que muitos autores pretendem explicar certas características da sua obra: para uns, esse defeito físico ter-lhe-ia exacerbado o espírito irónico, a capacidade de atacar o ridículo, fazendo com que de um homem sombrio e amargurado saísse um folhetinista jovial, de uma graça incomparável<sup>8</sup>; para outros, essa enfermidade teria sido a responsável por uma visão dolorosa da existência, constituindo-se a angústia o traço fundamental da sua vida e obra. Entre estes últimos destaca-se, sem dúvida, Veríssimo Serrão<sup>9</sup>. Numa conferência realizada no “Club Literário Guilherme de Azevedo”, este chegaria a afirmar: “Não fora Guilherme de Azevedo ter tido a sua

vida acidentada, o seu mal constante, quando poderia ter vivido uma existência mais completa e sossegada, e a nossa poesia contaria hoje mais um grande e nunca esquecido nome, no alto pilar de Antero e João de Deus”<sup>10</sup>.

Com 21 anos, o futuro fundador d’*O Alfageme* terminava os estudos de humanidades no liceu da terra. Recusada, como vimos, a oportunidade de se formar em Coimbra, ficou naquele meio restrito onde o destino o fizera nascer, ocupando-se então, e durante mais onze anos, a auxiliar o pai na Repartição de Finanças.

A hostilidade mais ou menos generalizada dos escalabitanos para com o escritor não é segredo para ninguém. A sua aparência e maneira de ser, o espírito mordaz, as suas ideias e até a função que exercia davam margem a longos atritos. Restava-lhe, pois, a amizade com os rapazes da sua idade, alguns estudantes de Coimbra, amizades essas que mais corroboravam a imagem que dele possuíam as pessoas respeitáveis da terra: a de um autêntico perigo social. Aqueles, porém, admiravam o seu talento. Não raras vezes, nos bailes provincianos, trocavam o pé de dança pelo convívio com o futuro escritor, abandonando os seus pares a um canto e reunindo-se à sua volta: “Então, quando a ‘troupe’ estava completa, trocavam-se os ditos mais chistosos. Todos queriam ouvir a opinião do Guilherme sobre o assunto que se discutia. Então ele, espalmando a mão direita na posição de quem empurra uma porta, naquele ‘aplomb’ tão conhecido, respondia. Todos se conservavam à escuta, ávidos, de olhos arregalados e de gargalhada em riste”<sup>11</sup>.

O seu espírito cativava todos os que o conheciam mais de perto, conseguindo calar o riso trocista que a

sua aparência física suscitava. A demonstrá-lo, o relato de Marcelino Mesquita aquando do primeiro encontro com o poeta numa tourada na Praça de Santarém: “Vi-o entrar e encostar-se ao peitoril de um camarote, com ares de pregador que analisa o auditório antes de principiar. O desprezo com que a natureza o tratara, junto ao ar de superioridade que se dava naquele momento, levaram-me, pela irreflexão dos poucos anos e pela ignorância absoluta do seu valor, a rir-me dele”<sup>12</sup>. E, em seguida, depois de pôr em paralelo uma situação semelhante passada com Lamartine, acrescenta: “Eu não chorei, mais tarde, quando pude conhecer, na apreciação do talento de Guilherme de Azevedo, toda a injusta leviandade do meu riso; mas sinto, ainda hoje, um como que remorso de ter ousado rir daquele que melhor e com mais espírito sabia rir de todos nós”<sup>13</sup>.

Para além do convívio com os amigos, atestam os biógrafos o gosto pela leitura com que ocupava as horas vagas, embora sejam inúmeras as referências à ausência de livros nos seus aposentos, nota original tida como um tique especial do escritor. Esta particularidade permitiu a Fialho d’Almeida acrescentar mais uma crítica às que preenchem o conhecido artigo d’*Os Gatos*: “Era além disso ignorantíssimo, para ele a biblioteca não ia além de alguns livros de Oliveira Martins, dos dicionários, e do último romance de Zola ou de Feuillet”<sup>14</sup>.

Com efeito, à data da sua morte não havia nenhum livro no quarto, a não ser uma imensidade de guias de Paris com base nos quais projectava fazer um roteiro pitoresco daquela cidade, com ilustrações de Bordalo Pinheiro. Contudo, tanto a crítica literária inserta nas próprias crónicas como as afirmações dos

contemporâneos revelam uma amplitude de conhecimentos invejável.

Para este constante “être à la page” muito contribuiu a curiosidade com que lia jornais e revistas nacionais e estrangeiras, mostrando, desde logo, uma preocupação extrema em acompanhar as ideias e os acontecimentos do século. Luís de Andrade, que se deslocou a Santarém expressamente para conhecer o poeta, referia o modo como este “devorava” os jornais de Lisboa e alguns de Madrid e Paris que existiam num clube da cidade [Santarém], onde ia todas as tardes <sup>15</sup>. E Carlos de Moura Cabral aludia ao conhecimento que Guilherme de Azevedo tinha da capital francesa através de Banville, Richepin, Millaud, Wolff e de outros escritores do *Figaro*, da *Illustration*, da *Vie Parisienne* e da *Vie Moderne* <sup>16</sup>.

Foi ainda em Santarém, entre a leitura, o convívio com os amigos e o emprego, que Guilherme de Azevedo começou a escrever os seus versos. Como acontecia a quase todos os jovens escritores do seu tempo, foi nas páginas sempre receptíveis do *Almanaque de Lembranças* que apareceram, em 1864, as primeiras composições, sob o nome de G. Chaves. Nesse mesmo ano, enviou a Ernesto Marrecos alguns poemas e este logo se encarregou de os publicar na secção “Folhetim” do *Comércio de Lisboa* que então redigia (cf. 5 de Junho, 1864). O mesmo fez, no ano seguinte, Júlio César Machado, na *Revolução de Setembro* (ef. 9 de Maio, 1865). O primeiro livro do poeta, *Aparições*, publicado em 1867, assinado já com o nome com que ficaria conhecido na vida literária, pouco mais é que a recolha dessas primitivas composições.

A esta publicação seguiu-se, em 1871, *Radiações da Noite* e, em 1874, a obra que lhe deu mais notoriedade,

*A Alma Nova*. Cada uma destas três obras poéticas assinala um marco na linha evolutiva do poeta. Nelas assistimos à substituição progressiva de um lirismo ingénuo pela afirmação de uma nova fé social e democrática. Como afirmou Cândido de Figueiredo, num pequeno estudo crítico publicado n’*O Ocidente* e mais tarde inserido em *Homens e Letras*, em *A Alma Nova* “o lírico cedeu quase em tudo o campo ao pensador”<sup>17</sup>.

Qual a razão desta progressiva tomada de consciência? Sem dúvida, o convívio directo, embora irregular, com o grupo atento do Cenáculo. As constantes deslocações a Lisboa, com o fim de visitar uma das suas irmãs, Maria Guilhermina, então residente na capital por força do cargo do seu marido, oficial da Alfândega, permitiram-lhe entrar em contacto com aquele grupo de intelectuais que, assim, em 1871, viu o seu número aumentado com o jovem poeta santareno. Deste convívio resultou a renovação das suas leituras, o conhecimento das ideias caracterizadoras do momento histórico que então se vivia, e a preocupação, que não mais o deixou, com a transformação social, moral e política dos povos.

Referindo-se às influências díspares e heterogéneas deste grupo, Fidelino de Figueiredo apontava os principais modelos: “A poesia humanitária, cheia de simpatia, de ‘légende des siècles’, o gosto da erudição de Leconte de Lisle, o satanismo de Baudelaire, a crítica de Renan, a história sistemática, severamente lógica, de Taine, a história vivificadora de Michelet e o realismo de Flaubert foram os principais modelos desta geração de irreverentes que se comprazia na indisciplina, reclamando-se de liberdade crítica”<sup>18</sup>.

No mesmo sentido nos remete Henrique das Neves, amigo de Guilherme de Azevedo, ao afirmar que, a partir de 1872, os poetas que o traziam em vibração eram Baudelaire (*Flores do Mal*) e Leconte de Lisle (*Poemas Bárbaros*)<sup>19</sup>.

Estas influências não se fizeram sentir somente na poesia. Prova dessa progressiva consciencialização é também *O Alfageme*, jornal por ele fundado com Lino de Assunção e Ferreira Braga na sua terra natal, no mesmo ano da realização das Conferências do Casino (1871). Tanto o discurso de abertura como as duas secções diferentes que assinava, o “Boletim Político” e o “Folhetim”, revelam um homem de espírito aberto e moderno, perfeitamente a par do movimento intelectual da geração dita de 70.

Foi como homem perfeitamente integrado nesta geração que, no sexto número, teve a coragem de fazer o elogio da Comuna. A atitude dos conterrâneos, a devolução do jornal, não lhe deixou alternativa: em carta publicada nessa folha, a 21 de Setembro desse ano, declarava Guilherme de Azevedo prescindir do cargo de director e redactor político em que, desde a fundação do jornal, se achava investido.

A ruptura com o meio burguês de Santarém foi então total. Nas palavras de José Osório, Guilherme de Azevedo passou a ser quase maltratado pela sociedade escalabitana, “pelo facto de cometer o crime de publicar o jornal *Alfageme*, que lhe ia merecendo, se por acaso não foge daqui, a pena inquisitorial de ser queimado vivo... De como se prova que um desgraçado que comete o nefando pecado de escrever para o público é tido no conceito de muita gente como um cão danado”<sup>20</sup>.

Muito do espírito revolucionário presente quer na poesia, quer naquela folha local, foi fruto dos encontros da Rua dos Prazeres. Com os intelectuais aí reunidos discutiu o fim das Conferências Democráticas, responsabilizou-se pelo seu programa — constando o seu nome entre os de Antero de Quental, Adolfo Coelho, Eça de Queirós, Batalha Reis, Oliveira Martins, Teófilo Braga e outros <sup>21</sup> —, acompanhou com entusiasmo o seu desenrolar e protestou violentamente, n’O *Alfageme*, contra o seu encerramento por ordem do Ministro do Reino, Ávila e Bolama.

Se todo o espírito combativo de que estava imbuído lhe valeu, como vimos, a devolução do número d’O *Alfageme* onde defendeu a Comuna, aquele foi, ao contrário, o principal responsável pelo convite feito, no ano seguinte, por Silva Pinto e Magalhães Lima para fundarem uma revista. Surge, assim, o *Espectro de Juvenal* que Guilherme de Azevedo viria a abandonar em 1873, a partir do terceiro número. E, entretanto, no dizer de Ruy Vaz de Santa Iria, “enquanto o seu talento conquistava a admiração de todos os que o liam [...] o Estado ia-lhe dando dezasseis vinténs por dia de trabalho. Pobre Guilherme!” <sup>22</sup>.

De facto, só com o êxito d’A *Alma Nova* que o consagrou como poeta e a morte do pai pôde finalmente o futuro colaborador de Bordalo Pinheiro abandonar a sua terra natal para se integrar, agora a tempo inteiro, no meio literário lisboeta. O sucesso que logo alcançou depreende-se destas palavras de Ramalho Ortigão: “Chegado de Santarém no comboio da manhã, ele entrou em Lisboa há onze anos trazendo consigo um livro primoroso — A *Alma Nova*. Desde então até hoje a sua pena nunca mais cessou de correr no papel em

alegres esfuziadas, que como um fogo de artifício estalam na página em arabescos luminosos e em estrelas rutilantes”<sup>23</sup>.

Na verdade, Guilherme de Azevedo conta-se entre os poucos que, em Portugal e na sua época, conseguiram viver exclusivamente das letras. 1874, ano da mudança para Lisboa, parece ter sido providencialmente escolhido. Pode dizer-se que o poeta veio para a capital gozar a fama alcançada pela publicação do último livro de versos. O seu nome aparecia em toda a Imprensa e, excluindo alguns críticos pouco favoráveis, entre eles Augusto Fuschini e Fernandes Costa, o apoio de homens como Gomes Leal, Eça de Queirós, Antero de Quental, Luciano Cordeiro, Oliveira Martins e outros bastou para coroar o seu nome de glória. Tal situação favoreceu novas amizades e estas determinaram, conseqüentemente, toda uma nova vivência cultural e literária.

Entre as novas amizades, Guerra Junqueiro ocupou, sem dúvida, um lugar de honra. Chegados pela mesma época à capital, um acabado de se formar em Coimbra, o outro vivendo os melhores dias de esplendor, cedo se estabeleceu entre os dois uma sólida amizade, tendo passado, algum tempo depois, a viver juntos numa casa na Praça das Flores. É já em Lisboa que Guerra Junqueiro termina e publica a *Morte de D. João*. E é com base na coincidência entre a amizade dos dois e a publicação das duas obras — a *Morte de D. João* a *A Alma Nova* — que Pierre Hourcade estuda e analisa a sua possível interinfluência. Para este autor, foi através de Guilherme de Azevedo que Guerra Junqueiro tomou contacto com as novas correntes do século, chegando a afirmar: “le personnage auquel il doit beaucoup, sans

contest, c'est son ami Guilherme de Azevedo”<sup>24</sup>. E acrescenta: “Guerra Junqueiro a su enrichir et amplifier les motifs littéraires puisés par lui dans la fréquentation et la lecture des oeuvres de son ami”<sup>25</sup>.

Esta tese, embora contestada por alguns<sup>26</sup>, mostra, contudo, a natureza das relações entre os dois poetas: a de uma amizade fortemente apoiada numa afinidade de intenções sociais e políticas, visíveis nos trabalhos que os dois, posteriormente e sob o mesmo pseudónimo, viriam a realizar.

O ano seguinte, 1875, constitui-se como o ano fundamental na vida do poeta: é o início da carreira jornalística propriamente dita e da popularidade alcançada através dessa sua faceta até ali pouco conhecida. A convite de Ernesto Biester, fundador e director da *Gazeta do Dia*, começa a enviar para este jornal, juntamente com Guerra Junqueiro, com o pseudónimo colectivo de “Gil Vaz”, uns pequenos artigos sob o título “Zig-zags”, sintéticas críticas aos casos do dia, cujo sucesso se fez imediatamente sentir.

É também nesse ano que Rafael Bordalo Pinheiro regressa do Brasil e o convida a formar, com Guerra Junqueiro e Luís de Andrade, a *Lanterna Mágica*. A amizade entre o caricaturista e o poeta datava já do tempo em que os dois frequentavam a Quinta da Brõa, na Golegã: aquele, por ser afillhado do proprietário, o riquíssimo lavrador alentejano Rafael José da Cunha; este, por ser filho de um dos seus melhores amigos. Unidos por motivos profissionais, aquela amizade viu-se então reforçada. O espírito que reunia os dois artistas depreende-se desta passagem: “— Temos uma bela missão histórica a preencher, hein?... tu farás cócegas ao teu lápis, no bico, e eu recitarei versos da vida com a

minha pena. Acredita que está nisso a salvação da sociedade. Hein?”<sup>27</sup>

Tal como Pierre Hourcade vislumbrara no poeta d’*Alma Nova* um dos principais influenciadores de Guerra Junqueiro, assim também alguns críticos pretendem fazer de Guilherme de Azevedo um dos escritores que maior e mais profunda influência exerceu na formação do espírito humorístico de Rafael Bordalo Pinheiro.

1875 foi ainda o ano em que se intensificou o convívio com Magalhães Lima, velho amigo dos tempos do *Espectro de Juvenal*. A ausência de Lisboa, por motivos de saúde, de Guerra Junqueiro, fê-lo abandonar a casa que com este partilhava na Praça das Flores. Percorreu então, com Magalhães Lima, várias casas de hóspedes. A esse tempo de companheirismo se refere o seu amigo, lembrando os serões passados, primeiro na Rua do Crucifixo, depois na Rua da Madalena e, por último, na Rua dos Retrozeiros. Recorda, com saudade, os episódios tristes da vida do poeta e as alegres reuniões onde compareciam, entre outros, Júlio César Machado, Guerra Junqueiro, Bordalo, Ramalho Ortigão, Caetano Pinto e Alexandre da Conceição e se discutiam as grandes ideias do século.

O seu círculo de amizades e de conhecimentos, fruto da popularidade obtida com os “Zig-zags” e a colaboração na *Lanterna Mágica*, aumentava dia a dia: “Em Lisboa toda a gente que frequentava os cafés, os teatros, os passeios, a rua do Ouro e o Chiado, conhecia esta figura simpática que aparecia em toda a parte, como se em Guilherme houvesse um ponto de contacto com o Deus cristão, possuindo como este o dom da ubiquidade. Isto pasmava e tanto mais que o bom Guilherme tinha a desgraça de ser côxo! Mas mesmo

assim, pé mais acima, pé mais abaixo, agitando sempre a sua bengala que tanto o auxiliava na conversa em reviravoltas danadas, andava mais que nenhum de nós; desaparecia, silenciosamente, dos grupos onde estava conversando e era deste modo que, muitas vezes, apanhando-nos descuidados à porta da Havaneza, se escapava sem que ninguém desconfiasse. Quando o procurávamos, ou dentro da tabacaria ou à esquina que voltava para a Trindade, já não se via e pouco depois lá aparecia ele em frente dos Mártires, de volta já, tendo descido a rua nova do Carmo, percorrido a rua do Ouro e voltado pelo Pote das Almas!”<sup>28</sup>.

Ponto obrigatório de reunião dos homens cultos do tempo, frequentado também pelo autor d’*A Alma Nova*, era o café Martinho. Aí se encontravam, pelas cinco horas, filósofos, monarquistas, republicanos, boémios, literatos e artistas de todos os credos e de todas as escolas. Neste ambiente citadino, nestas tertúlias literárias, ganharam fama os seus ditos e a extraordinária facilidade com que achava o lado cómico de todas as coisas.

Quando, no ano seguinte (1875), Pinheiro Chagas funda o *Diário Manhã* — outrora *A Discussão* — relega para o segundo plano a polémica havida com “Gil Vaz”, que o metera a ridículo na *Lanterna Mágica*, e convida Guilherme de Azevedo e Guerra Junqueiro a colaborarem no novo jornal. Juntamente com Urbano de Castro subscrevem uma secção intitulada “Cri-Cri”, sob o pseudónimo colectivo “Máscara de Seda”. Seguem-se, em 1877, com um sucesso ainda maior que o anterior, as “Cartas de um Birmã”, da inteira responsabilidade do autor.

A partir desta data, Guilherme de Azevedo vê-se transformado num dos maiores cronistas de Lisboa. Os pedidos das redacções para a escrita de artigos são inúmeros e sucessivos. Quase simultaneamente, de 1876 a 1880, colabora no *Diário da Manhã*; torna-se correspondente d'*A Luta*, do Porto, e director literário da revista *O Ocidente*; funda *O António Maria* e o *Álbum das Glórias* com Bordalo Pinheiro; subscreve “Lisboa à Noite” d'*O Pimpão* e as “Cartas da Capital” d'*O Primeiro de Janeiro*; e, como se Portugal não conseguisse absorver todo o seu trabalho, envia ainda para o *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, cartas quinzenais “pagas na rua dos Capelistas”, como o próprio Guilherme costumava dizer.

É ainda durante este período de quatro anos que, a par do jornalismo, Guilherme de Azevedo tenta o teatro. O ensaio neste género literário não era inteiramente uma novidade: já em Santarém tinha o poeta composto algumas peças, representadas, com algum êxito, num teatro da sua terra natal. Destas, apenas existem duas: *Temporais Domésticos*, peça em 1 acto, e *A Língua do Dragão*, peça em dois actos — as quais, segundo Maria Helena Lucas <sup>29</sup>, foram expostas, em manuscrito, no Museu Bordalo Pinheiro, por ocasião do centenário do seu nascimento.

A experiência na capital não teve, contudo, o mesmo resultado: tanto *Rosalino*, comédia representada no teatro D. Maria (1877), como a *Viagem à Roda da Parvónia* (1879), de parceria com Guerra Junqueiro, novamente sob o pseudónimo “Gil Vaz”, não obtiveram — aliás, merecidamente, pela sua pouca qualidade literária — qualquer sucesso. Pelo contrário: esta última peça — fruto das reuniões de vários colaboradores d'*O Ocidente*

na redacção desse jornal (entre eles Manuel de Macedo, Brito Rebelo e Leite Bastos), onde se discutiam as novidades das letras, das artes e da política pelo seu lado cómico — já mais elaborada e com objectivos mais precisos que a primeira, constitui-se um verdadeiro escândalo: representada a 17 de Janeiro de 1879, no Ginásio, não ficou uma única cadeira inteira. No final, os espectadores deixaram-se ficar à porta do teatro, discutindo fervorosamente a peça cuja representação acabaria por ser proibida, no Governo Civil, à uma da madrugada.

De insuficiente nível literário, como dissemos, a *Viagem à Roda da Parvónia* veio, contudo, corroborar a posição já assumida no jornalismo por Guilherme de Azevedo: a de atingir directamente, através da sua crítica, os costumes e a sociedade lisboetas. Cremos ter sido a intenção de concretizar este objectivo e não a qualidade literária da peça a responsável pelo incontestável apoio de alguns homens da sua geração. Tal se infere das palavras de Antero de Quental: “Segundo me conta, propôs-se o meu amigo descrever a sociedade de Lisboa, na variedade pitoresca das suas pequenas e não pequenas misérias morais e intelectuais, com os seus ridículos e as suas baixeiras, as suas pretensões e a sua ignorância, o seu descaramento e o seu vazio, e apresentou esse quadro ao juízo do público lisbonense que frequenta os teatros, isto é, precisamente aos representantes e membros dessa sociedade que se descrevia como grotesca e desprezível — burocratas ‘infatuados’, jornalistas intrigantes, burgueses pataratas, deputados balofos, literatos ocos, e ‘tutti quanti’... Está claro que não podia Gil Vaz ser recebido como

triunfador. O público protestou contra a caricatura provavelmente porque se reconheceu nela”<sup>30</sup>.

Do mesmo modo, Ramalho Ortigão definia a peça como “descarga de espirituosos epigramas destinados a fuzilar, em quatro actos de entremez, as instituições e as personagens oficiais do país”<sup>31</sup>. Elogiava-a, pois, no que ela continha de “fiel pintura dos costumes constitucionais”, mas criticava a demasiada agressividade com que fora posta em cena.

Não fosse o escândalo provocado no Ginásio — a contribuir para uma das pretensões da geração de 70, a de agitar a opinião pública — e talvez esta peça tivesse passado quase despercebida, como acontecera a *Rosalino*. Desta última, Júlio César Machado evidenciava a riqueza humorística do diálogo”<sup>32</sup>. Este parece ter sido o traço fundamental do *Rosalino*, visível em muitos artigos publicados à data da morte de Guilherme de Azevedo: o de ter sido, através da caricatura do Proudhomme nacional, a “peça portuguesa de mais graça dos últimos tempos”. E a esta evidência nem o próprio Fialho d’Almeida, cujo rancor pelo poeta é sobejamente conhecido, pôde fugir, aceitando o valor caricatural da obra sem deixar, porém, de a classificar como um completíssimo desastre<sup>33</sup>.

Acerca da produção de Guilherme de Azevedo neste género literário pouco mais há a assinalar: apenas a refundição de *Rosalino*, apresentado a público em 1881, com alguns aplausos, no Rio de Janeiro e em Lisboa e a tradução de uma opereta em quatro actos, *Joana*, *Joaninha*, *Joanica*.

Em 1880, após quatro anos de intenso trabalho jornalístico, Guilherme de Azevedo era contratado pela

*Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro como seu correspondente em Paris.

A sua partida ficou assinalada n’*O António Maria*, a 9 de Setembro desse ano, com um desenho de Rafael Bordalo Pinheiro representativo da despedida do poeta. “Em vão *O António Maria*, *O Ocidente*, o Chiado e o Café Martinho o apodavam de ingrato, fazendo beicinho ou amuos de virgem melindrada; de balde o Zé-povinho, o eterno quasimodo do desespero e da sensibilidade, limpava uma lágrima furtiva à manga da jaqueta de burel, suspirando: — ‘tu vais deixar-me, sem talvez que o pranto...’ — o ingrato partiu”<sup>34</sup>.

As primeiras cartas para Lisboa revelam todo o entusiasmo e deslumbramento com que Guilherme de Azevedo entra em contacto com Paris<sup>35</sup>. Sem quebrar o ritmo de produção literária, a capital francesa parece ter, pelo contrário, activado e vivificado a sua prosa. As crónicas e cartas que daí envia, quer para Portugal, quer para o Brasil, são incontestavelmente as mais belas e de superior nível literário.

Quando, porém, em 1882, Bordalo visita o amigo, é quase só a sombra do poeta que o recebe na estação. Poucos dias depois, Guilherme de Azevedo debatia-se entre a vida e a morte, no pequeno quarto onde habitava com Lino de Assunção, velho amigo dos tempos d’*O Alfageme*. Embora tivesse sido imediatamente transportado para a casa de saúde Dubois, no Faubourg Saint Denis, o estado adiantado da fístula tuberculosa, desenvolvida a partir da ferida feita em criança, não deu azo a qualquer esperança.

A notícia do precário estado de saúde de Guilherme de Azevedo espalhou-se, rapidamente, na capital lisboeta, “pelas redacções dos jornais, pelas caixas de

teatro, por todos os centros de cavaco dessa meia dúzia de rapazes que se importam com coisas de Arte e Literatura, que sabem o nome dos escritores de talento”<sup>36</sup>.

A 8 de Abril de 1882, com 42 anos, morria Guilherme de Azevedo. Acompanharam-no nos últimos momentos Rafael Bordalo Pinheiro, Lino de Assunção, Eduardo Garrido e Ferreira de Araújo, proprietário da *Gazeta de Notícias*. Nos dias que se seguiram, quase todos os jornais de Lisboa e Santarém noticiavam a morte e o enterro — sábado de Aleluia — no modesto cemitério de Saint’Ouen. N’*O Ocidente*, Gervásio Lobato testemunhava o acontecimento: “E a gente esperava que o Rafael Bordalo Pinheiro trouxesse consigo o Guilherme.

Não trouxe.

Não trouxe o Guilherme, mas trouxe a máscara dele!

Não se imagina o que há de horrível nessa máscara de gesso; que destroços fez a doença naquela cara, que contracções imprevistas imprimiu a agonia àquelas feições!... É um horror esta medonha máscara!”<sup>37</sup>.

Novamente *O António Maria* se despediu do poeta, colaborador e amigo, desta vez num número de homenagem a ele dedicado: “Não voltará mais. O Chiado não voltará a vê-lo passar às quatro horas da tarde. No jornalismo português não voltará a voejar, ridente e alada, a ironia do seu fino estilo. E no vale de Santarém, pelas férias, não tornará a atravessar os campos aquele que ali escreveu os belos versos da *Alma Nova*, ‘na fragrância dos trevos e das flores selvagens!’”<sup>38</sup>.

### III / UM POETA “ASSASSINADO” POR UM JORNALISTA?

“Guilherme de Azevedo foi um poeta assassinado por um jornalista. O jornalista com o correr dos anos irá sensivelmente diminuindo. O poeta, esse há-de ressurgir vitorioso, destacando-se com originalidade entre os mais altos do seu tempo.”

GUERRA JUNQUEIRO

“Guilherme de Azevedo foi um poeta assassinado por um jornalista” — eis uma das frases que se constituiu quase como um rótulo sem o qual o nome do poeta não pode ser mencionado. Contudo, é a partir dela que podem inferir-se três ideias distintas.

A primeira provém de uma ausência: ao nome de Guilherme de Azevedo estará sempre ligado o título de poeta e o de jornalista, mas nunca o de autor teatral. Não foi esse o género literário que lhe deu glória, nem dele dependeu a sua inserção na história da nossa literatura. Quando muito, esta faceta de comediógrafo servirá apenas para acentuar, completar e/ou clarificar certos aspectos presentes no restante da sua obra. Entre estes, saliente-se a crítica social cuja agressividade,

característica dos homens de 70, parece estar na razão inversa do estado letárgico das gerações anteriores.

A segunda deriva da oposição entre as duas facetas, a de poeta e a de jornalista, devidamente conotada pelo verbo “assassinar”. A maior parte dos críticos tem tomado esta frase como exprimindo, em termos absolutos, uma incompatibilidade real entre os dois termos. Consequentemente, têm negado essa oposição, procurando, alguns deles, ver, não no jornalismo em si, mas talvez na forma como ele foi encarado e realizado por Guilherme de Azevedo, a marca desse antagonismo. A este propósito, lembremos as palavras elucidativas de Ramalho Ortigão: “Todos aqueles que conhecem um pouco o ofício de escrever sabem que enorme esforço, absorvente e fibrante, precisa de empregar um escritor sobre todos os artifícios de linguagem, sobre todos os meios de estilo, sobre todos os poderes da palavra para conseguir este efeito: — fazer rir em cada dia uma pouca de tinta posta sobre um pouco de papel”<sup>39</sup>.

A nosso ver, toda a violência da frase de Guerra Junqueiro se prende directamente a dois factores fundamentais. Em primeiro lugar — lembremo-lo novamente — as duas facetas de Guilherme de Azevedo revelaram-se isolada e não simultaneamente: ao grande êxito do poeta seguiu-se o do jornalista, sem que mais verso nenhum tenha saído da sua pena. Além disso — e este parece ser o ponto fulcral — à data da sua morte, Guilherme de Azevedo era mais conhecido como jornalista do que como poeta. Para chegar a esta conclusão, bastará passar os olhos pelas principais críticas dos contemporâneos a partir de 1882: explicitamente o afirmam<sup>40</sup> e, mesmo quando

pretendem dar conta de toda a actividade literária do autor, é no valor do jornalista que insistem.

Com efeito, foi enquanto jornalista que o seu nome se tornou conhecido em Portugal e no Brasil <sup>41</sup> e ficou gravado, entre o de outras individualidades da época, no *Álbum das Glórias* <sup>42</sup>. Foi enquanto jornalista que *O António Maria* e quase todos os jornais do tempo choraram a sua morte. Neste sentido, as palavras de Guerra Junqueiro encerram a verdade: a glória do jornalista ultrapassou e quase aniquilou a do poeta. E não é menos certa a previsão que se lhes segue: com o decorrer dos anos, o jornalista daria, progressivamente, lugar à valorização do poeta.

Tal como Guerra Junqueiro, outros homens de letras não se deixaram ludibriar pelo sucesso do prosador. Teófilo Braga, ao pedir exemplares de poemas de Cesário Verde e do poeta santareno, afirmou ser este o único que no futuro poderia representar a poesia moderna; Cândido de Figueiredo inseriu o seu nome na obra *Homens e Letras*, publicada antes da morte de Guilherme de Azevedo. Era enquanto poeta que Guilherme de Azevedo seria posteriormente lembrado. E foi o que aconteceu.

Nos nossos dias, o seu nome surge quase sempre ligado à poesia revolucionária que caracterizou a geração de 70. É como poeta que ele aparece nos nossos manuais e nas histórias da nossa literatura. Quando muito, numa pequena ficha bio-bibliográfica, lá consta, como simples apontamento, a sua colaboração nos jornais e revistas da época. Este facto dá origem a que, daquela pequena frase de Guerra Junqueiro, possamos inferir uma outra ideia: a reversibilidade dos dois temas nela presentes imposta pela máquina do tempo. Um

século passado sobre as palavras de Guerra Junqueiro, poder-se-á perguntar se, actualmente, não estará o poeta a “assassinar” o jornalista...

Num aspecto, porém, se enganaram aqueles críticos: se hoje Guilherme de Azevedo é mais lembrado como poeta, nem o seu nome se destaca com originalidade entre os mais altos do seu tempo, nem é o único a representar a poesia moderna de então.

Autor menor da nossa história da literatura, o significado da sua obra poética tem sido alvo de alguma controvérsia. Procuram alguns enaltecê-la com uma grandiosidade que ela, porventura, não possui; pretendem outros, talvez como reacção, negar-lhe o lugar — maior ou menor — que lhe assiste por direito.

Recentemente, a polémica gerada no *Diário de Notícias* em torno da 3.<sup>a</sup> ed. d'*A Alma Nova* de Guilherme de Azevedo, entre o seu responsável, Manuel Simões, e João Gaspar Simões, é sintomática destas duas tomadas de posição <sup>43</sup>. No prefácio que antecede a reedição da referida obra, Manuel Simões preocupou-se, sobretudo, com a modernidade de alguns temas e a presença, em *A Alma Nova*, de novos motivos estéticos conducentes à consideração deste poeta como precursor de Cesário. Neste sentido, destaca as referências ao concreto do tecido mais urbano (os wagons, cafés, restaurantes, a “viva luz do gás”); a antinomia cidade/campo; a atmosfera baudelairiana dos quadros citadinos, envoltos em vapores e nevoeiros; o gosto pelo macabro, por um novo tipo de sensibilidade agudizada na síntese poética da dor e do prazer, pela correspondência entre perfumes, cores e sons. E embora considere ousado falar de “influências” em

relação a dois poetas da mesma área discursiva, não deixa Manuel Simões de evidenciar a homologia de técnicas e de temas em vários poemas de Guilherme de Azevedo e de Cesário Verde.

A estas considerações reagiu fortemente João Gaspar Simões, negando ser Guilherme de Azevedo “um Cesário Verde em potência”, mas dizendo-o “apenas um poeta insuficientemente dotado daquilo que, em geral, converte a mediocridade em génio”<sup>44</sup>. E acrescentava: “o erro de Teófilo repete-se”.

Quanto a nós, a consideração deste poeta como precursor não diminui em nada o valor dos que se lhe seguiram. Significa apenas, como refere Ramalho Ortigão, que aquele “descobriu aspectos que até então se não haviam notado na poesia”<sup>45</sup>; por outro lado, o espaço secundário que alguns autores ocupam não justifica o silêncio a que ficam votados; e, por último, muitas vezes o valor cultural dos textos de autores menores excede o dos que, literariamente, lhe são superiores. Tal nos parece ser o caso de Guilherme de Azevedo.

Num artigo consagrado ao poeta, Mário Dionísio afirmava que “a sua poesia, mesmo que no campo exclusivamente técnico-poético um tanto malograda, está cheia de encruzilhada poética do tempo”<sup>46</sup>. De facto, o itinerário poético de Guilherme de Azevedo reflecte a problemática literária do século. Partindo de um lirismo romântico, chega, com a *A Alma Nova*, a uma poesia típica da época — concentração estética do novo espírito democrático, positivo racional, anunciado já pelas *Odes Modernas* de Antero de Quental.

Embora este tipo de poesia, no dizer de Mário Dionísio, se mantenha longe “de um autêntico âmbito

filosófico ou científico”<sup>41</sup> e transforme “a revolução num cortejo altissonante de palavras que não resistem a uma análise demorada”<sup>48</sup>, ele é — talvez por isso mesmo — o que melhor espelha a integração da palavra poética nos novos ideais surgidos. O propósito de luta desta poesia antevê-se na dedicatória a Antero que antecede o primeiro poema de *A Alma Nova*, aí afirma Guilherme de Azevedo que, “sorrindo ou combatendo”, o seu livro “fala de Humanidade e da Justiça”, inspirando-se no mundo que o rodeia.

O terceiro e último livro de versos do poeta materializa o espírito da geração de 70 enquanto tentativa de “acordar” um Portugal indiferente, de o libertar de um romantismo de cariz lamartiniano, excessivamente sentimental, bucólico e fatalista, enquanto condutor duma nova concepção de toda a literatura, que podia e devia integrar-se no espírito revolucionário do tempo. Negava-se, pois — fazendo lembrar a quarta conferência do Casino Lisbonense, proferida por Eça de Queiroz — o princípio da Arte pela Arte, defendendo-se, ao invés, a sua intencionalidade social e moral. *A Alma Nova* parece ser o retrato dessa nova forma de poesia cheia de intenção social que correspondia, no dizer do autor das *Odes Modernas*, a um período “mais adiantado da consciência humana”<sup>49</sup>.

Desta consciencialização resulta, talvez, a visão negativa e sombria que se desprende dos seus versos. *A Alma Nova* integra-se nos primórdios de uma visão pessimista da realidade, posteriormente agravada com o Ultimatum (11 de Janeiro de 1890) que desencadeou toda uma literatura de crise, onde a acusação e a sátira se tornam mais evidentes. Deste movimento “fim de

século” já Guilherme de Azevedo não pôde participar. Nele estiveram representados homens como Guerra Junqueiro e Gomes Leal, os quais, com a sua poesia — lembremo-nos, por exemplo, de *Finis Patriae*, *Canção do Ódio*, *Fim de um Mundo* (este último dedicado a Guilherme de Azevedo) — mostravam bem toda a dimensão agudizante desse pessimismo <sup>50</sup>.

O carácter combativo d'*A Alma Nova* é um dos traços essenciais para a compreensão não só do espaço ocupado por esta obra na nossa história da literatura e cultura, como ainda do sucesso por ela obtido no seu tempo.

O único estudo conhecido que se revelou particularmente sensível a este aspecto foi o de António Cirurgião, intitulado “O Carácter Combativo em *A Alma Nova* de Guilherme de Azevedo” <sup>51</sup>. Através de um levantamento sistemático de temas, procura mostrar-se a natureza polémica, combativa e pragmática dos versos, cuja coragem e ideal de luta por um mundo melhor constituem, para o autor, “um legado não despreciando em que vale a pena meditar” <sup>52</sup>. Este estudo, recentemente publicado, vem ao encontro de um dos pontos fundamentais com o qual *A Alma Nova* foi comentada. A utilização que os críticos da época fizeram quer da palavra combate, quer de outras palavras ou expressões do mesmo campo semântico, revela a importância de que se revestiu o carácter combativo destes versos.

O modo como o livro foi recebido, o tipo de crítica que suscitou, os aspectos que permitiu ou não salientar na panorâmica literária de então, a abertura que concedeu ou negou a outro tipo de discurso, ao tratamento de outros temas e à explicitação de novos

conceitos — eis algumas das questões que ainda não foram estudadas. Contudo, a sua análise permitiria clarificar o significado cultural da obra no contexto em quase inseriu — mais do que avaliar o seu mérito literário — e contribuir para o estudo da crítica na segunda metade do século XIX.

Assinale-se, por exemplo, o diferente modo como os três livros de versos do autor (*Aparições*, 1867; *Radiações da Noite*, 1871; *A Alma Nova*, 1874) foram acolhidos no meio intelectual de então.

*Aparições* passou, como anteriormente referimos, quase despercebido aos críticos literários da época. Não encontrámos, nos jornais e revistas desse ano, qualquer referência de relevo a esta obra. A corroborar esta hipótese, tomemos o testemunho de dois críticos atentos: Alberto de Queiroz e Antero de Quental. O primeiro, ao analisar, na secção da *Revolução de Setembro* que então assinava, as *Radiações da Noite* e *Durante o Combate* de Pinheiro Chagas, confessa o desconhecimento completo que possuía, quer do nome de Guilherme de Azevedo, quer da sua obra anterior<sup>53</sup>; Antero de Quental, num artigo também consagrado às *Radiações*, embora demonstre ter lido o primeiro volume de versos do autor, a este se refere somente para poder analisar o progresso obtido pelo poeta: “no seu primeiro livro, publicado há quatro anos, ‘Aparições’, ainda o poeta nos vinha envolvido nas faixas infantis da ‘sentimentalidade’ da escola: Deus e o Amor, tal era o tema que, depois de tantos outros, escrevera na sua bandeira. Passados quatro anos, vemos com prazer que o seu pensamento, sempre activo, absorveu no ambiente do século elementos inspiradores de uma poesia mais sã, verdadeira e nova”<sup>54</sup>.

As novas tendências do segundo texto poético de Guilherme de Azevedo despertaram a atenção da crítica literária. Vimos como Cândido de Figueiredo, ao analisar o itinerário poético do autor, salientava a progressiva passagem do lírico ao pensador; Fidelino de Figueiredo evidenciava as palavras do poeta que antecedem as *Radiações da Noite*, “advertência que é como que uma profissão de fé”: “Hoje é Hugo que estimula o brio dos heróis, levantando-se como Dante nas sombras da Idade Média para fulminar, imprimindo em caracteres de fogo a epopeia do grande facto da nossa época — a Democracia”<sup>55</sup>.

Revelando, principalmente nalgumas composições, características diferentes, *Radiações da Noite* mereceu algumas palavras de apoio e críticas a ela inteiramente dedicadas. E. A. Vidal foi o primeiro a referir-se à obra, inserindo-a entre outras novidades do mundo das letras; transcreve o seu prólogo e acusa-a de não imprimir “o que constitui o selo humano: a efusão do sentimento”<sup>56</sup>. Quatro dias depois, Alberto de Queiroz, no já referido artigo da *Revolução de Setembro* — publicação que maior atenção prestou a *Radiações* — consagrava-lhe uma boa parte do seu espaço de crítica. Aí salientava que as tendências manifestadas por Guilherme de Azevedo “são para dar à poesia aquela forma que é compatível com o estado a que hão-de um dia chegar todas as consciências, isto é, fazer derivar todos os progressos, todos os desenvolvimentos do espírito, de dois grandes princípios — a liberdade e a justiça”. Um mês mais tarde, Pinheiro Chagas, no mesmo folhetim onde classificaria as *Miniaturas* de Gonçalves Crespo como “um pouco pagãs mas admiravelmente coloridas”<sup>57</sup>,

dedicava algumas linhas a *Radiações da Noite*. Para o autor, esta obra revelava “um pensador e um poeta, que sabe encontrar as notas de ironia amarga e flageladora nos ‘Abutres’ e borboletear com a musa de Musset na graciosa poesia a que podíamos chamar ‘Anjo e Demónio’”.

O mais importante artigo foi, contudo, o já citado de Antero de Quental. A propósito desta obra de Guilherme de Azevedo, o autor das *Odes Modernas* delinearía os pressupostos teóricos da nova poesia, terminando a sua exposição com palavras de encorajamento: “Não é seguramente a poesia de futuro a daquele livro; mas há ali, em muitas composições, um indivíduo significativo e por vezes uma inspiração realmente nova e brilhante. [...] O seu pensamento, sempre activo, absorveu no ambiente do século elementos inspiradores de uma poesia mais sã, verdadeira e nova. Olha mais para a terra do que para o céu; mais para a sociedade do que para si; escuta mais as vozes dos homens do que os murmúrios do próprio coração”.

A fechar esta série de considerações, registemos as impressões colhidas por Júlio César Machado na sua leitura: “Tem individualidade; tem calor generoso da mocidade e, ao mesmo tempo, filosofia de pensador; o verso é firme, rico de imagens e de ideias; de grande esmero de forma, tom pitoresco, estilo colorido”<sup>58</sup>.

Da leitura destas críticas, principalmente das mais significativas, a de Alberto de Queiroz e a de Antero de Quental, podemos inferir o modo como *Radiações da Noite* foi recebida no meio intelectual e literário da época: bem acolhida pela tendência filosófica e espírito combativo presentes em algumas composições, permitiu

uma abertura a novos temas, ideias e correntes do século. Além disso, pelo conjunto de observações suscitadas, revela, da parte do meio literário, uma maior preocupação pela ideologia veiculada, ou seja, pelo seu lado revolucionário, do que, propriamente, pelo valor literário dos seus versos.

Na verdade, tal como se depreende das passagens transcritas, tanto Alberto de Queiroz como Antero de Quental consideram *Radiações da Noite* uma obra de transição onde, paralelamente a um lirismo romântico, se desenham já as tendências da nova poesia. Mas são estas que despertam a atenção; é no lado revolucionário e filosófico desta poesia que se insiste.

A partir do comentário a esta nova forma poética surgem as críticas ao estado letárgico e indiferente da sociedade portuguesa<sup>59</sup>; à estagnação da literatura, em que “a ruminação das velhas formas, dos assuntos e ideias conhecidas e gastas chega a parecer como uma lei orgânica”<sup>60</sup>; e, mais detalhadamente, ao Romantismo, cuja “queda é o maior facto literário do século”<sup>61</sup>. Simultaneamente, e por oposição, faz-se a apologia da nova poesia, superior às das eras anteriores porque correspondendo “a um período mais adiantado de consciência humana”<sup>62</sup>, através da qual “se propagam certas ideias que hão-de ser a base e o fundamento das formas em que se há-de desenvolver para o futuro o espírito humano”<sup>63</sup>; inscreve-se essa poesia — contrária ao Romantismo — no movimento do século, cuja missão “é essencialmente positiva, social e racional”<sup>64</sup>; delimitam-se e definem-se os seus princípios fundamentais: a liberdade e a justiça<sup>65</sup>.

O conjunto de observações proferidas a propósito desta obra esclareceu o significado e objectivos daquilo

que seria, na época, a verdadeira poesia e desenhou a trajectória a seguir pelo poeta. *A Alma Nova* surge com fins muito mais precisos; abandona quase por completo o lado romântico ainda presente em *Radiações da Noite*, e parece perfeitamente ciente desta nova missão de lutar e combater pelo advento do progresso. Com uma marcada intenção revolucionária, pretende corresponder em absoluto à definição que Antero fizera da nova poesia. A dedicatória ao autor das *Odes Modernas*, já referida anteriormente, o próprio título da obra e os temas nela presentes<sup>66</sup>, convergem no intuito de criticar as estruturas existentes e no desejo de “criar” um novo ser social. A questão do título é expressiva: inicialmente intitulada “Poesia da Revolução”<sup>67</sup>, a *A Alma Nova* reflecte do mesmo modo o espírito revolucionário desta poesia. Na época, as duas ideias — a de revolução e a da criação duma nova alma — parecem indissociáveis na prática verbal da maior parte dos componentes da geração de 70. Lembremos, por exemplo, o caso de Antero de Quental. Nas *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares* afirmava, ao pretender estabelecer as medidas a tomar para que Portugal readquirisse o seu lugar na “Civilização”: “Opunhamos ao ‘Catolicismo’, não a indiferença ou a fria negação, ruas a ardente afirmação da *alma nova*, a *consciência livre* [...] a *filosofia*, a *ciência*, e a *crença no progresso*, na *renovação* incessante da humanidade pelos *recursos inesgotáveis do seu pensamento*, sempre inspirado”<sup>68</sup>. E Oliveira Martins, ao analisar as consequências da revolução liberal, indagava da natureza do *novo ser* criado, perguntando: “Lançadas no esquecimento as tradições antigas, destruída a estrutura social da velha nação jesuíta, que *nova alma* deu a revolução ao país?”<sup>69</sup>

Com objectivos mais claros, *A Alma Nova* suscitou artigos demorados que ocuparam, durante meses, os folhetins literários dos vários jornais e periódicos da época. Porque mais transparente nos princípios que a inspiravam, dividiu os críticos em duas correntes opostas: os que a elogiaram e enalteciram e os que negaram, violentamente, o seu valor. Entre os primeiros, e sem referir aqueles que lhe consagraram apenas algumas linhas, contam-se Luciano Cordeiro, Alberto de Queiroz, Pinheiro Chagas <sup>70</sup>, Gomes Leal, Alexandre da Conceição e — já ano ano seguinte — Oliveira Martins. Entre os segundos, Augusto Fuschini e Fernandes Costa.

Luciano Cordeiro inaugura no *País*, a 24 de Março, as considerações acerca desta obra e estende a sua crítica até ao mês seguinte <sup>71</sup>. Simultaneamente, surgem as análises de Alberto de Queiroz, na *Revolução de Setembro* <sup>72</sup>, e de Augusto Fuschini, no *Jornal do Comércio* <sup>73</sup>. Aproveitando o final do artigo de Luciano Cordeiro e as recentes observações negativas de Fuschini, Fernandes Costa tece uma violenta crítica à *A Alma Nova*, no *Diário Ilustrado*, que se prolonga por quase três meses <sup>74</sup>. Ao mesmo tempo, Gomes Leal, no *Diário de Notícias*, contrapunha uma outra imagem do livro <sup>75</sup>. Já quase no fim do estio, ainda Alexandre da Conceição, novamente em *O País*, se ocupava d'*A Alma Nova* <sup>76</sup> e Pinheiro Chagas, no *Diário Ilustrado*, ao enumerar, no fim do ano, os livros de 1874, não se esquecia de mencionar o terceiro volume de versos de Guilherme de Azevedo <sup>77</sup>. Com “Os Poetas da Escola Nova” <sup>78</sup>, Oliveira Martins fechava, já no ano seguinte, este ciclo de críticas saídas à data da publicação do último texto poético de Guilherme de Azevedo.

Se aquilo que se constituía como uma tendência nas *Radiações da Noite* passa, em *A Alma Nova*, a funcionar como característica essencial da obra, o mesmo se poderá dizer em relação ao conjunto de críticas por esta suscitadas. Assim, o pendor filosófico dos seus versos é, agora, quase que exaltado; assiste-se a uma maior abertura a novos temas, directa ou indirectamente relacionados com o significado da nova poesia; procuram-se as raízes e as influências do novo conceito de Arte e Literatura; esclarece-se o público, de uma forma mais incisiva, sobre as novas ideias e correntes do século; a crítica à sociedade contemporânea agudiza-se; delimitam-se novos conceitos e problematizam-se os já existentes; em resumo, intenta-se compreender a nova escola poética inserida num contexto social, político e económico. Na verdade, *A Alma Nova* ocasionou, mais do que apreciações à obra em si e à sua qualidade literária, uma série de explicações a propósito do seu aparecimento e dos novos valores e princípios a ela subjacentes e nela implicados.

Luciano Cordeiro abre o seu artigo com a análise da significação histórica da Arte. Esta devia “assimilar as grandes aspirações, os fundos anseios, as cóleras e as saudades, os entusiasmos e os receios, as preocupações e as tradições, os impulsos e os desalentos duma consciência colectiva; [...] agarrar nos turbilhões das ideias, dos sentimentos, dos factos, a espiral de fogo ou de prata que os leva do Passado ao Futuro; [...] auscultar os corações e as consciências e transfundir num ideal o choro confuso — hosana ou murmurinho — que lá se ergue; dar ao que é vago uma forma; uma unidade ao que é vário”<sup>79</sup>. Depois, é a distinção entre a velha e a nova poesia que o ocupa. Afirmar caber aos

novos poetas o mergulhar na alma do Presente em busca do Futuro; o escutar “as correntes subterrâneas, os longínquos rumores”; e o sondar “os abismos que se abrem, as marés que sobem, as ventanias que crescem na Consciência e na Fórmula da sua sociedade”. Em seguida, interpreta o título da obra e fá-lo corresponder ao conceito duma Nova Arte. Frente a uma sociedade decadente e anacrónica, de espírito religioso e metafísico, com uma moral deficiente, autoritária e caduca, e um direito envelhecido e anémico, diz sentir-se “uma corrente, uma necessidade que avoluma de espírito positivo, científico, desassombrado; de nova consagração do Trabalho, da Família, da Humanidade; de nova definição [...] de Justiça [e] de Direito”. Para o autor, são estas necessidades e correntes que “formam a Alma Nova, cujas vibrações a Nova Arte procura traduzir, cujas estrofes os novos poetas tentam enunciar”.

A análise posteriormente consagrada a alguns poemas do terceiro volume de versos de Guilherme de Azevedo parece ter como objectivo salientar a profunda relação entre a nova poesia e o mundo que a rodeia. Segundo Luciano Cordeiro, nela se espelha o contraditório, o indefinido, o vago, o confuso da Alma Moderna, os tédios da decadência e as cóleras e ânsias das consciências novas <sup>80</sup>.

Preocupação semelhante demonstra Alberto de Queiroz ao considerar a escola realista como o grande e novo movimento do século. Visto acompanhar a sua transformação em todos os campos, a poesia realista, porque social, será a que há-de dominar o espírito dos novos escritores. Por possuir como base “a justiça, a ciência, a razão” <sup>81</sup>, é ela que corresponde “às

necessidades e aspirações da geração moderna”. Entre os apóstolos da ideia nova, Alberto de Queiroz coloca o Guilherme de Azevedo d’*A Alma Nova*, insistindo particularmente na crítica social dos seus versos.

Também Gomes Leal se serve da publicação desta obra para definir o que se entende por poesia moderna — “a que canta a nova sociedade e a alma moderna, [...] seja ela subjectiva, colectiva ou de combate”<sup>82</sup> — e para problematizar os conceitos que àquela andam ligados. Tenta provar o absurdo da expressão “poesia realista”, cujos dois elementos, para o autor, se destroem mutuamente. Divide depois as tendências líricas da sua época em dois grupos: os poetas de sentimento (João de Deus, Soares de Passos, Manuel de Arriaga) e os de ideia (Teófilo, Antero e Guilherme Braga). E, finalmente, define Guilherme de Azevedo — embora este procure acompanhar o agitado espírito do século — como um poeta melancólico e de sentimento mais do que como um poeta de ideia.

A lembrar o artigo de Luciano Cordeiro, visto existir um mesmo intuito de exaltar o papel inovador e agitador da nova poesia perante a indiferença da sociedade contemporânea, temos o de Alexandre da Conceição. Neste, porém, a crítica ganha em profundidade, violência e azedume: “Nesta paludosa decadência bizantina em que nos revolvemos voluptuosamente, [...] nesta baixa comédia humana em que todos nos esforçamos por parecer justamente aquilo que não somos, neste falseamento indigno, permanente, sistemático e saudoso do carácter, do espírito e da alma, a que os exploradores da coisa pública chamam convencionais, tino político, prudência e seriedade de espírito, mas que não passa de uma funda depressão

moral, tibieza de convicções, ausência de brios e egoísmo hipócrita, há uma coisa que se ergue, como uma auréola divina, acima deste charco social, é a poesia [...]”<sup>83</sup>. E continua: “Aparentemente, a sociedade portuguesa vive na posse plena duma tranquilidade beatífica. O rei reina, mas não governa, os ministros governam, mas não reinam, os fundos sobem, a burguesia diverte-se, o exército brilha, o funcionalismo confessa-se, os padres conspiram, os cónegos ressonam, os bispos engordam, e o povo paga para tudo isto e vai à missa”.

A quase totalidade deste artigo é consagrada a uma análise da sociedade e vida política portuguesas que as citações anteriores deixam bem clara. O caudal violento e amargo das suas palavras só é interrompido para se evidenciar a superioridade da poesia moderna. Perante o negrume da situação resta, pois, para o autor, a luta, inevitável e fatal, empreendida por essa geração de espíritos novos que, em Portugal, começam a aparecer. Só então enquadra Guilherme de Azevedo nesse “grande movimento revolucionário representado por meia dúzia de escritores de talento”. Por fim, define *Alma Nova* nestes termos: “É um volume de versos da nova escola poética, a que alguns chamam filosófica, outros realista e que poderá também denominar-se, talvez com igual propriedade, socialista, revolucionária e positivista, pois que participa um pouco de tudo isto: é filosófica porque é verdadeira, é realista porque se inspira na natureza, é socialista porque luta pelo direito, é revolucionária porque combate pela verdade, é positivista porque só tem fé na ciência”. De todos os críticos a que nos referimos, Alexandre da Conceição é o único a não apontar nenhum defeito a esta obra,

elogiando-a abertamente quer pela escolha dos temas, quer pela sua “incontestável originalidade, elevadíssimo merecimento literário, fino gosto artístico e alta inspiração poética”. Pelo contrário, Luciano Cordeiro acusava a Interpretação plástica de pouco escrupulosa, pela repetição de palavras e processos retóricos; Alberto de Queiroz e Gomes Leal lamentavam que o poeta não tivesse conseguido preencher o grande ideal que o título deixava desejar: o primeiro, por a obra se construir apenas como uma violenta acusação; o segundo, por nela não se manifestarem da alma nova senão as aspirações, as ideias e o amor de liberdade.

Foram exactamente estes dois pontos — por um lado, um certo descuido na elaboração formal; por outro, a limitação dos temas e a sua possível não correspondência com o título que serviram de base às duas críticas desfavoráveis saídas à data da publicação d’*A Alma Nova*.

Augusto Fuschini abre o seu artigo com uma reflexão a propósito do conceito de progresso e de civilização; discorre sobre o que considera as três mais elevadas criações do homem: a língua, a religião e a arte; distingue duas raças humanas pela sua nobreza intelectual: a ariana e a semita; refere a influência da raça e da nacionalidade sobre qualquer manifestação artística dum povo; enumera as características do século em que vive e os seus novos valores; sintetiza as condições necessárias a que deve obedecer a Arte para ser verdadeiramente do seu tempo; e, ao interrogar-se sobre qual o ideal da poesia revolucionária, conclui que ela deve “purificar, engrandecer, definir na sua essência justa os grandes problemas morais, sociais e políticos que agitam o pensamento colectivo do mundo moderno

<sup>84</sup>. Nunca poderá ser, pois, uma poesia de combate, “uma verberação de costumes, um açoute das imoralidades”. Deverá antes marcar “os contornos das futuras instituições”, definir “o alcance das novas ideias” e apresentar “a solução radical dos mais difíceis problemas no seu campo poético”.

Com base neste conjunto de considerações, acusa Guilherme de Azevedo de não ter cumprido o ideal que o título deixava transparecer. Para Augusto Fuschini, o poeta limitara-se a criticar os aspectos negativos da sociedade e silenciara os temas contemporâneos essenciais: a família (arquitectada na sua verdadeira forma), a mulher (definida na sua igualdade moral e intelectual) e o amor (realização subjectiva da justiça no homem e nas sociedades). E afirma: “O seu livro deixa muito a desejar. Sabe o que ele demonstra claramente? quanto temos a esperar da sua Alma Nova. A época da demolição vai — felizmente — já passada. O grande edifício das futuras sociedades cresce em desenvolvida construção; diga-nos, Guilherme de Azevedo, descreva-nos os vários horizontes que se descobrem das suas eminências; a meu ver, a vida da poesia moderna, o seu valor, a sua utilidade, residem nesta concepção” <sup>85</sup>.

Muito mais violenta e sarcástica é a crítica de Fernandes Costa. Também ele se preocupa com a definição de Poeta, com o significado da Poesia e da sua relação com a Ciência, com os valores e características do século. Também ele se interroga acerca do sentido da alma nova, cuja influência parece sentir-se na sociedade contemporânea: “Alma Nova! O que és tu, ideia vaga, pensamento vacilante e indefinido? Quem te compreende? Quem te sabe exprimir? Sente-se a tua influência em tudo o que nos cerca, porque és força,

porque és vida. Existes, decerto, alma nova do presente e todos nós sabemos, porque todos te sentimos. Não és impalpável, não és intangível. Vivemos no meio das tuas poderosas manifestações, de teus robustos estremecimentos, de teus vigorosos impulsos. Tens raízes profundas no coração da Humanidade, circulas com ímpeto nas suas artérias. [...] Tu convertes a fraqueza em força, o mal em bem, o falso em verdadeiro, em liberdade a escravidão, em verdade a mentira [...]. Teu nome é progresso; tua inspiração, o infinito <sup>86</sup>. E de tudo infere que se “Alma Nova” é o título “do mais grandioso poema que um génio poderia hoje escrever” <sup>87</sup>, a execução da obra não corresponde, porém, à ideia expressa no título: “Nem uma só poesia onde se cante o bem, onde se propague uma verdade, onde se defina uma crença, onde se acentue uma afirmação” <sup>88</sup>.

Contudo, é na falta de qualidade literária que Fernandes Costa vai insistir. Depois de classificar o livro como “sombrio” e “escuro”, “destinado ao esquecimento”, “onde a ideia fundamental e quase única é a metamorfose do cadáver no vegetal”, todo o resto do artigo, de 1 de Maio a 6 de Junho, é preenchido com uma análise formal minuciosa. Desde o levantamento de todos os vocábulos pertencentes ao campo semântico da morte ao tipo de adjectivação, à repetição abusiva de substantivos, adjectivos e processos retóricos, toda a construção formal do texto é posta a ridículo de uma forma violentíssima.

Destes breves apontamentos talvez seja lícito concluir que a *A Alma Nova* de Guilherme de Azevedo conseguiu, através da crítica suscitada, abrir um espaço de reflexão a outros temas e a outros discursos. Por sua

vez, este evidencia uma crescente consciencialização de crise, uma profunda atenção à mutação da sociedade e uma esforçada tentativa de compreender e explicar os caminhos abertos a uma nova forma de literatura, a um novo modo de ser e de estar no mundo.

Se *A Alma Nova* foi bem acolhida no meio intelectual de então, não foi tanto o seu valor literário que esteve em jogo, mas sim o que a obra significava de culturalmente diferente. Poesia típica da época — reflexo da situação psicológica da sociedade do tempo — assim foi entendida pela maior parte dos seus contemporâneos, e este aspecto não pode, nem deve, hoje, ser esquecido. Termo de comparação com as *Odes Modernas*, que a precedeu, e *A Morte de D. João*, que se lhe seguiu, com estas obras formou um conjunto sentido como representativo de um decidido movimento na história da nossa literatura e da nossa cultura.

É através delas que Oliveira Martins procura descortinar, entre as suas diferenças e semelhanças, a trajectória tomada pela poesia portuguesa. E a sua preocupação não se circunscreve somente à renovação literária nelas presente. Ressalta também — e isto parece-nos ser essencial — o que estas obras, em conjunto, revelam de culturalmente diferente, visto demonstrarem “um modo peculiar de conceber o mundo moral”<sup>89</sup> “para nos mostrar, cada qual de seu feitio, o sistema de novas ideias que vão lavrando na imaginação poética portuguesa”<sup>90</sup>.

Oliveira Martins fechou, como já referimos, o ciclo de críticas saídas à data da publicação do terceiro texto poético de Guilherme de Azevedo. Talvez por ter sido o último, e porque todas as tendências e novos caminhos

apontados não ultrapassassem um estado ainda embrionário, *A Alma Nova* esmoreceu perante outras vozes mais amadurecidas que se levantaram e a imagem do poeta pareceu diluir-se abruptamente.

De 1875 a 1882, apenas temos conhecimento de dois artigos onde se analisam ou referem os textos poéticos de Guilherme de Azevedo: o de Alexandre da Conceição, datado de 1879 — onde, numa visão do movimento literário português, se insere *A Alma Nova* entre as obras mais representativas do realismo<sup>91</sup> — e o de Cândido de Figueiredo, de 1881 — pequeno estudo literário do itinerário poético do autor<sup>92</sup>.

Até 1880, data da partida deste para Paris, o silêncio é apenas entrecortado por pequenas notícias e algumas considerações a propósito das peças de teatro levadas a público e a que aludimos anteriormente<sup>93</sup>. Só em 1880 a imagem de Guilherme de Azevedo jornalista se começa a desenhar, sobrepondo-se, progressivamente, à do poeta. O seu nome parece ligar-se definitivamente a essa nova faceta. Esquece-se o poeta para se consagrar o jornalista.

Do jornalista se despedem *O António Maria*<sup>94</sup> e *O Ocidente*<sup>95</sup>, aquando da sua partida para Paris. No Álbum das Glórias, onde figura entre as mais altas individualidades do tempo, são também as suas qualidades como jornalista moderno que permanecem evidenciadas. Aí, Ramalho Ortigão, sob o pseudónimo de João Ribaixo, salienta a sua “coragem de opinião, a fina sensibilidade mental perante a orientação científica do seu tempo, a suficiente dose de irreverência por todas as expressões de autoridade e o poder da forma”<sup>96</sup>. No Brasil, esperam-se ansiosamente as cartas que, quinzenalmente, divertem e informam os leitores da

*Gazeta de Notícias*. Silva Ramos inclui o nome de Guilherme de Azevedo entre os que criaram nome nos jornais e folhetins literários em Portugal <sup>97</sup>. Se ainda nos ficassem dúvidas quanto à sua consagração como jornalista, bastaria ler, como já dissemos, a maior parte dos artigos saídos à data da sua morte. Neles, é o jornalista e não o poeta que é lembrado. Carlos de Moura Cabral, tal como Ramalho Ortigão, elogia a sua feição literária de cronista moderno e o traço firme e preciso na caracterização de personagens e factos <sup>98</sup>; Pharés e Zé Segredo (pseudónimos de Pinheiro Chagas?) classificam os seus textos em prosa como obras-primas de humorismo e comparam-no aos mais conhecidos folhetinistas parisienses<sup>99</sup>; Luís de Andrade considera que nem Aurelien Scholl, nem Charles Monselet, nem Georges Duval escrevem com mais escrúpulo literário e graça mais delicada <sup>100</sup>; e até Fialho d'Almeida, que tanto maltratou o poeta, relembra, dois anos após a sua morte, a popularidade alcançada pelos seus ditos em todos os círculos literários da capital) <sup>101</sup>.

Beldemónio (pseudónimo de Barros Lobo), Ramalho Ortigão, Zé Segredo, Pinheiro Chagas, Gervásio Lobato, eis alguns dos que, em 1882, consagraram artigos a Guilherme de Azevedo jornalista. Contudo, a previsão de Guerra Junqueiro cumpriu-se, pelo menos parcialmente: o jornalista, com o correr dos anos, iria sensivelmente desaparecendo. O poeta — embora hoje não se destaque entre os mais altos do seu tempo — esse ressurgiria vitorioso.

Detenhamo-nos, pois, nessa faceta que tanta fama lhe concedeu no seu tempo; permitamos que, desta vez, seja o poeta a fazer “ressuscitar” o jornalista.

IV / GUILHERME DE AZEVEDO  
JORNALISTA

“Durante dez anos consecutivos, ele fez sorrir Lisboa todas as semanas, quase todos os dias, arrancando de cada facto da nossa existência de país decadente, mandrião, aborrecido e enfastiado, o comentário cómico, espirituoso e vivaz...”

RAMALHO ORTIGÃO

*Os primeiros passos: a revelação ideológica e literária do escritor*

Os primeiros passos de Guilherme de Azevedo nesta actividade literária foram dados n’O *Alfageme* de Santarém, pequeno jornal por ele fundado, em 1871, juntamente com Lino d’Assunção e Ferreira Braga. Jornal político, literário e noticioso, O *Alfageme* obedecia, na generalidade, às características de outras folhas locais espalhadas pelas pequenas cidades de província, onde nem sequer faltava o comentário aos acontecimentos sociais da terra. Apenas o “Discurso de Abertura”, o “Boletim Político” e o “Folhetim”, da responsabilidade de Guilherme de Azevedo, e um ou outro artigo, fugiam completamente à feição local imprescindível a uma publicação deste tipo.

A nota inaugural demonstra, desde logo, o profundo empenhamento revolucionário do jovem santareno, a que não é estranha toda a convivência tida com os elementos do Cenáculo. A data de fundação do jornal, 1871, coincide com a das célebres Conferências do Casino e com a do segundo livro de versos do poeta, *Radiações da Noite*. Nestas três manifestações culturais — e ainda em *A Alma Nova*, visto esta obra fixar as tendências da anterior — coexistem, pois, uma idêntica exaltação dos ideais de liberdade, justiça e democracia; uma excessiva atenção aos principais movimentos do século; um enorme desejo de agitar a opinião pública; e uma extrema coragem em trazer a público todas as suas convicções. São inúmeros os pontos de contacto entre este discurso inaugural e o proferido por Antero, que chamou a si a responsabilidade de abrir a série de conferências cujo programa vem assinado por doze personalidades, entre as quais consta o nome do próprio Guilherme de Azevedo.

Distando apenas um mês entre si (programa das conferências, 16 de Maio; primeiro número d'*O Alfageme*, 15 de Junho), os dois textos revelam, para além de um mesmo tom, entusiástico e convicto, uma intenção social e uma linha de rumo programática semelhantes. Assim, é idêntico o anseio em salvaguardar a liberdade de opinião — enquanto Antero pretende “abrir uma tribuna onde tenham voz as ideias e os trabalhos que caracterizam este momento do século”<sup>102</sup>, Guilherme de Azevedo afirma que “a voz que hoje se levanta, desassombrada e livre, não representa os interesses duma facção, nem intenta fazer-se escutar no meio das pugnas estéreis dos partidos”<sup>103</sup>. A crença na defesa e propagação das novas ideias como uma forma de luta é

também a mesma. Acredita o primeiro que o seu estudo permitiria a revolução; crê o segundo que, no espírito humano, “a ideia é um gládio capaz de cavar um sulco mais profundo do que a cintilante e rija espada do guerreiro”<sup>104</sup>. O autor das *Odes Modernas* considera a impossibilidade de um povo viver e desenvolver-se isoladamente do movimento moderno; o poeta d’*A Alma Nova* refere a obediência d’*O Alfageme* “às leis imperiosas do grande movimento do século, acompanhado, levado, pela corrente das ideias, a grande e fecunda evolução histórica dos nossos tempos”<sup>105</sup>. São comuns, ainda, a referência à agitação social que se sente na Europa; a crítica ao facto de, anacronicamente, Portugal não se encontrar a partilhar dessa transformação; e a intenção de, através da escrita, modificar os destinos do país.

Estes vectores são susceptíveis de caracterizar o pensamento de Guilherme de Azevedo, visto aparecerem explicitados em textos em prosa e estarem subjacentes a todo o trabalho poético realizado simultânea ou posteriormente a 1871. As palavras com que termina o discurso de abertura d’*O Alfageme* — o trazer na consciência o sentimento democrático e a crença grandiosa no triunfo completo da liberdade e da justiça — estão já presentes quer na introdução a *Radiações da Noite*, quer na construção temática d’*A Alma Nova* e na dedicatória a Antero que abre este último volume de versos. Neste nem sequer falta a apologia da Ideia, tida como uma arma contra os detentores do poder e da opressão, simbolizada por uma hidra imensa, defensora e inauguradora de um mundo melhor<sup>106</sup>.

Na mesma linha de força do discurso inaugural encontram-se as duas secções assinadas pelo autor, o

“Folhetim” e o “Boletim Político”. A sua participação não é, porém, regular, nem acompanha os últimos momentos desta folha local. No n.º 27, datado de 21 de Setembro, publicava-se uma carta de Guilherme de Azevedo onde este afirmava abandonar o cargo de director e redactor político d’*O Alfageme* em que, desde a sua fundação, se achava investido.

O seu afastamento, cujos motivos se encontram explicitados na missiva atrás referida — o ter conferido ao jornal um carácter de colectividade e um espírito revolucionário e radical em detrimento da feição local imprescindível a uma publicação deste género — encontra-se relacionado com as considerações tecidas acerca da Comuna de Paris. Os textos onde se analisa este tema não são unicamente, pelo menos em teoria, da responsabilidade do autor, visto não se encontrarem assinados. Contudo, o facto de Guilherme de Azevedo se ter demitido como única resposta possível ao escândalo provocado não deixa dúvidas quanto ao peso da sua participação activa e maioritária.

Como já Manuel Simões pretendeu demonstrar <sup>107</sup>, a atitude de Guilherme de Azevedo a este respeito não é perfeitamente clara: do suposto elogio à Insurreição de Paris passa, em menos de um mês, à censura dos panfletos que a aplaudiam, negando a colaboração d’*O Alfageme* na sua defesa. No entanto, a comparação entre outras das suas afirmações e certas passagens onde existem referências à Comuna permite pressupor uma mesma linha de rumo — a aceitação, não dos factos em si, mas, como o próprio explicitou em carta remetida à imprensa, dos princípios que os inspiravam: “Na insurreição de Paris eu estou com os princípios e não com os homens; todavia, os homens que bateram à

porta da minha casa chamando hospitalidade eram uns vencidos que se tinham batido heroicamente por um ideal e que, terminada a luta, procuram esquivar-se à perseguição. Ora, todo o homem vencido é sagrado”<sup>108</sup>.

A corroborar esta hipótese, tomemos como exemplo o conceito de demolição: “O verdadeiro e principal dever do homem de bem é demolir uma ordem de ideias que, por anacrónicas, só servem de embaraço ao progresso e bem estar dos povos. A demolição que apreçamos não significa ‘arrasar’ cidades, destruir monumentos [...]. Trabalhamos apenas para abrir novos horizontes à Ideia”<sup>109</sup>. Pretende-se, pois, com a propagação dos novos ideais, abrir e consolidar estruturas mentais diferentes e instaurar os princípios democráticos, de liberdade e de justiça, na organização das sociedades. Se para o autor há dois caminhos a seguir, um conduzindo à revolução pela Ideia, outro à revolução pela força<sup>110</sup>, a opção de Guilherme de Azevedo fora já anunciada no seu discurso de abertura, ao considerar a Ideia como “um gládio capaz de cavar um sulco mais profundo do que a cintilante e rija espada do guerreiro”. O elogio à Comuna parece ser, antes de mais, o elogio ao significado revolucionário dum movimento proveniente da agitação própria das grandes evoluções da humanidade.

Poder-se-á imaginar o escândalo provocado na pequena cidade de Santarém por qualquer uma destas afirmações. O seu afastamento da direcção d’*O Alfageme* surgiu como a única alternativa conducente à continuação do pequeno jornal. Este, porém, não sobreviveu muito mais tempo: o suplemento ao n.º 55, datado de 28 de Dezembro, anunciava a suspensão

temporária da folha que, no entanto, nunca mais viria a público.

Até Setembro desse ano, data da renúncia de Guilherme de Azevedo, encontramos apenas dez textos da sua inteira responsabilidade. O “Boletim Político”, resumido a três exemplares — sendo um deles quase inteiramente preenchido pela carta de resignação do autor — revela a capacidade de Guilherme de Azevedo em proceder a uma análise fria e séria da situação política portuguesa e, por oposição, alerta para o tom irreverente e caloroso que pode tomar o seu discurso. O primeiro Boletim, datado de 22 de Junho, constitui-se como ponto de reflexão do ser político-social do nosso país. Artigo bem estruturado, lembra certos textos, posteriormente publicados na *História de Portugal* e na 3.<sup>a</sup> ed. do *Portugal Contemporâneo*, de Oliveira Martins.

Comparem-se, por exemplo, os termos em que é feita a acusação ao sistema partidário português — com as lutas estéreis, a falta de consistência política, os interesses mesquinhos e a corrupção que o caracterizam <sup>111</sup>; a referência à esterilidade intelectual resultante dessa vazia agitação política <sup>112</sup>; a noção de decomposição nacional, fruto da decadência moral, política e económica do país <sup>113</sup>. Note-se também a proximidade, ainda que em contextos diversos, entre a interrogação vital de Oliveira Martins acerca da viabilidade de Portugal existir como nação autónoma <sup>114</sup> e a de Guilherme de Azevedo, ao interrogar-se se possuiríamos “a força, a virilidade e a previsão política necessárias para salvar do naufrágio mais ou menos remoto o corpo social português”. Por fim, atente-se na semelhança entre as imagens dadas de um Portugal em crise: o historiador, ao analisar os vários momentos de

maior dificuldade do país e as sucessivas pseudo-soluções de que nos fomos servindo, compará-las-á, cada uma tomada individualmente, a uma “transfusão de sangue em um organismo anémico”<sup>115</sup>; o jovem santareno, crente ainda no vigor e energia dos da sua geração, terminava o texto afirmando que cumpria “injectar um novo sangue nas veias desse moribundo Portugal”.

Da existência de pontos de contacto na análise da situação do país entre os dois autores — de formação, capacidades e obras tão diferentes — emerge uma profunda consciência de crise e um arraigado empenhamento em modificar os destinos da nação.

No segundo boletim, datado de 29 de Junho, a indignação provocada pelo encerramento das Conferências Democráticas, inauguradas, poucos dias antes, no Casino Lisbonense, parece sobrepôr-se à frieza da análise anterior. Neste, o discurso é orientado por um sentimento de revolta e quase, podemos dizê-lo, de desprezo pela afronta que tal acto representava.

Todo o texto toma a forma de uma violenta censura ao sistema repressivo e ao seu principal representante, o sr. ministro do Reino. De facto, o diploma proibitivo das conferências, publicado a 26 de Junho, vinha assinado pelo marquês de Ávila e Bolama. Nele não só se definiam as reuniões havidas no casino como “uma série de prelecções em que se expõem e procuram sustentar doutrinas e proposições que atacam a Religião e as instituições políticas do Estado”<sup>116</sup>, mas ainda se interditava a sua continuação, tanto no local onde estavam a ser celebradas, como em qualquer outro que pudesse vir a ser escolhido pelos seus promotores.

O ataque frontal a Ávila e Bolama não esconde a irreverência de Guilherme de Azevedo: apelidando-o de “acólito dedicado da reacção, apóstolo convicto de todas as doutrinas caducas, mendigo impertinente de todas as graças e de todas as distinções cortesãs”, acusa-o de “amordaçar a consciência”, de impor silêncio “à voz que principiava a despertar o ânimo do público do letargo”, de suprimir “a liberdade de pensamento, da palavra e da reunião”. No final do texto, não passa despercebida a velada ameaça pelas consequências que tal acto podia despoletar no momento em que soasse a voz solene da revolução. Para testemunhar a intolerância ministerial, Guilherme de Azevedo encerra o seu discurso com a transcrição do protesto publicado nos jornais de Lisboa e subscreve-o na qualidade de promotor dessas conferências.

De características diversas se reveste o “Folhetim”. Assinado, não por extenso, mas apenas por uma Inicial — G. —, toda a seriedade anterior é aqui substituída por um tom humorístico e familiar, a lembrar já o género de crónica que o prosador cultivaria nos últimos tempos. Saltitando de assunto em assunto, sempre com graça, comentando os acontecimentos da semana — fossem eles a procissão do “Corpus-Christi”, o funcionamento dos comboios ou a política do país — interligando-os com um pouco de poesia ou colorindo-os com descrições paisagísticas, os sete textos de Guilherme de Azevedo constituem uma unidade reveladora das suas capacidades de cronista. Promete, logo no primeiro número, ser um folhetinista moderado, sério, respeitador e, principalmente, independente. Afirma, mais tarde, ser “um cronista ‘d’après nature”<sup>117</sup>. E, na verdade, o futuro colaborador de Bordalo Pinheiro

demonstra já possuir, entre muitas outras, duas qualidades imprescindíveis à elaboração deste tipo de texto: a agilidade de transição entre os assuntos e a facilidade de caracterizar um acontecimento ou uma personalidade com uma dúzia de linhas ou uma expressão, inseridas, como por mero acaso, no seio de um discurso aparentemente concentrado em qualquer outro aspecto.

Do jogo de palavras e de ideias resulta toda a graça, ironia e leveza destas crónicas. Repare-se neste trecho:

“Estamos em pleno Junho e este mês alegre e criador (começemos a lisonjeá-lo) não me há-de deixar ficar mal. O Junho benéfico e folgazão! O fogo dos valverdes principia a iluminar a atmosfera e a reflectir-se no folhetim: a redacção cheira a rosmaninho, estalam as bombas, sente-se a bulha dos foguetes; os candidatos, para se exercitarem nas lides parlamentares e adquirirem popularidade, saltam as fogueiras a pés juntos e os agentes eleitorais atiram busca-pés aos eleitores, enquanto o sr. ministro do reino, munido das competentes alcaçofras, deita rodinhas e pistolas às janelas da secretaria a fim de alegrar o país, esperando, ansioso, que o dia de amanhã lhe traga uma esperança ou uma desilusão.

Eu prezo extremamente Junho porque este é o mês de Santo António e eu tributo a Santo António um respeito todo cheio de patriotismo pelas suas qualidades nacionais [...].

Havendo todos os anos um dia, mais de um dia, treze dias em que todos lhe tributam louvores e o bendizem, admirado estou eu de que o sr. marquês d'Ávila se não lembrasse ainda de o condecorar com a comenda da Conceição ou com o hábito de Cristo, ao

menos, como tem feito a tanta gente que nunca nenhum de nós viu nem conheceu.

Do ambiente das festas populares do mês de Junho, o cronista transita para a atmosfera eleitoral. Alude a certos recursos utilizados pelos candidatos para ganharem a simpatia dos eleitores e refere a significativa insegurança de Ávila e Bolama. Retomando o tema do mês de Junho, associa-o a Santo António, o que lhe permite criticar o costume nacional de distribuir condecorações e, particularmente, à forma pouco criteriosa com que o fazia o ministro do Reino. O humor e a ironia resultam, por vezes, da sobreposição dos sentidos donativo e conotativo das palavras: “Temos finalmente o calor entre nós [...], a humanidade suprime as flanelas e o sr. marquês de Ávila e Bolama, a fim de suprimir alguma coisa que não seja o seu “cache-nez” imortal, deita-se às conferências democráticas e suprime-as também [...]”<sup>119</sup>; outras, do acumular sucessivo de metáforas: “Ainda os grilos cantam até altas horas na solidão dos seus covis! [...] o sr. marquês d’Ávila e Bolama, roendo a verdura do poder, é hoje o grande grilo da situação: em baixo, em cima, em roda dele, por todos os lados, não se houve senão gri gri, gri gri”<sup>120</sup>.

Embora lidas com agrado, estas crónicas não possuem a variedade de assuntos que caracteriza este género literário. Não raras vezes, o próprio cronista se lamenta da escassez de acontecimentos dignos de serem louvados<sup>121</sup>, a que se liga, invariavelmente, a alusão ao indiferentismo e marasmo do povo português. Daí que se nos deparem crónicas preenchidas por poesia<sup>122</sup> ou concentradas num acontecimento determinado.

Exemplo desta última é o folhetim de 2 de Julho, dedicado exclusivamente ao encerramento das Conferências do Casino. Não deixaria de ser interessante a sua comparação com o boletim político que versa o mesmo tema: a leitura dos dois textos revelaria não só a diferença entre as duas secções assinadas por Guilherme de Azevedo, mas também a versatilidade do autor, capaz de tratar o mesmo assunto de forma tão diversa.

Entre os temas abordados nesta coluna, note-se a preponderância do tema político, explícita ou implicitamente focado, com incidência na figura do ministro do Reino, marquês de Ávila e Bolama. Em oposição à abundância de descrições paisagísticas, a crítica literária é quase inexistente e escassas são as referências culturais: pouco mais há para além de algumas alusões a Musset, a Shakespeare, a Offenbach, a Garret e a Cervantes. Refira-se, no entanto, embora noutra parte do pequeno jornal, o comentário ao aparecimento d'*As Farças*, tidas como um dos melhores acontecimentos literários dos últimos tempos devido ao profícuo abalo que podem e devem produzir em todos os ânimos <sup>123</sup>.

Em conclusão, poderemos afirmar que o conjunto da colaboração de Guilherme de Azevedo n'*O Alfageme* evidencia já uma virtualidade de escrita e a pretensão de, continuamente, negar os falsos ídolos que se intentavam impor à opinião pública; protestar contra a incúria e o aviltamento público — interpretados como causadores da atrofia e decadência social do país; em suma, e bem ao gosto dos da sua geração, lançar uma mão cheia de novas ideias para agitar as consciências e sacudir os espíritos empoeirados pela tradição e pelo anacronismo.

Os propósitos antes referidos foram, certamente, os responsáveis pelo convite de Silva Pinto e Magalhães Lima para fundarem uma revista. Com Gomes Leal e Luciano Cordeiro estava completado o núcleo de redactores d’*O Espectro de Juvenal*.

O facto de, nesta publicação, os artigos não virem assinados, impossibilita-nos de determinar quais os textos de Guilherme de Azevedo. Alguns apresentam-se subscritos com iniciais: M. L. (Magalhães Lima), S. P. (Silva Pinto), G. L. (Gomes Leal), etc. Nenhuma delas, porém, remete para o poeta santareno.

A introdução d’*O Espectro de Juvenal* é bastante elucidativa quanto aos seus propósitos <sup>124</sup>. A revista não se destinava, segundo aí se afirma, nem ao leitor burguês, nem ao operário, nem ao militar, nem ao literato oficial, nem a “liberalões corruptos”, nem a falsos republicanos, nem, ainda, a legitimistas. Não pretendia exhibir-se como um simples emoliente para as horas de irritação ou de lazer. *O Espectro de Juvenal* propunha-se — e a afirmativa ganha força por oposição às negativas anteriores — desmascarar a Mentira, acusar o Erro, desmitificar a Rotina, seguindo o princípio fundamental da Humanidade: a Justiça. Dirigia-se a todas as vítimas da extrema injustiça social que viam reprimida a sua liberdade de pensamento, fossem elas o professor primário, o empregado público, o operário modesto ou todos os trabalhadores obscuros e ignorados.

Tal como *O Alfageme*, *O Espectro de Juvenal* ia ao encontro dos novos ideais surgidos. E obedecia, da mesma forma, a uma característica comum a todas as revistas em que o autor colaborou: o desejo de salvaguardar a liberdade de opinião. Assim, recusava

publicamente o seu comprometimento político e alertava o leitor para a imparcialidade de que se revestia a publicação.

Os únicos cinco números editados permitem considerar *O Espectro de Juvenal* como um conjunto de notas e comentários profundos a muitos aspectos da vida portuguesa. Bastará passar os olhos pelo índice de qualquer número para entrevermos a variedade e o interesse dos temas aí abordados. Nesta revista se analisam, descrevem ou estudam livros, homens, factos, ideias e se apresentam páginas literárias.

Archer de Lima, ao referir-se a esta publicação, afirmava tudo se ter conjugado para fazer dela “uma coisa que por vezes deve ter amedrontado o homem visado, trazendo-o para a praça pública e mostrando-o, como um vendedor de tira-nódoas faz com os seus produtos, com dois dedos, por entre intermédios da escamoteação e com gritos e caretas que ajuntam, em redor o rapazio [...]”<sup>125</sup>.

Destaquem-se, dentre as várias secções, o artigo de fundo de Magalhães Lima, dedicado a Guilherme de Azevedo e intitulado “Teorias Sociais”, e a rubrica humorística, não assinada, “Carteira de Mefistófoles”. O primeiro é constituído, como o próprio nome indica, por uma série de observações acerca de várias teorias sociais. Aí se defende a revolução social e se antepõe o socialismo cooperativo a qualquer outro sistema; se analisam e historiam as duas forças presentes na sociedade moderna, a liberdade e a fraternidade; se refere a imperfeição do cristianismo como sistema; se apregoam as ideias de Proudhon e se citam passos da sua *Idée Générale de la Revolution au XIX siècle*.

Em contraste com a seriedade desta exposição, a “Carteira de Mefistófoles” contém apontamentos cheios de humor sobre a cidade e vida lisboetas. Mosaico de pequenos textos individualizados, muitos deles apresentam certo relevo plástico. Atente-se nesta passagem:

“As ruas de noite são mal alumadas e reina um silêncio pavoroso como numa cidade empestada. Nas ruas estreitas e tortuosas, os candeeiros, de longe em longe, dão uma luz sinistra e taciturna. Em distância, parecem uns grandes olhos de lobos, parados e silenciosos. Às dez horas todos os burgueses estão recolhidos e só se escuta, nas calçadas, o passo vagaroso e sonoro das patrulhas que dormem andando, como sonâmbulos. Nas vielas escuta-se, às vezes, um grito abafado, um urro, um gemido de homem que degolam... as sentinelas taciturnas, que passeavam automaticamente, abrem os olhos, correm... e só encontram um corpo morto nas pedras tintas de sangue na calçada. As rondas perguntam aos vizinhos se viram passar o matador e se levava navalha de mola e quantos foram, aproximadamente, os gritos de agonia e as facadas.

Mas então aquelas sombras, cheias de terror, recolhem as cabeças toucadas de barretes d’algodão e coifas de dormir e rodam pesadamente as vidraças. De vez em quando ladram os cães”<sup>126</sup>.

O estado deserto e silencioso das ruas de Lisboa; o carácter triste e saudoso do povo português, que parece trazer “luto pesado por uma grande calamidade”, eternamente inconsolável pela “expulsão dos seus frades devotos e gordos” — alusão, sem dúvida, ao decreto de Joaquim António de Aguiar (1834); e os maiores

defeitos dos lusitanos — amigos de hipérboles, devotados ao absurdo, mentirosos e incoerentes — são alguns dos aspectos salientados nesta secção do primeiro volume d’*O Espectro de Juvenal*.

A crer no testemunho de Archer de Lima, a revista alcançou o êxito esperado, não só por este género de publicação, fundamentalmente crítica, estar na moda — logo depois de Camilo <sup>127</sup> — mas também pelo carácter multifacetado e pela indesmentível qualidade dos seus textos.

O afastamento progressivo dos três elementos convidados — Gomes Leal, Guilherme de Azevedo e Luciano Cordeiro — parece estar na base do cancelamento da revista. Logo no primeiro número, de 1872, se declara a não participação de Luciano Cordeiro nesse exemplar. No número seguinte, de 1873, é a vez de Gomes Leal. No final do terceiro, deparamos com estas palavras: “À última hora recebemos do nosso colega e amigo, o sr. Guilherme de Azevedo, uma carta, na qual este cavalheiro nos pede que prescindamos da sua colaboração na cruzada que nós empreendemos. Sentimos a resolução do nosso antigo colega, resolução que não altera de forma alguma os sentimentos de simpatia e respeito que nos merecem o seu carácter probo e o seu brilhante talento”. De acordo com a declaração que abre o número seguinte, tudo leva a crer que Luciano Cordeiro e Gomes Leal acompanharam a decisão do jovem santareno. A continuação da revista ficou, a partir desse momento, a cargo e sob a exclusiva responsabilidade de Magalhães Lima e Silva Pinto. No quinto e último volume d’*O Espectro de Juvenal*, estes declaravam, num pequeno texto datado de 20 de Junho de 1875, suspender temporariamente a publicação.

Desagregado, porém, o núcleo inicial de redactores, nunca mais a revista viria a público.

Considerada como um todo, a participação de Guilherme de Azevedo n' *O Alfaceme* e n' *O Espectro de Juvenal*, no início da sua carreira jornalística, fornece as linhas fundamentais do seu pensamento e ideologia. Explicitamente, no primeiro caso, pela análise fria e contundente do país e pelo entusiasmo frente aos modernos valores do século; implicitamente, no segundo, pela colaboração numa revista crítica com um determinado tipo de princípios e ideais. Revela ainda, porquanto em estado embrionário, as principais características que iriam marcar todo o seu trabalho como jornalista: uma enorme capacidade de humor, a propensão para um estilo desprezioso e digressivo através do qual o autor desliza entre os mais variados núcleos de interesse e uma preocupação constante na análise política do país.

O doseamento destas características — sempre presentes — permite a consideração de diferentes facetas de Guilherme de Azevedo jornalista. Pela análise séria dos acontecimentos políticos, surge o comentador político que acabámos de ver n' *O Alfaceme*; pela atenção prestada ao lado burlesco, insólito e ridículo lisboeta, o humorista; pela conversa familiar estabelecida com o leitor, fornecendo-lhe, séria ou humoristicamente, a panorâmica das vicissitudes de uma nação numa série de quadros analíticos da sua vida política, social e artística, o cronista.

*O Humorista, a caricatura do viver e do sentir nacional*

Foi com as “Cartas de um Birmã” que Guilherme de Azevedo mostrou a amplitude da sua capacidade humorística. Republicadas em 1904 pelo *Jornal da Noite* como exemplo de uma autêntica “obra-prima” de humorismo <sup>128</sup>, estas cartas, inteiramente da responsabilidade do autor e subscritas pelo estranho pseudónimo “Mihri”, alcançaram um enorme sucesso na época.

Motivados pela visita duma comissão da Birmânia a Portugal, estes textos, somatório das impressões colhidas por um suposto adido a essa embaixada, permitiram cobrir de ridículo, com ironia e leveza, certos costumes portugueses e criticar as individualidades do meio político do tempo.

A ocasião escolhida para a sua publicação poderá explicar o bom acolhimento junto do público. De facto, ainda na véspera da primeira carta e no mesmo jornal se noticiava a visita daquela embaixada estrangeira ao nosso país. O início das missivas, no dia seguinte, e a seriedade contida na introdução fizeram com que muitos leitores as levassem a sério, não duvidando, por isso, da sua autenticidade. Dizia o *Diário da Manhã* a 10 de Fevereiro de 1877: “Devemos ao obséquio de um amigo prezadíssimo o podermos oferecer aos nossos leitores algumas cartas que um adido à embaixada birmanesa tem enviado de Lisboa para o seu país. Estas cartas, escritas na própria Klaproth, são vertidas por um intérprete para o inglês e daí transladadas à nossa língua. Achamo-las extremamente curiosas: estranhas nos detalhes e quase extravagantes nas observações; por isso mesmo, cremos que serão lidas com curiosidade”.

Alguns dias após a edição do oitavo exemplar (cf. 20 de Fevereiro, 1877) e de um pedido de desculpas (cf. 21 de Fevereiro, 1877) por ainda não ter sido possível trazer a público as duas últimas cartas, anunciadas, contudo, para breve, o *Diário da Manhã* fazia publicar um pequeno texto saído na *Época*, acompanhando-o de uma breve explicação:

“Lê-se na ‘Época’ de 1 do corrente, recebida ontem: ‘Movidos pela curiosidade e graça com que estavam escritas, publicamos as cartas ‘birmanes’ que os nossos leitores terão apreciado. Agora sabemos que tinham um fim crítico contra pessoas ilustres do reino vizinho de Portugal, pelas quais temos a maior consideração e afecto e declaramos que a nossa ideia não foi associarmo-nos à crítica política que encerravam e à qual éramos estranhos.

Quando a ‘Época’ começou a publicar as cartas de um birmã, supposemos tê-las recebido do próprio autor, visto não declarar serem copiadas do *Diário da Manhã*, o único jornal que, em Lisboa, as transcrevia do próprio original. Ora o autor não enviou as cartas à ‘Época’, sendo pois indubitável que eram transcritas da nossa folha.

Sentimos ter iludido a boa fé da folha madrilena. Nas cartas, porém, apesar da sua intenção crítica, não havia ofensa para ninguém e nós aplaudimos as boas intenções da ‘Época’, apenas estranhámos que a sua cortesia seja tão excêntrica como os próprios birmãs”<sup>129</sup>.

Para além de assinalar o desentendimento entre os dois jornais — um por ter tido boa fé, não se apercebendo da crítica inserida nas cartas, o outro por as ter visto publicadas sem autorização prévia — este

breve trecho demonstra o sucesso obtido por esta secção, acentua a sua intenção crítica e alerta para a construção das próprias missivas. A análise da sua estrutura lembra as palavras de Fernando Pessoa, ao definir, deste modo, a verdadeira ironia: “A essência da ironia consiste em não se poder descobrir o segundo sentido do texto por nenhuma palavra dele, deduzindo-se porém esse segundo sentido do facto de ser impossível dever o texto dizer aquilo que diz”<sup>130</sup>. Não existindo, nas cartas, nenhuma palavra ou expressão que remetesse claramente para um segundo sentido, este só poderia ser descodificado se houvesse um conhecimento bastante completo do contexto político, social e económico em que aquelas se inseriam. A deficiente informação que o jornal madrileno possuía do contexto português e de certos pormenores da visita da embaixada, agravada por as mais estranhas observações poderem ser devidas à diferente cultura de quem escrevia — um suposto birmã — esteve, possivelmente, na base da boa fé da *Época*.

Como saber, por exemplo, que a referência à “baixela de gala simples” em que fora servido o jantar à embaixada<sup>131</sup> se constituía como uma crítica aos serviços de mesa riquíssimos trazidos pelos embaixadores e a todo o luxo por eles ostentado, se não se tivessem seguido, com atenção, as notícias que iam saindo, dia a dia, sobre a sua visita a Portugal? Como descortinar, desconhecendo o contexto português, sob a denominação de “Co ello (associado com Ele)”<sup>132</sup> — homem dotado de uma abnegação extrema “a ponto de só exigir por cada papel imenso, cheio de palavras [...] uma pequena rodela de cobre muito ordinária”, sustentado a “thé bol (leite) e Cle si (aranha)” — o

director do *Diário de Notícias*, Eduardo Coelho, mencionado pelo preço acessível do seu jornal (10 réis num tempo em que o custo dos jornais era de 40 réis, em média, por exemplar) e pela equipa formada com Leite Bastos e Brito Aranha, ambos redactores do Diário que ele dirigia? E como descodificar a alusão a Alvarenga, excelente cozinheiro contratado pelo Hotel Gibraltar, cujo nome correspondia também a um célebre médico do Paço e a um muito falado maestro<sup>133</sup>.

Após a troca de censuras entre os dois jornais, não foram publicadas as duas últimas cartas já previstas e anunciadas. O conjunto das “Cartas de um Birnã” – ficou, assim, reduzido a oito unidades sobejamente indicadoras, contudo, da capacidade crítica e humorística de Guilherme de Azevedo.

Utilizando um modelo já conhecido — a lembrar, como bem referiu Maria Helena Lucas<sup>134</sup>, as *Lettres Persanes* de Montesquieu — o autor analisa vários aspectos e pormenores da vida nacional. Aí se comenta a bisbilhotice do português perante tudo o que é estrangeiro; o carnaval em Lisboa; a pobreza da nossa frota; a facilidade com que se compram comendas e distinções em Portugal; o modo de vestir, o hábito de ostentação nos passeios públicos, a higiene, os preconceitos, atitudes e crenças dos nacionais. Nestas cartas se alude também à subserviência e pedinchice do povo, à corrupção do governo, ao preço dos jornais, à exploração dos trabalhadores, ao isolamento da classe dirigente do país; e se critica, ainda, várias personalidades, entre elas o conselheiro Marçal José Ribeiro, Alvarenga, médico do Paço, Fontes Pereira de Melo, Rodrigues Sampaio e Eduardo Coelho. Neste

aspecto, as cartas não se afastam muito dos restantes textos humorísticos de Guilherme de Azevedo. A intenção crítica é a mesma, fortemente assente no princípio de que o humor, através da palavra, é, como dizia Eça de Queirós, “a mais antiga e ainda a mais terrível forma de crítica. Passe-se sete vezes uma gargalhada em volta de uma instituição e a instituição alui-se”<sup>135</sup>. Diferente é, porém, o modo como o escritor, com descrições, imagens, palavras exóticas, perífrases e metáforas constantes, interpreta o idealismo e a poesia do povo oriental.

Para criar a ilusão de que o narrador provém de um mundo diverso daquele que observa e descreve, começa, logo na primeira carta, por colocar em paralelo os dois espaços. Por exemplo, o grande rio sagrado de Portugal, o Tejo, parece, na placidez da sua corrente, o “Moo” onde o ‘cairi’ faz reluzir ao sol as suas escamas de rubis<sup>136</sup>; o silêncio da capital era como “o das nossas antigas cidades de mortos”<sup>137</sup>; a capital portuguesa era alegre e silenciosa como “as margens do ‘Aracau’”<sup>138</sup>. Através de múltiplas comparações desenha-se a silhueta desse espaço imaginário donde, supostamente, procede o narrador. O tentar equivaler certos aspectos de duas realidades distintas — não é o Tejo que lembra o “Moo”, mas apenas a placidez da sua corrente — mais não faz do que corroborar a heterogeneidade dos dois mundos.

A transferência de valores (por exemplo, o Tejo visto como um rio sagrado) e o emprego de um vocabulário estranho aos hábitos linguísticos ocidentais são outros dos processos utilizados com o mesmo intuito. Os referentes ora são comuns aos dois espaços — vindo, nesse caso, acompanhados do termo

correspondente: “boé (rei)”, “tolou (governo)”, etc. — ora são desconhecidos do mundo ocidental — não sendo possível, pois, a sua tradução. A existência de um outro destinatário — outro birmã — capaz de decodificar, na sua totalidade, a mensagem transmitida é outro dos elos que constrói a verosimilhança das cartas. No entanto, com a tradução de algumas palavras, o narrador vem permitir, ao leitor nacional, a compreensão da quase totalidade da mensagem, tornando-o, assim, um potencial receptor.

Procura-se motivar o público para a leitura das oito cartas através deste jogo de aproximação/afastamento entre o narrador (Mihri), o suposto destinatário (outro birmã) e o receptor a que poderemos chamar “casual” (o leitor português), criando, entre eles, uma relação inversamente proporcional: quanto maior for a aproximação entre os dois primeiros, maior será o afastamento do terceiro; quanto maior for a aproximação entre o narrador e o leitor português, maior será o afastamento do suposto destinatário.

Embora esta dialéctica se mantenha ao longo das oito cartas, é curioso notar como o receptor casual se transforma, lenta e gradualmente, no verdadeiro destinatário. Com efeito, a tradução de certas palavras utilizadas pela primeira vez concede, ao leitor nacional, todo um “saber” que lhe vai permitir descodificá-las quando forem empregadas posteriormente. Digamos que, de carta em carta, a capacidade descodificadora do “receptor casual” aumenta, ao mesmo tempo que diminuem os referentes não traduzíveis. Simultaneamente, porque o narrador se dirige a um “vós”, entidade abstracta, simplifica-se a transmutação do destinatário casual para o real. Isto é: a pouco e

pouco, o público português aproxima-se do seu verdadeiro papel — o de autêntico destinatário —, embora nunca chegue a sê-lo na totalidade.

O sentido humorístico destas cartas resulta, em parte, da inadequada tentativa de aproximação entre dois mundos e duas mentalidades tão díspares. O despropósito das observações, o contraponto do sério e do cómico e a atenuação do trágico pelo ridículo são alguns dos recursos utilizados na construção humorística dos textos. Nela se inserem as descrições poéticas da realidade circundante, o relevo concedido a aspectos comuns do mundo ocidental, a criação de certas imagens, a evocação de deuses e entidades sagradas e a pretensa dificuldade em explicar costumes e objectos, a contribuirem para a delimitação desse mundo imaginário e, conseqüentemente, para todo o humor daí resultante.

Foi, contudo, enquanto colaborador literário de Rafael Bordalo Pinheiro que Guilherme de Azevedo humorista mais se destacou.

A sua capacidade de síntese, que Ramalho Ortigão apelidou de miniaturismo, ou seja, “a faculdade privilegiada de tratar os mais largos assuntos num pequeníssimo croqui, de reduzir o objecto de quatro colunas a quatro linhas, a uma fórmula, a uma simples legenda e às vezes a uma única palavra <sup>139</sup>, transformou-o num dos colaboradores mais perfeitos de Bordalo. Guilherme de Azevedo fazia com a pena o que o caricaturista fazia com o lápis: um simples traço, desenhado ou escrito, bastava, a um e a outro, para cobrir uma personagem ou um acontecimento de ridículo. Nesta arte difícil, onde Fialho d’Almeida o

considera “curto de fôlego”, de uma concisão impotente, foi onde o humorista alcançou os foros de insubstituível.

Ao tomar o seu lugar no *Álbum das Glórias* e n’*O António Maria*, Ramalho Ortigão sentiu e confessou <sup>140</sup> a dificuldade de manter a anterior unidade entre a escrita e o desenho de Bordalo, segredo do êxito destas duas publicações. Comparando a colaboração de um e de outro, Zé Segredo (Pinheiro Chagas?) afirmava que Guilherme de Azevedo não era, como aquele, “o demolidor audacioso que se coloca, de peito largo, mãos nas algibeiras, charuto na boca, diante da sociedade e lhe pespega uma troça veemente, raciocinada, petulante, que atea aos pés dos triunfadores que passam uma chuva de petardos, de bombas, de morteiros, um fogo de artifício que os atordoa e que os deslumbra: Guilherme de Azevedo era o ‘gavroche’ terrível com uma vozinha de titia que mal se ouvia, mas os vultos graves não passavam por diante dele sem levarem na cabeça um chapéu armado de papel, nas abas do casaco um raboleva burlesco” <sup>141</sup>. O espírito discursador e mais rebuscado de Ramalho Ortigão construía algo de bem diferente do que era conseguido pela simplicidade e concisão do autor d’*A Alma Nova*. Como aquele comentava, onde Guilherme de Azevedo tinha graça, tinha ele apenas convicção.

A faculdade de síntese do jovem santareno liga-se uma forma muito peculiar de humor. Oliveira Martins, ao analisar *A Alma Nova* conjuntamente com as *Odes Modernas* e a *Morte de D. João*, antevira já, nos seus autores, a capacidade de discernir, entre os vários elementos caracterizadores duma personagem ou duma situação, o traço pertinente e diferenciador: “O que

caracteriza notavelmente o espírito novo é a serena e severa compreensão do mal e a sua classificação orgânica, como uma condição necessária das coisas reais. É desse lado do novo espírito que nasce o tom humorístico notavelmente bem acentuado na ‘Alma Nova’ e na ‘Morte de D. João’. A ironia não é propriamente nem o desprezo, nem o ridículo; a ironia acusa principalmente uma compreensão superior e fina, um espírito conciliador e amigo. O humorismo é principalmente a ironia, mas é mais do que ela: vê as coisas por lados que, sendo quase burlescos, são ao mesmo tempo essenciais e típicos. Prefere à estrada plana da demonstração e da dedução racional, os caminhos tortuosos, cheios de caprichos da imaginação; e em vez de nos dar uma definição, dá-nos um toque: o Carlyle retrata assim Robespierre: ‘Sea green’, verde mar. Nesta cor da pele adivinha-se o fanático”<sup>142</sup>.

E Guilherme de Azevedo soube utilizar, na prosa, essa aptidão.

Com início a 1 de Maio de 1875 e estendendo-se, ao longo de trinta e três números, até ao último dia do mês de Julho — passando, a partir do número sete, de edição semanal a quotidiana — a *Lanterna Mágica* propunha, exclusivamente por via irónica, humorística e satírica uma nova temática à vida portuguesa.

Tal como n’O *Espectro de Juvenal*, torna-se difícil individualizar os textos de Guilherme de Azevedo. A revista, no seu conjunto, vinha assinada pelo pseudónimo colectivo Gil Vaz. Este encobria não só o autor d’A *Alma Nova* e o da *Morte de D. João*, mas também Júlio Verim, pseudónimo do brasileiro Luís de Andrade — cronista das “Caricaturas em Prosa”, publicadas em volume em 1876. Manuel de Macedo

assinava uns desenhos intitulados “Crónica das Ruas” e viria a ser o desenhador exclusivo da peça teatral *Viagem à Roda da Parvónia*. Artur Loureiro e Emílio Pimentel subscreviam também algumas caricaturas, mas a alma artística da publicação ficou a dever-se, indubitavelmente, a Bordalo Pinheiro.

Na capa do primeiro número, um único chapéu alto encobria as cabeças dos três colaboradores literários — Guilherme de Azevedo, Guerra Junqueiro e Luís de Andrade — enquanto à sua volta se podiam observar os retratos minúsculos dos quatro desenhadores. Por cima destas figuras, em letra desenhada, podia ler-se “A Lanterna Mágica por Gil Vaz”.

Este abria o primeiro número com uma espécie de gazetilha dirigida às senhoras. Declarava que a sua doutrina, “clara e franca”, não procuraria agradar ao “Padre Eterno”. E entendia, entre outras coisas, que precisavam da reforma “as consciências e a roupa branca”. A mudança do carácter hebdomadário da publicação para diário fez com que, no n.º 8, surgisse um novo texto revelador das linhas gerais de acção: a *Lanterna Mágica* pretendia mostrar, sempre sorridente, “o perfil sonambulesco das grandes coisas e dos grandes casos”.

Júlio César Machado referia, num artigo saído no ano seguinte: “A Lanterna Mágica, por não deixar de arvorar bandeira política, arvorou a de troçar com tudo que o estivesse pedindo; irritou por aí um ou outro, mas nunca houve caso em que a pudesse acusar de ser de má fé ou de atirar flechas de ponta envenenada; os homens superiores são cem vezes mais generosos com os medíocres do que estes, de ordinário, o costumam ser para eles. Apesar do pseudónimo que usavam, toda a

gente sabia quem eles eram por não usarem de nariz postiço senão meia hora, não quererem prejudicar escondendo-se, nem se envergonharem do nome que tinham”<sup>143</sup>.

Um dos homens visados foi Pinheiro Chagas, director d’*A Discussão*, com o qual fizeram graça dizendo estar o programa do partido nas sílabas do título do seu jornal. No dia imediato, *A Discussão* respondia com uma pergunta que ecoou por toda a Lisboa: “Quem manda os senhores meter o nariz nas sílabas do nosso título?” Pequena polémica se gerou então, o que não impediu que Pinheiro Chagas — a corroborar as palavras de Júlio César Machado — convidasse Guilherme de Azevedo e Guerra Junqueiro a colaborar, no ano seguinte, no novo jornal por ele fundado, o *Diário da Manhã*.

O maior acontecimento da *Lanterna Mágica* foi, contudo, a criação do “Zé Povinho”. Como esquecer essa imagem, surgida no n.º 5 de 12 de Junho — datado, por engano, de 19 — que iria passar parte da sua vida boquiaberto perante todo o tipo de vicissitudes da sociedade nacional? Ali estava, encarnando o povo lusitano, aquela figura simpática de origem rural, enganada, sacrificada, por vezes com uma esperteza saloia, mas constantemente pasmado e ficando na mesma, como se insiste nas legendas que acompanham as imagens<sup>145</sup>.

Procurava a *Lanterna Mágica*, tal como vimos em relação às publicações anteriores, manter inteira liberdade de opinião, envolvendo na sua crítica governantes e governados, embora fossem aqueles a motivar grande parte dos comentários desta revista.

Ainda que do agrado público, explorando todos os factos nacionais, fossem eles literários, políticos,

noticiosos ou de qualquer outra espécie, ridicularizando, em prosa, verso ou caricatura, altas individualidades do país, queixando-se, por vezes, da falta de assunto — crítica indirecta à imutabilidade da capital — a *Lanterna Mágica* viu chegada a hora do seu término, em fins de Julho de 1875, data da partida de Lisboa de Bordalo Pinheiro.

Já Guilherme de Azevedo colaborava há um ano n’*O Ocidente* quando surgiu outra revista que havia de ficar na história: *O António Maria*.

Como cronista, o poeta d’*A Alma Nova* assinalou o facto nas páginas d’*O Ocidente*. A 1 de Junho de 1879, informava os leitores da chegada ao país de Bordalo, vindo do Brasil, onde fora “dotar as terras de Santa Cruz com a criação do ‘Fagundes’ que é o ‘Proudhomme d’além mar”<sup>146</sup>. No dia seguinte, 2 de Junho, o ministério então no poder caía e era substituído pelo do partido progressista de Anselmo Braamcamp. Dez dias depois, a 12 de Junho de 1879, saía o primeiro número d’*O António Maria*, nome próprio de Fontes Pereira de Melo. Na sua crónica, Guilherme de Azevedo remetia os leitores para o pequeno jornal que “dotaria o seu país, em pouco tempo, com a fotografia mais exacta que porventura tenha saído dos ‘ateliers’ contemporâneos”<sup>147</sup>. Tal como ao analisar a *Viagem à Roda da Parvónia* nessa mesma secção<sup>148</sup>, nada havia nas palavras do cronista que indicasse ao leitor ser ele próprio um dos principais responsáveis, quer pela obra, quer pela publicação.

Na primeira página d’*O António Maria*, Rafael e Guilherme, em traços caricaturais, seguram o fole que Zé Povinho accionava, enchendo de ar um casal burguês. Novamente a escrita do jovem santareno se

unia ao risco preciso de Bordalo para fazerem “a silhueta da sociedade portuguesa no último quartel do séc. XIX”<sup>149</sup>. O modo como se intenta atingir esse objectivo é esclarecido no discurso de abertura, o qual, embora não assinado, se deve provavelmente a Guilherme de Azevedo, único colaborador literário nos primeiros tempos da revista. O título, para os fundadores, funcionava como um símbolo e pretendia ser “a síntese do bom senso nacional”<sup>150</sup>. *O António Maria* prometia realizar todas as diligências para ter razão, esforçando-se, de quando em quando, por ter graça. Para isso, não teria outro remédio senão “ser oposição declarada e franca ao governo e oposição aberta e sistemática às oposições”<sup>151</sup>.

Pelo título e introdução adivinha-se a característica primeira da publicação: o ser uma sátira política. Fontes Pereira de Melo era a personagem mais visada e com ele contracenavam outras figuras não menos importantes da política nacional, entre elas, o seu concorrente mais directo, Anselmo Braamcamp. No entanto, não deixava *O António Maria* de comentar outros factos do dia-a-dia lisboeta, acompanhando as novidades surgidas no campo artístico, literário e social.

O carácter imprevisto das caricaturas de Bordalo, tanto pelas personalidades escolhidas como pela capacidade de as transformar conforme o contexto político do momento — lembremos as metamorfoses sucessivas de Fontes Pereira de Melo, passando de S. Sebastião a boi Ápis, Napoleão, Santo António, etc. juntamente com os textos de Guilherme, ilustrador literário, fizeram com que a revista alcançasse o sucesso merecido.

A principal participação do autor concentra-se numa secção intitulada “Corda Bamba” que subscreve com o pseudónimo João Rialto. São, no total, catorze textos. Logo no primeiro número, Guilherme de Azevedo anunciava: “Neste lugar dançará sempre, ao rufo do tambor, bem alto para que todos o vejam, o acontecimento capital do dia, quer esse acontecimento seja a queda dum ministério das alturas do poder, quer a escorregadela dum gato das eminências numa água furtada.

Tratar-se-á aqui, ‘com a maior imparcialidade’, do último discurso proferido no seio do parlamento, da última navalhada vibrada nas entranhas de Alfama ou da última trova desferida sob os ‘laranjais em flor’, uma vez que essa voz, essa navalhada e esse cântico representem uma nota qualquer do monótono concerto político, social e religioso em que uma orquestra de cinco milhões de habitantes, sentada à beira mar, executa, há uns poucos de séculos, a mesma música patriótica, alternando uma vez por outra com o ‘hino da Carta’ [...]”

Para exercer a sua crítica com todo o à-vontade, necessitava o *António Maria* não estar comprometido com nenhum dos interesses partidários da época. A imparcialidade prometida no discurso inaugural, reiterada na “Corda Bamba”, parece ter contribuído para o êxito da revista. Mais uma vez o autor d’*A Alma Nova* colaborava numa folha que, antes de tudo, pretendia salvaguardar a liberdade de opinião.

Entre a proliferação de jornais e revistas, a única solução parecia ser a que Voltaire já tinha anunciado nos seus *Conselhos a um Jornalista* — o único meio de um periódico poder vingar, entre tantos outros que já no

seu tempo enchiam a França, resumia-se em duas palavras: ser imparcial <sup>152</sup>. Muitas eram as publicações, quer em Portugal, quer no estrangeiro, que inscreviam a palavra imparcialidade nos seus programas como a norma de proceder mais acertada para conquistar leitores. Poucas, porém, ou quase nenhuma, conseguiam manter-se fiéis aos princípios apregoados.

O mesmo não poderemos dizer d'O *António Maria*. Logo de início, a isenção da revista viu-se ameaçada: o capitalista que fornecera os fundos para o seu lançamento, ao ver atacados os seus correligionários (possivelmente os do partido progressista) instaurou um “ultimato” a Bordalo. O caricaturista arranjou maneira de lhe restituir a soma aplicada reconquistando, assim, “a liberdade indispensável ao seu trabalho” <sup>153</sup>.

Na “Corda Bamba”, João Rialto lembrava constantemente a posição da revista: “Entre ser oposição e ser governamental — sobretudo para quem não recebe subsídio — é muito mais cómoda e muito mais airosa a primeira posição”. “Há entretanto” — continua João Rialto — “uma missão intermédia a desempenhar no momento actual, no nosso país especialmente. É considerar o governo e a oposição como dois ‘Zambumbas’ idênticos e principiar à pancada na pele de ambos com a pesada maçaneta da sátira” <sup>154</sup>.

Com a mesma coragem e audácia de Bordalo, Guilherme de Azevedo trazia a público todas as figuras políticas de então e desferia impiedosamente o golpe mortal na sociedade sua contemporânea. Em conjunto, levam a sátira à figura do próprio rei D. Luís, a propósito da sua tradução do *Hamlet* de Shakespeare e analisam, através do significado do baile infantil, a

decrepitude a que chegou o corpo social português. O exército, a imprensa política, os partidos, as eleições, a sociedade geográfica e o livro de Serpa Pinto são alguns dos temas da “Corda Bamba”. O humor, geralmente conseguido através de múltiplos contrastes, é o traço fundamental destes textos dos quais nem sequer estão ausentes o dito fácil, a graça despreziosa e um rol de anedotas que deviam fazer rir Lisboa inteira <sup>155</sup>.

Diferente é a revista saída no ano seguinte e novamente encabeçada por Bordalo Pinheiro, o *Álbum das Glórias*. Cada exemplar era apenas constituído por duas folhas: numa, a caricatura de uma personalidade ou de uma instituição; noutra, o texto literário ilustrador do perfil desenhado. Era esse o fim da revista: caracterizar, a lápis e pena, as individualidades mais preponderantes da época, fossem elas — tal como se lê no cabeçalho do primeiro número — homens de Estado, poetas, jornalistas, dramaturgos, actores, políticos, médicos, industriais e ainda tipos de ruas, instituições, etc.

Das três séries do *Álbum* (1.<sup>a</sup> série: 1880-1883; 2.<sup>a</sup> série: 1885; 3.<sup>a</sup> série: 1902) apenas a primeira se encontra publicada em volume e comporta, em anexo, três estampas de 1902 <sup>156</sup>.

No início da publicação, em Março de 1880, Guilherme de Azevedo, com o mesmo pseudónimo usado n’O *António Maria*, constitui-se como o único colaborador literário. Alterna depois, a partir de Agosto — vésperas da sua partida para Paris — com Ramalho Ortigão. Este assinava João Ribaixo, por oposição a João Rialto, e Bordalo, estabelecendo o triângulo, subscrevia um texto dedicado a sua alteza, o infante D. Augusto — texto, aliás bastante original: uma palavra, “Nasceu”, vinte e três linhas em branco e, por fim, “É

infante e general” (cf. Março, 1882) — com o pseudónimo Rafael Rimuito.

Humoristicamente se retratam as personalidades mais em evidência do tempo numa série de perfis cujo conhecimento se torna indispensável ao estudo da época, visto neles perpassarem juízos de valor e deles emergirem as principais preocupações do momento. Inaugura-se o *Álbum* com a figura de Anselmo José Braamcamp (Março, 1880) e Lucinda Simões (Janeiro, 1883) encerra, decorridos trinta e seis números, a primeira série. A colaboração de Guilherme de Azevedo é quantitativamente semelhante à de Ramalho, assinando aquele dezoito perfis e cabendo a este a responsabilidade de dezasseis. Nunca, porém, o seu substituto trabalhou tão em unísono com o traço de Bordalo. A prosa de Ramalho, mais distante e conceituosa, divergia um pouco do risco firme e certo exigido pelo caricaturista.

Nesta revista, mais do que no restante conjunto de textos do autor, assiste-se à tal forma de humor aludida por Oliveira Martins — a capacidade de achar, não com uma definição, mas com um toque, o traço essencial, típico e definidor de um carácter. E esta qualidade encontra-se facilmente nas legendas que acompanham as imagens. Com uma frase, uma palavra, uma exclamação, Guilherme de Azevedo consegue retratar a personalidade visada. Anselmo José Braamcamp, por exemplo, é “Transparente como o vidro”, alusão clara à sua falta de personalidade (isto é, de “opacidade”), figura atravessada (ou seja, dirigida porque transparente) pelas opiniões e desejos dos seus partidários; “Caro como o ouro” é o toque a Fontes Pereira de Melo, referenciando a senda de progresso da sua linha

governativa, apoiada continuamente em empréstimos estrangeiros; a caricatura de Eduardo Coelho comporta como legenda um jogo de palavras — “Cor na face, incolor na folha” — e nele se espelha todo o esforço desenvolvido pelo director do *Diário de Notícias* para afastar o jornal de qualquer tendência partidária.

Uma análise demorada destas pequenas legendas revelaria a justeza e precisão das observações do autor. Na maior parte dos casos, aquelas indicam o aspecto em que se vai insistir no texto ilustrador da imagem. Assim, e utilizando novamente os exemplos acima mencionados, todo o vocabulário empregue na definição de Braamcamp pertence ao campo semântico do etéreo, do vazio, do inexistente, do imaterial, enfim, de tudo aquilo que, por definição, é informe e dessemantizado, quer por ausência de elementos individualizados, quer pelo seu excesso — a proliferação de sentidos vários como marca do seu não-sentido. Braamcamp é, simultaneamente, “nevoeiro organizado em estadista”, “suspiro duma brisa com assento no conselho de estado”, “miragem sedutora erguida na presidência do conselho”, “sonho pálido de sobrecasaca preta”, “penumbra consagrada pelo respeito público”, etc. No perfil de Fontes Pereira de Melo evidencia-se, ironicamente, o súbito desenvolvimento nacional a que o seu nome anda habitualmente ligado: “os seus partidários, à parte as virtudes cívicas e pessoais que ninguém contesta, atribuem-lhe todos os caminhos de ferro, todas as estradas, todos os canais, todos os majores, todas as represas, todas as pontes, todos os tenentes, todos os viadutos e todos os alferes [...], não conhecendo sequer à iniciativa dos seus contrários nem um palmo de estrada nem uma polegada de sargento”<sup>157</sup>.

E, para isso, “o sr. Fontes pede emprestado aos vizinhos”. A encerrar o texto, a alusão aos dois projectos de lei que Fontes não deixaria de instaurar na presença do Padre Eterno: “1.º — ser autorizado a contrair um empréstimo destinado a transformar a via láctea numa linha férrea de via reduzida; 2.º — levantar os fundos necessários para chamar ao serviço as reservas das milícias celestiais”.

Estes exemplos, extraídos dos dois primeiros números do *Album*, permitem avaliar a importância do estudo destes perfis para conhecimento dos valores e contra-valores da época. Como dizia Guerra Junqueiro, “formar uma opinião, leitor, não é, no fim de tudo, uma coisa tão fácil como talvez te pareça. É um trabalho que exige, além de muita análise, algumas horas de trabalho”<sup>158</sup>. Ler a opinião de um contemporâneo acerca dos maiores vultos de um determinado momento histórico, sabendo, de antemão, a sua boa receptividade na opinião pública, é uma excelente forma de nos inteirarmos da mentalidade duma época.

Para além de Braamcamp e Fontes Pereira de Melo, Guilherme de Azevedo retrata ainda o actor Taborda, “O homem que faz rir” (cf. n.º 3, Abril, 1880); a princesa Rattazi, cuja legenda remete para a sua obra, *Portugal à vol d’oiseau* — texto que provocou, naquele tempo, alguma celeuma (cf. n.º 4, Abril, 1880); sua magestade o Imperador do Brasil, com a sua usual exclamação “Já sei, já sei” (cf. n.º 5, Maio, 1880); Ramalho Ortigão, de “grande estilo na ‘toilette’ e na escrita” (cf. n.º 6, Maio, 1880); Luís de Camões, o “Trinca-Fortes”, evocado no tricentenário da sua morte (cf. n.º 7, Junho, 1880); o Duque d’Ávila e Bolama, “calvário de condecorações”, o homem mais

condecorado do país (cf. n.º 8, Junho, 1880); Eça de Queiroz, com o seu talento de estilista incomparável, cuja caricatura vem acompanhado destas palavras: “Honny soit qui mal y pense” (cf. n.º 9, Julho, 1880); Eduardo Coelho, “Cor na face, incolor na folha”, responsável pela criação “mais significativa do segundo quartel do séc. XIX”, o *Diário de Notícias* (cf. n.º 10, Agosto, 1880); João Anastácio Rosa, “artista conceituoso e... impermeável” (cf. n.º 11, Agosto, 1880); o próprio rei, o senhor D. Luís I, em cuja legenda não podia faltar o toque à tradução do Hamlet — “Shakespeare e a carta” (cf. n.º 13, Novembro, 1880); Carlos Zeferino Pinto Coelho, o qual, como chefe do “moderno sebastianismo português” e como acérrimo defensor do projecto de trazer as águas do Alviela a Lisboa, é legendado desta forma: “Monarquia legítima e água pura” (cf. n.º 15, Janeiro, 1881); Mariano Cyrillo de Carvalho, polemista vigoroso (cf. n.º 17, Agosto, 1881); António Maria Barreiros Arrobas, intitulado na imagem “o tigre (peso antigo com medidas novas)”, pela promessa feita ao povo de ir ser, no parlamento, um verdadeiro tigre (cf. n.º 19, Setembro, 1881); António Rodrigues Sampaio, antigo jornalista da *Revolução de Setembro* “feito” ministro — na imagem, “Maria da Fonte, quem te viu e quem te vê!” (cf. n.º 21, Outubro, 1881); António Alves Martins, “Bispo de Viseu” (cf. n.º 22, Novembro, 1881); e, por último, Camilo Castelo Branco, “Picado do génio e das bexigas” (cf. n.º 24, Janeiro, 1882).

Alguns retratos psicológicos esboçados no *Álbum* são, de facto, admiráveis. Viana Moog afirma que o perfil do Conde de Abranhos, traçado pelo autor d’*Os Maias*, se formara a partir da caracterização de Ávila e

Bolama: “Só não reconhecera o marquês de Ávila e Bolama, sob a capa de Abranhos, quem o não quisesse. [...] Tudo neles é similitude: a humildade de origem; o amor das condecorações — Ávila e Bolama era o homem mais condecorado do país; a ausência de convicções; a vigilante preocupação da respeitabilidade pública ‘no que essa respeitabilidade tem de mais burocrático’; a vocação para presidir assembleias; a disponibilidade ao serviço dos partidos que triunfam”<sup>159</sup>. E continua: “De quem será este perfil de estadista? De Abranhos? Não, de Ávila e Bolama. E — facto incrível — não foi feito pela pena de Eça, senão pela de Guilherme de Azevedo (João Rialto), ilustrador literário do ‘Álbum das Glórias’, de Rafael Bordalo Pinheiro”<sup>160</sup>.

São nada menos do que dezoito perfis, numa diversidade de análise que vai do tom mais humorístico ao discurso revestido já de uma certa seriedade, como é o caso do texto consagrado a Camilo Castelo Branco (cf. n.º 24, Janeiro, 1882).

As instituições surgem também retratadas. Na primeira série erguem-se duas imagens constitucionais: a Carta (cf. n.º 27, Abril, 1882) e a Universidade de Coimbra (cf. n.º 34, Novembro, 1882), as quais, juntamente com o Zé Povinho (cf. n.º 32, Setembro, 1882) foram definidas por Júlio Brandão como as “charges” mais magistras de Rafael<sup>161</sup> e por José-Augusto França como os três poderes da pátria constitucional<sup>162</sup>. Desta vez é, porém, João Ribaixo que as assina.

Guilherme de Azevedo e Ramalho Ortigão são, de facto, os grandes colaboradores literários da primeira série deste *Álbum*. Repare-se que mesmo depois da sua partida para Paris, em Setembro de 1880, o poeta

santareno não deixa de participar na revista, assinando ainda sete textos até Janeiro de 1882, ano da sua morte.

Em suma: no seu conjunto, as “Cartas de um Birmã” e toda a colaboração com Bordalo Pinheiro na *Lanterna Mágica*, n’*O António Maria* e no *Álbum das Glórias* constituem um dos mais ricos quadros humorísticos na descrição da sociedade portuguesa no segundo quartel do séc. XIX. O insólito de algumas observações, a aproximação entre realidades, por princípio incomparáveis, o contraste repentino entre factos, o jogo hábil de palavras e de ideias, a propensão em demarcar o traço pertinente de uma personalidade ou situação e o tacto crítico — eis alguns dos processos utilizados pelo autor na criação de um universo humorístico cuja análise revelaria, indubitavelmente, a capacidade artística de Guilherme de Azevedo.

#### *O Cronista: onde a informação e a digressão se conjugam*

Como cronista, Guilherme de Azevedo encetara os primeiros passos na secção “Folhetim” d’*O Alfacame*. Lisboa, mais rica em acontecimentos, transforma-se no palco ideal para desenvolver o seu espírito crítico.

De 1875 a 1879, o prosador preenche várias colunas de diversos jornais com o que poderíamos chamar “anotações críticas ao dia-a-dia lisboeta”. Nos “Zig-zags” da *Gazeta do Dia*, nos “Cri-cri” do *Diário da Manhã*, na “Lisboa à Noite” d’*O Pimpão* e nas “Cartas de Lisboa” d’*A Luta*, Guilherme de Azevedo apresenta-nos a capital numa série de quadros analíticos da sua vida política, social, económica e artística. Diferentemente das crónicas posteriores, o humor tem ainda lugar

privilegiado nestes textos e neles se procede ao retratar do lado insólito e burlesco do viver nacional. Intercalados com os acontecimentos dignos de nota, deparamos com a descrição dos bastidores, as notícias dos pequenos escândalos e a faceta degradante e obscura da capital, num mosaico formado por breves trechos, por vezes individualizados, cada um deles focando um determinado aspecto de Lisboa.

Os títulos são bastante significativos: “Zig-zags” remetia para uma estrutura digressiva, para a transcrição brusca dos assuntos a serem focados; “Cri-cri” inspirava-se nuns instrumentos muito em voga — cujos anúncios publicitários se podem encontrar nas páginas do *Diário da Manhã* — que emitiam um zunido tremendo, o qual, segundo declarações da época, “se metia pelos ouvidos dentro”. Nada mais apropriado para intitular uma secção que, no tom familiar da anterior e com os mesmos propósitos, pretendia “zunir” aos ouvidos dos leitores; “Lisboa à Noite” permitia introduzir, nos núcleos de interesse pelos quais o autor transitava, a vida nocturna lisboeta, reflexo de uma estrutura moral e social. Só a participação n’*A Luta* comportava um título menos sugestivo, possivelmente devido ao facto de o pequeno jornal ter a sua sede no Porto.

Mais uma vez, parte destes textos vêm assinados por um pseudónimo colectivo, tornando difícil a individualização dos trabalhos de inteira responsabilidade de Guilherme de Azevedo.

Com a secção da *Gazeta do Dia* surgia, tal como na *Lanterna Mágica*, o pseudónimo Gil Vaz que encobria, desta vez, Guilherme de Azevedo e Guerra Junqueiro.

A *Gazeta do Dia* — posteriormente e ainda no mesmo ano *Gazeta da Tarde* — fundara-se com uma inovação importada de Espanha para aumentar a venda dos jornais: a distribuição de um prémio diário ao comprador e ao anunciante. Inesperadamente, contudo, segundo o testemunho de Gervásio Lobato, foram os “zig-zags” de Gil Vaz a grande novidade da folha.

No primeiro número, saído a 3 de Dezembro de 1875, a *Gazeta da Tarde* definia o seu programa: não sendo nem da oposição nem do governo, procuraria ter duas características: a alegria (oxigénio do espírito, visto a gargalhada produzir o mesmo efeito dum tónico vigoroso) e o bom senso (que consistia em explicar a relação entre as coisas, os homens, as ideias e as instituições pela influência dos costumes, da educação, da raça, do clima, enfim, por todas as causas naturais e sociais). A originalidade do jornal — dizia-se ainda na advertência ao leitor — residia no facto de esta publicação, contrariamente ao que era usual, ir cumprir o programa prometido nesse primeiro número.

Para alegria e o bom senso, nada melhor do que os “Zig-zags”. Despretensiosamente se analisam e noticiam os grandes e pequenos sucessos do dia-a-dia lisboeta, sejam eles a moda das tranças louras, a representação dos actores, a última novidade poética ou o estranho caso de Alfama. Para o colaborador d’*O Ocidente*, Gervásio Lobato, os “Zig-zags” foram “a ressurreição da velha crónica, com uma ‘toilette’ moderna, original. [...] Eram a crítica alegre feita por uns processos novos, em que o dito faiscava imprevisito de uns contrastes extravagantes, pitorescos, inesperados, eram o bom senso fustigando, com umas gargalhadas estranhas, os

ridículos de cada dia, eram, em suma, a filosofia alegre da história contemporânea”<sup>163</sup>.

Com os “Cri-cri” do *Diário da Manhã* surgia um novo pseudónimo colectivo, o “Máscara de Seda”, que encobria, para além dos autores d’*A Alma Nova e da Morte de D. João*, Pinheiro Chagas e Urbano de Castro.

O prólogo, a crer no testemunho de Pinheiro Chagas, é da autoria de Guilherme de Azevedo. A participação de Urbano de Castro parece ter sido escassa, limitando-se a redigir um ou dois textos desta secção. Pena que Pinheiro Chagas não tenha, como pensara, separado a colaboração de Guilherme de Azevedo da dos outros responsáveis<sup>164</sup>. Na sua opinião, a ele se ficaram a dever os melhores “Cri-cri” e não é sem saudade que recorda o modo como eram elaborados<sup>164</sup>.

Quase diariamente, de 21 de Outubro de 1876 a 31 de Janeiro do ano seguinte, os “Cri-cri” encheram de graça aquele *Diário*. Através de cerca de quarenta textos, a lembrar os “Zig-zags”, neles se ridicularizam personalidades, instituições, actos políticos, peças teatrais, hábitos nacionais ou qualquer outro assunto que merecesse a atenção do espírito hipercrítico do “Máscara de Seda”. De texto em texto, um traço aqui, uma graça acolá, delineia-se, progressivamente, o simulacro do viver nacional.

Um pouco mais tardia é a colaboração n’*O Pimpão* e n’*A Luta*. Estendendo-se ambas de 1878 a 1879, o levantamento dos temas revela a preocupação em noticiar os mesmos assuntos. “Lisboa à Noite” não deixava de esboçar um quadro mais completo dos principais acontecimentos da capital. E eram estes que as “Cartas de Lisboa” pretendiam levar ao norte do país.

A participação do cronista nestas duas folhas coincide ainda, cronologicamente, com a d'O *Ocidente* (1878-1880) e a d'O *Primeiro de Janeiro* (1878-1879).

Não apresenta, contudo, nem a riqueza informativa e qualidade literária da “Crónica Ocidental”, nem sequer a preocupação na ligação de assuntos, trabalho de escrita e diálogo com o leitor visíveis nas “Cartas da Capital”. Lembra, por isso, as anotações críticas ao dia-a-dia lisboeta da *Gazeta do Dia* e do *Diário da Manhã*, a construir uma miscelânea não só dos mais importantes acontecimentos mas ainda dos mais típicos ou insólitos. Da última briga d'Alfama ou do mais sádico crime às sessões parlamentares, passando pelas rixas partidárias e sucessos teatrais e artísticos do país, tudo é assunto possível de ser comentado, noticiado ou ridicularizado pelo cronista.

“Lisboa à Noite” é subscrita com o pseudónimo “Guarda Nocturno”. *O Pimpão*, de cariz humorístico, como facilmente se depreende pelo seu subtítulo — “órgão dos dissidentes de todos os partidos existentes” —, definia-se, na advertência ao leitor, como um vadio em política e um indiferente em religião, que “beliscará sem tirar a pele”, “rir-se-á do que for ridículo” e “rindo, castigará”<sup>166</sup>. “Lisboa à Noite”, coluna surgida dois anos após terem sido escritas estas linhas, trazia a si a responsabilidade de, semanalmente, cumprir os propósitos desta folha. São notas curiosas do nosso meio cidadão, analisado no duplo aspecto das vielas misteriosas de Alfama e dos salões de alta roda: “Espalhem os clarões rubros da nossa lanterna sobre as trevas de Lisboa escurecida pela iluminação municipal. Em que ocupa ela as horas negras em que as estrelas nos espreitam e os gatos miam os seus amores

pelas ruas solitárias? Sabem o que ela faz? — Faz desordens no Bairro Alto e contradanças nas salas elegantes”<sup>167</sup>.

A partir de 26 de Maio de 1878, é “A flor dos Guardas Nocturnos” que passa a subscrever esta secção. Não consta das declarações dos contemporâneos nem do *Dicionário de Pseudónimos* de Martinho Augusto da Fonseca a personalidade encoberta por este novo pseudónimo. Possivelmente não se tratará de Guilherme de Azevedo visto que, a partir de 10 de Novembro desse mesmo ano, é novamente o “Guarda Nocturno” que assina as pequenas crónicas. A 20 de Abril do ano seguinte, o poeta d’*A Alma Nova* despede-se dos leitores d’*O Pimpão*. Outros cronistas ficam então responsáveis pela continuidade de “Lisboa à Noite”, entre eles, Gervásio Lobato, o “Rabecão Grande”. Curioso é notar, neste tipo de crónica, o estilo semelhante do “Guarda Nocturno”, do “Rabecão Grande” e de outros pseudónimos que fomos encontrando nas páginas d’*O Pimpão*, a revelar um mesmo modelo e a fazer adivinhar um determinado gosto nacional.

Paralelamente ao trabalho como humorista, Guilherme de Azevedo começa a cultivar um género específico de crónica, a crónica ligeira ou moderna, bastante divulgada na capital francesa mas quase desconhecida em Portugal.

O autor das “Cartas de um Birmã” desenvolvera, desde o tempo d’*O Alfageme*, a arte dos cronistas ligeiros parisienses, ou seja, nas palavras de Fialho d’Almeida, “o fino esgrimir da palavra com sentidos múltiplos”<sup>168</sup>; a colaboração com Bordalo Pinheiro acentuara a sua capacidade de síntese, que Ramalho Ortigão apelidara, como vimos, de “miniaturismo”; o seu trabalho como

comentador dos principais acontecimentos da semana ou do dia habituara-o a um modo especial de elaborar os textos, saltitando de assunto para assunto. A crónica ligeira, pelas suas próprias características, reunindo em si o elemento descritivo, o espirituoso e o irónico, onde nem sequer faltava um pouco de análise social, política e artística, adaptava-se perfeitamente ao carácter multifacetado de Guilherme de Azevedo.

É Eça de Queiroz quem define magistralmente este novo tipo de crónica: “a crónica é como que a conversa íntima, indolente, desleixada, do jornal com os que o lêem: conta mil coisas, sem sistema, sem nexos; espalha-se livremente pela natureza, pela vida, pela literatura, pela cidade; fala das festas, dos bailes, dos teatros, das modas, dos enfeites, fala de tudo, baixinho, como se faz ao serão, ao braseiro, ou ainda de Verão, no campo, quando o ar está triste. Ela sabe anedotas, segredos, histórias de amor, crimes terríveis; espreita porque não lhe fica mal espreitar. Olha para tudo, umas vezes melancolicamente, como faz a Lua, outras vezes alegre e robustamente, como faz o Sol; a crónica tem uma doçura jovial, tem um estouvamento delicioso: confunde tudo, tristezas e facécias, enterros e actores ambulantes, um poema moderno e o pé da imperatriz da China; ela conta tudo o que pode interessar pelo espírito, pela beleza, pela mocidade; ela não tem opinião, não sabe do resto do jornal; está aqui, nas suas colunas, cantando, rindo, falando; não tem a voz grossa da política, nem a voz indolente do poeta, nem a voz doutoral do crítico; tem uma voz serena, leve e clara, com que conta aos seus amigos tudo o que andou ouvindo, perguntando, esmiuçando”<sup>169</sup>.

É, pois, como contador de mil coisas que Guilherme de Azevedo inaugura o primeiro número d'*O Ocidente*, revista ilustrada de Portugal e do estrangeiro, assinando a secção “Crónica Ocidental”. Fundado por Caetano Alberto, *O Ocidente* constitui-se, indubitavelmente, como a publicação que reúne em si a mais vasta colaboração do poeta santareno. São, no conjunto, sessenta e quatro crónicas distribuídas quinzenalmente (a 1 e 15 de cada mês) de 1 de Janeiro de 1878 a 15 de Agosto de 1880, vésperas da sua partida para Paris.

Para Guilherme de Azevedo, a crónica deveria ser “o pequenino processo da vida social, política, literária [e] artística do seu país”<sup>170</sup> e falar “do último livro notável, do último quadro célebre, da última caricatura, do último dito, do último rapto, metendo a mão no saco das galanerias quotidianas e enfileirando, como em cima de uma ‘etagère’, os mais recentes ‘bibelots’ da moda”<sup>171</sup>. Vêmo-lo, assim, desvendar, quinzenalmente, a vida e sociedade lisboetas, analisar as suas novidades, relatar, alegremente, os principais sucessos do mundo das letras, das artes e da política e noticiar as grandes descobertas nacionais e estrangeiras.

Com uma pequena página que lhe era destinada, Guilherme de Azevedo limitava-se a ser o comentador elegante dos factos da semana, remetendo para segundo plano a irreverência do analista político dos primeiros tempos e o carácter essencialmente humorístico que fora o traço predominante dos textos anteriores. Tratava-se, agora, de informar, de “contar mil coisas” numa “conversa amena e íntima”, como dizia Eça de Queiroz. E se a crónica “não tinha opinião” — continuando a utilizar as palavras do autor d'*Os Maias* —

nada impedia o cronista de comentar todos os factos que ele próprio noticiava.

Cada crónica é susceptível de ser dividida, *grosso modo*, em cinco ou seis partes distintas. Começa o cronista por situar o leitor no tempo e no espaço, descrevendo a paisagem lisboeta ou referindo, não raras vezes, o tempo que se faz sentir. São, geralmente, pequenas descrições cheias de simplicidade. Segundo Zé Segredo, estas deviam muito à leitura de Daudet. O próprio poeta d'*A Alma Nova* demonstra ter lido as obras deste autor, ao comparar, numa das crónicas, o final da 2.<sup>a</sup> edição do *Crime do Padre Amaro* de Eça de Queiroz com o final do *Fromont Jeune* de Daudet: os dois autores tinham conseguido encontrar o conceito justo para julgar a sociedade retratada nos respectivos romances <sup>172</sup>.

Esta forma descritiva de abrir a maior parte das crónicas mereceu algumas críticas. Fialho d'Almeida procurou obscurecer a riqueza informativa destes textos ao afirmar: “Ler [...] uma crónica é saber todas: lá vem o começo da sinfonia literária sobre o calor ou sobre o frio, alusões ao Chiado ou à Havaneza, seguidamente ao que, pequenos avoijos sobre pequenos factos da semana, sempre os mesmos [...]” <sup>173</sup>.

Curiosamente, para quem lê as crónicas mais de cem anos passados sobre a sua escrita, estas descrições preliminares concedem a noção do passar do tempo ao longo dos três anos de intensa colaboração. As crónicas deixam de se constituir como um amontoado de textos, mas como algo que acompanha todas as transformações da sociedade nacional e o seu diferente comportamento, variável até conforme as estações do ano. Para além do prazer que essas descrições podem provocar no leitor, Guilherme de Azevedo aproveita-as para, a partir delas,

através de jogos de palavras ou ideias, introduzir um outro tema tão ao seu gosto — a crítica política:

“O mês de Maio que ontem expirou, justiça lhe seja, soube viver e morrer modestamente sem fazer ruído que nos acordasse do nosso beatífico sono. [...] Antigamente este bucólico mês não passava sem despedir alguns raios sobre nós, o que até certo ponto era algum tanto incómodo. [...] Unicamente ficámos com os raios da eloquência parlamentar que as trovoadas políticas fazem cair, de quando em quando, sobre o ‘Diário do Governo’; mas estes, diga-se a verdade, são mais pacatos e comedidos; são uns raios circunspectos para uso das boticas e dos desembargadores, não praticando jamais o excesso de fulminar uma pessoa.”<sup>174</sup>

As alusões ao Sol ou à chuva, ao calor ou ao frio que se faz sentir, permitem também ao cronista introduzir, para além do tema político, o da cidade lisboeta, criticando múltiplos aspectos da baixa citadina:

“O belo sol de Deus tem, nos últimos tempos, caído sobre nós com o esplendor duma abundante e refulgente chuva d’oiro. Há violetas cheias de modéstia, camélias cheias de candura em cima do balcão da casa Havaneza e reflexos cheios de suavidade sobre a superfície espelhada do Tejo.

Quer porém o destino que um raio de sol traga sempre suspenso por um fio d’oiro o raio das tormentas, de maneira que, de dias a dias, um doce orvalho do céu, caindo sobre o Chiado, com a pertinácia de uma calamidade, transforma a elegante ‘via dolorosa’ dos que puxam o carro da moda e dos que puxam o ‘ónibus do Rato’ num intenso pântano onde se deve ter

gerado a lívida flor da anemia que, recurvada na haste, se embala no Passeio Público ao som da música, banhada pelo sol dos dias santificado!

‘Oh, lamas do Chiado, oh, lamas do bom tom, Eu quisera fazer-te um belo poema com a verve de Musset e o rir de Gavarni!’ A lama do Chiado chega mesmo a ser a única qualidade profunda que Lisboa possui nesta quadra do ano [...] <sup>175</sup>.

Outras vezes, é o imobilismo e o estaticismo da capital o alvo da sua crítica, a lembrar, até pela reiteração do pronome “mesmo”, certas descrições do meio lisboeta que nos apareceram abundantemente nos romances queirozianos:

“Maio, coroado de rosas, com um ‘bouquet’ de boninas ao peito, acaba agora de chegar. Vem exactamente o mesmo do ano passado e mostra-se extremamente satisfeito por não encontrar alteração sensível nos sentimentos e nos costumes públicos.

Depara com os mesmos trovadores sentados à margem dos jornais literários e à beira do Chiado, de lira pousada no joelho e de bengala debaixo do braço desferindo, à viração da tarde, um hino de louvor aos olhos azuis das virgens melancólicas que passam a fazer compras. Encontra os mesmos sujeitos, discutindo, com os mesmos gestos, os mesmos assuntos na casa Havaneza; encontra o mesmo ‘deficit’ florescendo e as mesmas árvores definhando e, sobre tudo isto, a mais, a ópera cómica em S. Carlos — e quase a mesma coisa em S. Bento” <sup>176</sup>.

Política e Lisboa são, na verdade, os temas geralmente introduzidos pelas descrições iniciais. Ao longo dos sessenta e quatro textos, surgem os principais acontecimentos políticos: a queda do ministério de Ávila

e Bolama (cf. 1 de Fevereiro, 1878); a reforma da Câmara dos Pares (cf. 1 de Abril, 1878); as eleições (cf. 1 de Agosto e 1 de Novembro, 1878); a inauguração do caminho de ferro da Beira Alta por Tomás Ribeiro (cf. 1 de Setembro, 1878); o caso da Zambézia (cf. 1 de Fevereiro, 1879); as proibições e “des-proibições” do governo civil (cf. 1 de Abril, 1879); as rixas partidárias (cf. 15 de Janeiro, 1880) e tantos outros factos que, em três anos, se constituem como novidades nacionais.

Lisboa, “aldeia que em Portugal possui melhor iluminação”<sup>177</sup>, “retiro dos pacatos da Europa”<sup>178</sup>, “cidade de mortos”<sup>179</sup>, “necrópole onde apodrece o cadáver da carta segundo as queixas das folhas oposicionistas”<sup>180</sup>, aparece constantemente retratada nos seus variadíssimos aspectos. Injusta parece ser a opinião de Fialho d’Almeida, no artigo acima citado, ao acusar estes textos de não deixarem perceber da vida lisboeta senão quatro ou cinco temas episódicos. Embora só algumas crónicas dediquem a Lisboa grande parte do espaço que lhes é reservado, de nenhuma delas está ausente um ou outro traço caracterizador da sociedade nacional. Constantemente se alude, por exemplo, à falta de consciência política, inércia, indiferença e pouco gosto pelo trabalho dos portugueses (cf. 15 de Agosto, 1878; 1 de Setembro, 1878; 1 de Agosto, 1879; 15 de Março, 1880) e aos motivos que mais os interessavam: a chegada das artistas francesas do Can-can e as últimas novidades da moda e dos teatros.

A monotonia do viver nacional faz com que Guilherme de Azevedo, à semelhança do que fizera n’*O Alfageme* e na *Lanterna Mágica*, se continue a lamentar da falta de assuntos e acuse a sociedade de dificultar o seu

trabalho de cronista: “As obrigações da crónica estão de há muito definidas. Há modelos perfeitíssimos a seguir. [...] Simplesmente o cronista não procede a este trabalho sozinho. Pede à sociedade que o rodeia que seja sua colaboradora dedicada, que invente, que tenha fantasia, que tenha génio, e que depois se sentem ambos à mesa de trabalho, traduzindo as suas concepções pela escrita. Nada mais simples”<sup>181</sup>. Para realçar a imutabilidade de Lisboa, o autor compara continuamente a nossa capital com Paris. Para além dos inúmeros francesismos que inundam a sua escrita, a capital francesa, elevada a cidade modelar, transforma-se na principal responsável pela corrente moderna das ideias, reveladora dos grandes factos, autora das grandes afirmações: “Paris, apesar de dançar o can-can, faz todos os dias uma nova conquista no mundo dos factos e no mundo dos passatempos. Lisboa, apesar de não dançar, apenas consegue conquistar os corações dalgumas meninas sentimentais, à hora da missa e ao som da música no Passeio Público”<sup>182</sup>. A mediocridade lisboeta parece estar na razão directa da superioridade parisiense.

Contudo, é o próprio Guilherme de Azevedo a insurgir-se contra esse “embeijamento” pela “civilização” em detrimento das coisas e valores nacionais. Um dos outros temas abordados pelo autor é a vida artística do país. Ao longo de mais de meia centena de textos, encontramos a apreciação às variedades e espectáculos apresentados nos diversos teatros de Lisboa. De um estudo estatístico inferir-se-ia que oitenta por cento das peças estreadas no D. Maria, no S. Carlos, nos Recreios e no Trindade, nos chegavam “via França”. Não é inocente esta observação do

cronista: “Essa estrela que os cartazes designam sob o nome de M.elle Paulini Luigine estreou-se, há pouco, nos Recreios. Adivinhando talvez as nossas predileções, disfarça-se com um nome italiano, mas quem a ouve e quem a vê conhece logo que é francesa. Resta saber a profundidade do sulco que este astro passageiro deixará no espírito da sociedade portuguesa<sup>183</sup>.

O problema de arte nacional, “essa triste criatura que aí passeia abandonada, sem que ninguém se lembre de a seguir”<sup>184</sup>, resume-se em poucas palavras: “a arte dramática nacional, cheia de dívidas, não teve outro remédio senão fazer uma concordata com os credores. Não está bem averiguado se nós, no que respeita a teatro, temos presentemente o ‘ideal na arte’, a ‘arte pela arte’, o ‘naturalismo’ e tantas outras coisas que hoje se debatem nos torneios da crítica. O que quer que tenhamos, enfim, está tudo hipotecado, esta é que é a verdade”<sup>185</sup>.

Como principal credor temos, sem dúvida, a França. A França que invade os teatros, as livrarias, as consciências. Não é sem mágoa que Guilherme de Azevedo se refere à comédia em três actos, “Medicina de Balzac”, de Gervásio Lobato, como “todo o reportório original do teatro português” de 1879<sup>186</sup>; em contrapartida, exulta ao verificar que, simultaneamente no D. Maria, no Ginásio e no Príncipe Real, tenham subido à cena três peças nacionais de César de Lacerda e Cipriano Jardim<sup>187</sup>.

Juntamente com os sucessos teatrais, deparam-se nos observações acerca de artistas plásticos e dos êxitos musicais da época, a constituírem um bom

documentário dos gostos e inclinações da sociedade lisboeta de então.

Guilherme de Azevedo reserva ainda um espaço da sua crónica para noticiar os grandes acontecimentos nacionais e estrangeiros, numa diversidade estonteante de assuntos: os telefones em Lisboa (cf. 1 de Janeiro, 1878); a invenção do salva-vidas (cf. 15 de Fevereiro, 1878); a visita de Júlio Verne a Portugal (cf. 15 de Junho, 1878); a morte de Augusto Soromenho, de Courbet e de Raspail (cf. 15 de Janeiro, 1878); a filiação de Guerra Junqueiro no partido progressista e o enterro de Teixeira de Vasconcelos (cf. 15 de Agosto, 1878); o caso do Banco Ultramarino (cf. 15 de Dezembro, 1878); Serpa Pinto em África (cf. 15 de Junho, 1879); a estadia em Portugal de Carolus Durand, retratista francês (cf. 15 de Março, 1880); a passagem de um navio do mar Ártico para o Pacífico pelo estreito de Behring (cf. 15 de Março, 1880) e tantos outros que poderiam aqui ser enumerados.

Por fim, uma faceta de Guilherme de Azevedo que ainda não nos fora dada a observar: a de crítico literário. Embora raramente ultrapasse a expressão de algumas ideias gerais e o comentário leve e despretensioso sobre a maior parte das obras, em muitas das considerações revela um espírito aberto às modernas concepções de História e de Literatura, uma preocupação em desvendar o sentido social dos textos e um apreciável tacto crítico. Ao longo de três anos, nunca o cronista deixou de emitir a sua opinião acerca das novidades do mundo editorial. Para além de noticiar e apreciar volumes hoje quase desconhecidos entre nós — por exemplo, *A Comédia de Lisboa*, de Gervásio Lobato, a *Carteira dum viajante*, de Carlos Lobo d'Ávila, *Margarida*,

de Júlio Lourenço Pinto — Guilherme de Azevedo acompanha as diversas publicações de, entre outros, Oliveira Martins, Camilo Castelo Branco, Eça de Queiroz, Guerra Junqueiro e Ramalho Ortigão.

Sobre os dois volumes da *História de Portugal* de Oliveira Martins afirma o prosador: “Não é um simples rol de reis e rainhas com a data em que foram nascidos e mortos, e os sinais particulares que os distinguiram uns dos outros. É uma série de quadros pitorescos, animados, vivos, flagrantes, escritos num tom descerimonioso [...]”<sup>188</sup>. O tacto crítico do cronista pode cifrar-se, porém, nestas considerações sobre Camilo:

“O Eusébio Macário, ‘história natural e social duma família no tempo dos Cabrais’, veio apregoado como um golpe de misericórdia na escola realista, havendo corações românticos que passaram a Camilo Castelo Branco diploma de Cervantes para efeito dos golpes Quixotescos que ele houvesse por bem de vibrar em cima dos iconoclastas dos ‘velhos’ deuses de 1830. Ora Camilo Castelo Branco é uma natureza impressionável e apaixonante demais para usar pacientemente dos processos críticos de que se costumam servir os demolidores. E assim vêmo-lo, de quando em quando, no ‘Eusébio Macário’, apaixonar-se pela nova ‘maneira literária’, identificar-se com ela, assimilá-la nas suas poderosíssimas qualidades de estilista e concorrer, sem pensar em tal, levado na corrente impetuosa da sua fantasia arrebatada, para o triunfo ridente da nova cavalaria literária. [...] É certo que, uma vez por outra, Camilo Castelo Branco ‘pratica’ conscientemente o realismo, ‘de fito feito e caso mui pensado’, assinalando-se distintamente as passagens em que é movido por semelhante preocupação. Mas daí a pouco esquece-se

do papel que se propunha representar e é manifestamente traído por aquela linguagem viril e sólida em que palpitam e vivem todos os elementos que oito séculos de laboração literária podem assimilar na palavra dum povo. [...]

Na arte, por fim de contas, a questão não é tanto de escola como de talento. [...] Podemos, uma vez por outra, contestar as opiniões críticas de Camilo Castelo Branco. Deixar de admirar as suas poderosas faculdades só é dado fazê-lo em duas circunstâncias — quando se é teimoso ou quando se é tolo”<sup>189</sup>.

As observações a propósito do *Primo Basílio* de Eça de Queiroz (cf. 1 de Março, 1878) ou do *Melro* de Guerra Junqueiro (cf. 1 de Janeiro, 1880) corroboram a imagem dada do crítico literário.

Poder-se-á dizer que todos os considerandos feitos pelo cronista ao longo de três anos de colaboração n’*O Ocidente*, sejam de cariz literário ou não, apontam para uma mesma linha ideológica definida nos primeiros tempos d’*O Alfacame* e nos seus dois últimos textos poéticos.

Nem todas as crónicas, no entanto, seguem o esquema acima referido. Muitas há que consagram grande parte do seu espaço a um só acontecimento. É o caso da crónica datada de 15 de Junho de 1880, totalmente dedicada à descrição das festas comemorativas do tricentenário de Camões. O próprio autor assinou um texto intitulado “Tricentenário de Camões”, no suplemento ao n.º 59 d’*O Ocidente*, saído a 10 de Junho de 1880.

Qualitativamente inferiores são as crónicas publicadas semanalmente no diário portuense, *O Primeiro de Janeiro*. Quase em simultâneo com as do

*Ocidente*, de 1 de Junho de 1879 a 4 de Abril de 1880, num total de trinta e quatro exemplares, estas crónicas de Guilherme de Azevedo permitiam fazer chegar ao norte do país as principais novidades da capital. Por isso mesmo, e também porque o seu primeiro título, “Cartas Fantasistas”, poderia fazer nascer no ânimo do leitor a dúvida acerca da veracidade dos factos relatados, os textos que preenchiem, de oito em oito dias, a secção “Folhetim” neste Diário, acabaram por se intitular “Cartas da Capital”.

Na sua estrutura, estas cartas são sensivelmente idênticas às crónicas ocidentais e revelam uma opção semelhante na escolha dos temas a serem focados. Lisboa, Babilónia que mesmo “debaixo da vigilância municipal” não deixa de ser a cidade “onde o demónio da corrupção veio assentar arraiais, obrigando os habitantes a uma perpétua bacanal de seis tostões por noite”<sup>190</sup> e onde “a credice tem ainda raízes profundas”<sup>191</sup>, continua a ser um dos principais núcleos de interesse do cronista, com o seu intenso movimento no Passeio Público, no Verão (cf. 3 de Agosto, 1879), na casa Havaneza, no Outono (cf. 28 de Setembro, 1879) e a sua corrida aos teatros, no Inverno (cf. 28 de Setembro, 1879).

Por vezes, Guilherme de Azevedo dispensa este tipo de introdução e entra directamente nos temas a serem explorados. Um deles é, evidentemente, a política do país. A queda do ministério presidido por Fontes Pereira de Melo (cf. 1 de Junho, 1879); a sessão parlamentar onde Braamcamp — agora no poder — expõe o novo programa governamental (cf. 8 de Junho, 1879); a movimentação dos pretendentes que vêm oferecer os seus serviços ao novo governo (cf. 15 de

Junho, 1879); a comparação entre a situação do país em 1834 e a vivida nesse ano (cf. 27 de Julho, 1879); o tratado com a Inglaterra sobre Moçambique (cf. 5 de Outubro, 1879), e os vários discursos das personalidades mais em destaque da cena política portuguesa — entre eles o de Fontes Pereira de Melo (cf. 7 de Março, 1880) e o do Conselheiro Arrobas (cf. 1 de Fevereiro, 1880) — são alguns dos assuntos tratados pelo cronista.

Aqui e ali, alusões várias, directas ou indirectas, à falta de consciência política dos portugueses, seja através do desdém com que tomaram conhecimento das ideias governamentais sobre a União Ibérica (cf. 3 de Agosto, 1879), seja ainda pela completa ausência de agitação eleitoral (cf. 19 de Outubro, 1879).

Os sucessos e insucessos artísticos e musicais são outras das novidades que, pela crónica, chegavam ao norte do país. Nestas digressões se evidencia o gosto anacronicamente romântico da nossa sociedade, para a qual “meia dúzia de anos de regime de Zola não são bastantes para destruir na alma dum povo meio século de regime romântico”<sup>192</sup>.

Diferentemente das crónicas “ocidentais”, a crítica literária é, nestas cartas, escassa e quase inexistente: um anúncio à nova revista de Bordalo Pinheiro, *O António Maria* (cf. 15 de Junho, 1879); umas breves palavras sobre o livro de Mme. Rattazzi, *Portugal à vol d’oiseau* (cf. 26 de Outubro, 1879); uma chamada de atenção para uma obra anónima, *História de uma Administração Ultramarina*, contra o governo de Macau (cf. 17 de Agosto, 1879) e pouco mais.

Outros acontecimentos são, contudo, dignamente noticiados, a descobrir as principais preocupações do

cronista e a oferecer ao leitor uma série de quadros da vida portuguesa. Refiram-se, entre outros, a crítica à sociedade geográfica e aos discursos de Serpa Pinto (cf. 22 de Janeiro, 1879 e 21 de Março, 1880); o surto de febre amarela em Pedrouços (cf. 29 de Junho, 1879); o ridículo do baile infantil (cf. 6 de Julho, 1879); a descrição da grande festa chinesa em Lisboa (cf. 20 de Julho, 1879); a regata anual de Cascais (cf. 21 de Setembro, 1879); as características das praias portuguesas (cf. 24 de Agosto, 1879); a simpatia despertada pela visita a Portugal do príncipe D. Miguel (cf. 21 de Março, 1880); o assalto às casas de jogo (cf. 18 de Janeiro, 1880); a mudança da Feira da Ladra do campo de Sant’Ana para o campo de Santa Clara (cf. 7 de Dezembro, 1879); a procissão dos Passos (cf. 22 de Fevereiro, 1880); enfim, tudo o que pudesse interessar ao leitor nortenho, num infundável rol informativo complementar ao das crónicas ocidentais.

A maior parte da colaboração de Guilherme de Azevedo, após a sua ida para a capital francesa como correspondente da *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, encontra-se distribuída por três publicações distintas: *O Primeiro de Janeiro*, do Porto; o *Diário da Manhã*, de Lisboa; e, necessariamente, a *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro. Neste conjunto de textos, a que poderemos chamar “a prosa de Paris”, o cronista parece ter atingido uma maior maturidade. São, de facto, os mais belos e bem estruturados da sua carreira como jornalista.

N’O *Primeiro de Janeiro*, a partir do último dia do mês de Outubro de 1880, surgem os folhetins “Cá e Lá”. Datados de Paris, eram publicados, semanalmente, cinco dias após a sua escrita, com uma precisão quase matemática.

A lembrar as crónicas d'*O Ocidente*, os folhetins “Cá e Lá” revelam, no entanto, uma maior facilidade na exposição e uma maior profundidade no tratamento de qualquer assunto. A substituir a diversidade estonteante de temas abordados numa só crónica, assiste-se agora ao comentário mais pormenorizado, onde cada elemento merece ser analisado e a opinião do autor devidamente explicitada. Por vezes, um ou dois temas são suficientes para elaborar uma só crónica.

No mundo agitado de Paris, a dificuldade do cronista já não é a de arranjar motivos para a sua escrita, mas, ao invés, a de optar entre tantos acontecimentos dignos de serem focados. O murmúrio lamuriento sobre a imutabilidade da capital lusitana, onde nada acontece, dá lugar a estes desabafo: “Só no capítulo escândalos vejo pelo menos uma dúzia diante de mim, reclamando as honras da crónica. Peças novas pouco menos, suicídios no Sena, alguns mais; divórcios, modos, roubos à mão armada, conflitos ministeriais, etc., etc. Paris é uma grande campina onde o cordeirinho do noticiário pode encher a sua barriga à vontade”<sup>193</sup>. Ou ainda: “Os sucessos parisienses caminham com a velocidade de vinte e quatro sensações por hora. A crónica suspende-se um momento para tomar a respiração... dos leitores e doze casos têm já tombado no pó do esquecimento”<sup>194</sup>.

O entusiasmo do cronista pelos factos que relata torna-se um dos elementos fundamentais conducente ao êxito obtido junto dos leitores. Observador atento, Guilherme de Azevedo partilha com o público a possibilidade de conhecer e seguir os grandes acontecimentos da cidade modelar: pacientemente os dissecar, enchendo de detalhes o seu relato com o rigor

de uma testemunha ocular. Estes folhetins possuíam, pois, ao chegar a Lisboa, “todo o sabor e todo o encanto de uma coisa recente, inteiramente desconhecida que se saboreava com um extraordinário prazer de novidade”<sup>195</sup>. “Saborear” é, talvez, a palavra que melhor pode exprimir o modo como eram recebidos estes textos. Na sua própria escrita se sente o deleite do narrador na antecipação do deleite de quem os lesse. O seu carácter informativo e a prontidão com que eram publicados são também susceptíveis de explicar o seu sucesso.

A proliferação dos temas a abordar e o carácter sensacionalista da sua maior parte ocasiona o comentário espontâneo e a observação criteriosa do cronista. O encadeamento entre as ideias surge naturalmente, sem esforço: Paris agudiza-lhe a inteligência, enche-lhe os sentidos e oferece-lhe a matéria-prima a ser tratada.

A estadia na capital francesa permite-lhe seguir o trabalho dos grandes cronistas parisienses. Talvez essa leitura mais assídua tenha sido a responsável por um certo enriquecimento da escrita. Esta torna-se mais cuidada, evitando as repetições escusadas, o exagero de algumas expressões, o uso e abuso de figuras retóricas.

As inúmeras referências aos mais conceituados jornalistas provam a atenção que o jovem santareno lhes dispensava. A propósito do escândalo do General Cissey, vêm à baila os nomes de Laisant, redactor do *Petit Parisien*, e de Rochefort, do *Intransigeant*, “o mais intrépido e ao mesmo tempo o mais vivo, mais petulante e mais espirituoso jornalista de França”<sup>196</sup>; a constante publicação de listas de indivíduos excomungados pela Igreja — “Daqui a pouco ser

excomungado principia a ser uma posição social em França”<sup>197</sup> — serve-lhe para analisar a posição de determinados jornais e seus colaboradores, entre eles Francisco Magnard, do *Figaro*, e Mayer do *Galois*; para descrever o modo como Paris acolheu o escândalo de Baudry d’Asson, deputado legitimista suspenso das sessões parlamentares por quinze dias, Guilherme de Azevedo utiliza uma frase de Albert Millaud: “[Paris] assistiu à sua extirpação com um sorriso nos lábios”<sup>198</sup>; quando o assunto do dia foi a discussão no parlamento da “lei da imprensa”, uma série de considerações surge a propósito do presidente da comissão que elaborou a lei, Emílio Girardin, o “incorrigível do jornalismo”<sup>199</sup>, “milionário de dinheiro e de energia”<sup>200</sup>, principal colaborador do *France*, para o qual chegava a escrever quatro ou cinco artigos diários. Variadíssimos comentários a jornais e jornalistas sucedem-se nas suas crónicas: Alberto Wolf, crítico do *Figaro* (cf. 5 de Junho, 1881); Banville, Armand Silvestre e Richepin, novos valores da poesia francesa que acabaram por se refugiar na crónica (cf. 24 de Abril, 1881); Brummel, autor das “Crónicas Modernas” do *Voltaire* (cf. 12 de Dezembro, 1880); Charles Monselet, do *Evenement* (cf. 12 de Dezembro, 1880); André Gill, o famoso caricaturista (cf. 16 de Janeiro, 1881), etc.

Não seria do agrado de Guilherme de Azevedo saber que, após a sua morte, muitos dos contemporâneos o compararam a alguns destes cronistas. Este tipo de observação era, para o autor, ilustrativo de um costume português, “a mania das aproximações literárias”<sup>201</sup>, como o próprio explicita a propósito de chamarem a Sampaio, redactor da *Revolução*, o “Girardin Português”.

O certo é que muito terá aprendido com eles. A prová-lo, a qualidade superior destas últimas crónicas.

Tal como fizera n’*O Ocidente*, Guilherme de Azevedo abre os folhetins com uma alusão à estação do ano ou à temperatura que se faz sentir. E, tal como anteriormente aproveitara este preâmbulo para descrever os aspectos múltiplos de Lisboa, são agora Paris e os seus recantos que lhe merecem o desenho simples com traços de um pitoresco, por vezes, admirável. As descrições do movimento intenso no boulevard dos italianos de Montmartre (cf. 21 de Novembro, 1880), do boulevard Richard-Lenoir e dos exercícios dos batalhões do regimento do Château d’Eau (cf. 19 de Dezembro, 1880), são dos mais felizes destes folhetins. Todo o conjunto de observações sobre a capital francesa revela a imagem dessa “moderna babilónia”<sup>202</sup>, dessa “cidade onde tudo é grande”<sup>203</sup>. A vida política, literária e artística do “país da verve” desenrola-se numa sucessão de novidades relatadas minuciosamente.

Na política, a figura dominante é Gambetta. Guilherme de Azevedo segue atentamente as posições tomadas por este estadista com uma curiosidade, um interesse e uma admiração semelhantes ou superiores às do próprio povo francês:

“Hoje, em Paris, é a primeira representação da oratória parlamentar, regida dum lado pelo Sr. Leão Say e do outro pelo Sr. Leão Gambetta.

Aguardam-se peripécias imprevistas. Na tela da discussão, como entre nós se costuma dizer, será posta a questão do general Cissey, a questão das congregações e talvez a da separação da Igreja e do Estado.

Há sobretudo grande interesse em ver o papel que Gambetta se propõe representar. Atacado dum lado

pelos intransigentes e do outro pelos conservadores, a sua destreza em aparar o golpe dos contrários poucas vezes como agora terá ocasião de se pôr em evidência.

É extraordinária a posição que este homem forte ocupa hoje na política francesa! Como ele em dez anos, contestado, combatido, vilipendiado, fez o seu cantinho numa pequenina casa de estudante até ao palácio Bourbon, sem espada, sem exército, simplesmente com a palavra, conseguindo impor-se à opinião de França e começando mesmo a transbordar pela Europa fora!”<sup>204</sup>.

As diversas leis e decretos discutidos no parlamento — lei da Imprensa (cf. 9 de Fevereiro, 1881), a expulsão das congregações religiosas (cf. 14 de Novembro, 1880), o divórcio (cf. 20 de Fevereiro, 1881), etc.; os escândalos em que se envolviam personalidades políticas e do mundo jornalístico; o funcionamento da câmara francesa (cf. 31 de Fevereiro, 1881); a análise a recursos e estratégias políticas (cf. 14 de Novembro, 1880); as eleições (cf. 9 de Janeiro, 1881; 26 de Janeiro, 1881; 21 de Agosto, 1881); a morte de certas individualidades e a análise das suas possíveis consequências — veja-se, por exemplo, a morte de Blanqui (cf. 9 de Janeiro, 1881) e a do Imperador da Rússia (cf. 20 de Março, 1881) — eis alguns entre os muitos assuntos focados pelo cronista.

E nas letras? Qual o panorama que nos é dado por Guilherme de Azevedo? Na literatura destaca-se Victor Hugo. “A poesia hoje, em França, é apenas uma simpática moribunda. Só Victor Hugo se paga, só Victor Hugo se vende, só Victor Hugo se escuta”<sup>205</sup>. O público francês “atropela-se às portas das livrarias para comprar *L'Âne*, o último livro de Victor Hugo”<sup>206</sup>. “Victor Hugo preencheu com o seu nome gigante a última semana e o cortejo que em honra dele atravessou

pela avenida d'Eylau, das duas às seis da tarde de domingo, preenche ainda, com a sua descrição, as colunas dos jornais. Semelhante a este cortejo vi em Lisboa, guardadas as proporções devidas, o do centenário de Camões [...]”<sup>207</sup>. “De resto” — diz-nos ainda o cronista — “quase todo o bando poético desertou. Os velhos, como Babier e Victor de Laprade, sepultaram-se comodamente nas poltronas do reumatismo; os novos, como Banville, Armand Silvestre e Richepin refugiaram-se na crónica ou no conto.

Há um, dotado de uma figura solene e majestosa, que é dos raros que ainda dão um culto fervente à grande arte. Encontro-o muitas vezes e faço amiúde com ele a viagem da minha casa à Madalena, nas imperiais dos ónibus, outras vezes na plataforma, quando a esposa dele, uma respeitável senhora, vai dentro do carro. Usa duma grande cabeleira branca encantadora e vai metido numa austera sobrecasaca abotoada do pescoço aos joelhos. Medita sempre e leva sempre na mão um rolo de provas dum volume em que trabalha e pensa há dez anos.

Chama-se Leconte de Lisle”<sup>208</sup>.

Visitante assíduo do “Salon” e da maior parte das exposições de Belas Artes em Paris, Guilherme de Azevedo analisa as grandes novidades da pintura e das artes plásticas. Artur Loureiro que, juntamente com Silva Porto, “abre um lisonjeiro capítulo na pintura portuguesa”<sup>209</sup>; Carolus Durand, com os seus retratos; Manet, o mestre impressionista; Bastien-Lepage, grande talento contestado; Baudry, o famoso decorador da ópera, são alguns dos nomes cujas obras merecem a atenção do cronista. As maiores exclamações vão, contudo, para Munkacsy, o grande pintor húngaro

conquistado pela escola francesa e para Courbet, homem “dotado de um temperamento artístico excepcional”<sup>210</sup>. Note-se, a título de curiosidade, que o cronista nega a este mestre a capacidade para as grandes concepções revolucionárias: “Revolução na arte, sim: revolução do ponto de vista social ninguém dá por ela. Sim, ele quis também fazê-la, mas não o conseguiu”<sup>211</sup>. No plano musical, o maestro Padeloup ocupa grande parte do espaço da crónica dedicado a esta manifestação cultural. Repare-se nesta passagem: “No último concerto do Circo de Inverno ‘fez-se’ unicamente música clássica. Compreende-se perfeitamente Beethoven quando a gente o ouve executado pelo grande pianista Kitter, acompanhado pelos vinte primeiros violinos de Padeloup. Uma verdadeira maravilha pela expressão, pela nitidez, pela interpretação rigorosa.

E pode ouvir-se isto por seis vinténs! Como não há-de Paris ter um grande sentimento artístico?...”<sup>212</sup>.

Os espectáculos teatrais, com a crítica aos enredos e à actuação dos actores; os próprios edifícios — veja-se, por exemplo, a descrição do teatro Renaissance e a respectiva comparação com o D. Maria (cf. 14 de Novembro, 1880); a análise detalhada da adaptação de romances ao teatro — o caso de *Nana*, o romance tão contestado de Zola posto mediocrementemente em cena, no Ambigu, por Bunach (cf. 13 de Fevereiro, 1881); a vida atribulada dos artistas (cf. 20 de Fevereiro, 1881); a indicação das peças de maior sucesso — entre elas, *Le Monde où l'on s'ennuie* de Pailleron (cf. 8 de Maio, 1881) — e dos artistas de maior renome: Sarah Bernhardt, Patti, etc. — e uma infinidade de outras notícias fornecem a imagem da vida artística francesa.

Com a agilidade adquirida ao longo da sua carreira, Guilherme de Azevedo transita de assunto em assunto com uma facilidade extraordinária. Raramente os processos de transição se repetem: utilizando desde a simples associação de ideias à ausência de qualquer elo de ligação entre os assuntos, passando pelo jogo de palavras ou apanhando de surpresa o leitor com a afirmação: “escuso de procurar qualquer transição hábil”<sup>213</sup>, Guilherme de Azevedo coloca diante de nós quadros sucessivos da vida parisiense. Observa, com o mesmo espírito crítico, as consequências da falta de água em Paris (cf. 31 de Julho, 1881), o “grand-prix” no hipódromo de Longchamps (cf. 19 de Junho, 1881), o comércio das ostras portuguesas (cf. 26 de Janeiro, 1881), a última enchente do Sena (cf. 9 de Fevereiro, 1881), a festa do 14 de Julho (cf. 10 de Julho, 1881), o movimento turístico das praias (cf. 31 de Julho, 1881), o último discurso filosófico de Renan (cf. 26 de Abril, 1881), a última sessão parlamentar, a última peça teatral ou o último quadro de um pintor célebre.

No entanto, Guilherme de Azevedo não se transforma num cronista de Paris. Se a capital francesa ocupa grande parte das suas crónicas — era essa a sua função — nunca o autor se abstém de analisar o “caso português”. O título dos folhetins é significativo. Para além da duplicidade imposta pela utilização de deícticos, a sua composição alerta imediatamente para as duas realidades que vão ser postas em paralelo: Lisboa e Paris.

O aspecto que mais ressalta deste confronto já não é, como o fora anteriormente, a mediocridade de um frente à superioridade do outro. Embora se sinta ainda o deslumbramento que a capital francesa exerce sobre o

cronista, é agora a discrepância entre a gradiosidade de Paris (mais no aspecto quantitativo do que qualitativo) e a pequenez de Lisboa que resulta em evidência.

Por vezes, o tamanho ínfimo do nosso País é compensador. Para o autor, por tudo se passar numa escala reduzida, todos os problemas, entre eles o da corrupção, se minorizam (cf. 31 de Julho, 1881). Noutros momentos, da comparação de certos valores nacionais e estrangeiros são os portugueses que saem vitoriosos (cf. 16 de Janeiro, 1881). E não é sem ironia que Guilherme de Azevedo critica a falta de conhecimentos geográficos de Brummel, autor das “Crónicas Modernas” do *Voltaire* (cf. 12 de Dezembro, 1880) e ridiculariza certos trechos da descrição de Lisboa de Charles Monselet, saídos no *Evenement* por ocasião do congresso antropológico (cf. 12 de Dezembro, 1880).

Cheios de observações curiosas, os folhetins “Cá e Lá”, publicados semanalmente de 31 de Outubro de 1880 a 12 de Fevereiro de 1882, num total de quarenta textos <sup>214</sup>, constituem um valioso documento pela quantidade e qualidade de informação aí reunida e pelo jogo de valorizações e desvalorizações que neles perpassa.

Muito semelhantes às crónicas d’O *Primeiro de Janeiro* são as publicadas no Diário da Manhã. Depois dos “Crícri” e das “Cartas de um Birmã”, este diário apresenta uma série de textos do escritor, ao mesmo tempo que transcreve não só algumas crónicas d’O *Primeiro de Janeiro* como ainda parte da colaboração na Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro.

Entre nomes bem conhecidos da nossa história da literatura que preenchiem a secção “Folhetim” deste

diário — Ramalho Ortigão, Pinheiro Chagas, Eça de Queiroz, Camilo Castelo Branco, Gonçalves Crespo, Fialho d’Almeida e outros — as crónicas parisienses eram publicadas irregularmente, podendo distar entre si dois dias ou quase um mês e vinham assinadas, na sua maior parte, por Guilherme de Azevedo (e não d’Azevedo, como fora habitual nos outros textos).

Abrangendo igualmente os dois últimos anos da vida do escritor, de 3 de Novembro de 1880 a 28 de Fevereiro de 1882, num total de 30 exemplares, estas crónicas revelam a mesma facilidade de exposição e um idêntico cuidado na análise minuciosa e detalhada dos assuntos. Contudo, a profundidade no tratamento dos temas aumenta consideravelmente. Mais longas e informativas, as Cartas obedecem, no entanto, à mesma estrutura das d’O *Primeiro de Janeiro*.

O Paris que se nos depara é o mesmo dos folhetins “Cá e Lá”: as figuras predominantes, os escândalos observados, as peças de maior sucesso, os pintores e as obras expostas no “Salão”, as grandes descobertas e os casos nacionais e estrangeiros são praticamente os mesmos. A diferença não é temática, mas sim de composição: ou desenvolve mais um assunto, ou descobre-lhe uma faceta diferente, ou sintetiza o que aprofundara, ou realça um aspecto anteriormente não explorado, etc.

Exceptuando as crónicas que o *Diário da Manhã* copia d’O *Primeiro de Janeiro*, pode dizer-se que não existe nenhum texto enviado para a *Gazeta de Notícias* e transcrito por aquele diário igual aos d’O *Primeiro de Janeiro*. Comparem-se, por exemplo, as duas descrições das obras expostas no Salão publicadas a 22 de Maio de 1881 no jornal portuense e a 21 de Julho do mesmo ano

no *Diário da Manhã*. Repare-se como há aspectos mais desenvolvidos do que outros, como se referem outros nomes, como a escrita difere. Note-se ainda o cuidado do cronista em salientar, no caso da crónica a enviar para o Brasil, a presença de um pintor brasileiro, José Almeida.

De facto, Guilherme de Azevedo parece pretender acentuar determinados factos que julgava serem susceptíveis de agradar aos respectivos leitores. Assim, por exemplo, o confronto constante entre a capital portuguesa e a francesa, a que assistimos nos folhetins “Cá e Lá”, dá lugar a pequenas referências à própria *Gazeta de Notícias* e até ao Pão de Açúcar (cf. 17 de Agosto, 1881). De resto, o cronista concentra-se totalmente no relato das novidades parisienses.

Saliente-se o lugar de destaque dado, no campo da literatura, a Zola — abandona o *Voltaire* para se tornar colaborador do *Figaro* (cf. 3 de Novembro, 1880), entra em litígio com Cassagnac (cf. 30 de Novembro, 1880) e com Saint-Genest (cf. 21 de Janeiro, 1881), redactores de maior autoridade daquela folha, envolve-se numa controvérsia com outro jornalista, Alberto Wolf (cf. 7 de Setembro, 1881) e abandona, por fim, a revista (cf. 7 de Setembro, 1881); a adaptação de “Nana” ao teatro (cf. 14 de Abril, 1881); a maior atenção prestada a Sarah Bernhardt (cf. 4 de Novembro e 17 de Agosto, 1881); a referência a Aurélien Scholl, cronista do *Evenement*, um dos principais modelos do autor segundo os seus contemporâneos (cf. 3 de Novembro, 1880); a alusão à filosofia de Augusto Comte (cf. 17 de Fevereiro, 1881), quando, n’*O Primeiro de Janeiro*, apenas salientara o papel de Caro, filósofo da moda, e o de Renan; e a descrição do turismo inglês em França, donde não está ausente

um excelente retrato psicológico do povo britânico (cf. 29 de Junho, 1881).

Desta série de textos publicados no *Diário da Manhã*<sup>215</sup> realce-se ainda o totalmente dedicado às exéquias de Offenbach (cf. 7 de Dezembro, 1880), considerado por Fialho d'Almeida como “quase belo”<sup>216</sup>, e o enterro de Blanqui (cf. 4 de Março, 1881), o qual, para o referido autor, “grava a impressão com lúcida energia”<sup>217</sup>.

Com a colaboração no *Diário da Manhã* e n' *O Primeiro de Janeiro*, Guilherme de Azevedo terminava para sempre a sua actividade jornalística. “Ah”, dizia o escritor no início da sua última crónica, “como às vezes as bronquites são ferozes!”<sup>218</sup>.

## V / EM FORMA DE CONCLUSÃO

“O jornalista, salvo excepções muito particulares, é como um indivíduo que se atira às ondas para salvar um náufrago e que vai com ele emaranhado para o fundo do oceano, o fundo tenebroso do esquecimento e do silêncio. Glória efémera. Acendendo-se em cada dia, apagando-se em cada noite...”

GUERRA JUNQUEIRO

Ao longo das páginas precedentes, procurámos definir os diferentes tipos de colaboração do autor nos diversos jornais e revistas da época. Porquanto sumárias e passíveis de um maior desenvolvimento, as observações apresentadas, juntamente com a pequena antologia exemplificativa de alguns dos trabalhos do prosador, são susceptíveis de fornecer algumas respostas às questões formuladas no início desta reflexão.

No percurso de Guilherme de Azevedo jornalista distinguem-se três tipos praticamente simultâneos de participação: a do comentador político, a do humorista e a do cronista.

Foi na secção “Boletim Político” d’*O Alfaceme* que mais claramente se configurou o comentador político. Para além de evidenciar a capacidade de proceder a

uma análise fria e bem estruturada, estes textos são também, como vimos, denunciadores das linhas vectoriais do pensamento e ideologia do escritor. A correlação destes boletins com o despertar, nesse mesmo ano, de alguns dos mais importantes factos da época revela-se, sem dúvida, imprescindível para uma melhor compreensão do valor cultural dos dois últimos volumes da sua obra poética — *Radiações da Noite* e *A Alma Nova*. O contacto com estes primeiros trabalhos de Guilherme de Azevedo jornalista permite também delinear o principal objectivo de quase toda a sua obra posterior: o de negar os falsos ídolos que se intentavam impor à opinião pública e o de agitar todos os espíritos empoeirados pela tradição e pelo anacronismo. De facto, os boletins políticos da folha santarena apresentam-se como a explicitação clara de um posicionamento crítico que encontramos disseminado ao longo de todo o labor jornalístico do autor.

Como humorista, Guilherme de Azevedo soube utilizar o riso como uma forma de intervenção. A *Lanterna Mágica*, as “Cartas de um Birmã” do *Diário da Manhã*, a “Corda Bamba” d’O *António Maria* e o *Album das Glórias* fornecem, cada um a seu modo, directamente ou indirectamente, a lúcida crítica à estrutura social, económica e política então vigente. Guilherme de Azevedo continuava, assim, a ingrata tarefa de fazer aluir, desta vez com uma gargalhada, os tais falsos ídolos impostos à opinião pública. Em todos os textos perpassam, de uma forma ou de outra, entre um dito e uma ironia, as novidades, os sucessos e insucessos, os hábitos e costumes, a mentalidade, as tradições, os valores e contra-valores da sociedade nacional da segunda metade do séc. XIX.

Enquanto cronista, mais uma vez Guilherme de Azevedo se confessa um espírito aberto e moderno. A insegurança e inconsistência ainda presentida nos primeiros folhetins dão lugar, progressivamente, à reflexão séria ou irónica a propósito de todos os factos. O humorista e o austero comentador político vêem-se, aqui, relegados para segundo plano, não deixando, porém, de estar presentes. Entre o sério e o jocoso, dando conta de todos os acontecimentos dignos de nota, o conjunto das crónicas do autor transforma-se, pela sua riqueza informativa, num valioso documento. São anos consecutivos de colaboração em que assistimos, por um esforço de colagem e reconstituição de várias imagens parcelares, às peripécias da sociedade nacional. E, embora de um modo menos contundente, quantos falsos ídolos não terão também caído ao verem-se a descoberto nas informações, notícias e críticas do cronista!

Nas suas várias facetas, o trabalho de Guilherme de Azevedo jornalista, de 1871 a 1882, parece ter sido norteado pelos mesmos ideais. Se a irreverência dos primeiros tempos lhe não servira para atingir os seus objectivos, procurou fazê-lo com o humor e a informação. Redigiu simultaneamente — como se pode observar pelas datas da sua colaboração nos vários jornais e revistas da época — textos diferentes para diferentes tipos de publicação. Ao longo dos anos foi limando a escrita e aguçando o sentido crítico. No plano humorístico, o *Álbum das Glórias* oferece a imagem dum espírito refinado e observador. Na crónica, vemo-lo passar da diversidade estonteante de assuntos à profundidade de análise presente nos folhetins “Cá e Lá” d’O *Primeiro de Janeiro*.

Acompanhando a par e passo a trajetória de Guilherme de Azevedo, compreende-se o motivo do súbito sucesso por ele alcançado como jornalista. Não foi certamente pelos intuitos propostos — a desmitificação de velhos ideais não é, regra geral, bem aceite pela opinião pública. E disso teve o autor experiência própria: o jornal por ele fundado em Santarém foi dissolvido mercê dos comentários à Comuna de Paris; a peça de teatro, *Viagem à Roda da Parvónia*, pateada e proibida pelo retratar frio e agressivo da sociedade burguesa da época; e o terceiro e último volume de versos, *A Alma Nova*, com exceção de parte de um núcleo de intelectuais do tempo, foi severamente criticado por aqueles que não advogavam os mesmos ideais e passou quase despercebido à maioria do público contemporâneo. Mais do que os objectivos, foi antes o modo como Guilherme de Azevedo percorreu o caminho que a eles conduziria o responsável pela fama conseguida pelo jornalista.

Com a sua capacidade humorística, Guilherme de Azevedo riu da sociedade nacional e conseguiu leva-la a rir-se, com ele, de si própria. Levou-a a cooperar consigo — ele escrevendo, ela lendo, sorrindo e gostando — no trabalho árduo de descrever as misérias morais e intelectuais, os ridículos, as pretensões, as baixezas, as manias, a ignorância, a falta de consciência política, o vazio, a superficialidade e o alheamento das mais recentes descobertas e concepções do mundo que a caracterizavam. Com o dito irónico e o jogo hábil de palavras e de ideias, revelou-lhe a outra “face da moeda”, mostrando-lhe a falsidade de alguns princípios, a natureza arbitrária de certos hábitos, a podridão dos valores então aceites. Encaminhou-a, entre uma

gargalhada e um sorriso, para a análise do teatro político português, desmitificando actos, personalidades e instituições.

Como cronista, num estilo a maior parte das vezes familiar e divagativo, saciou-lhe a curiosidade contando mil coisas: descreveu-lhe os recantos mais pitorescos da sua própria cidade; desvendou o mundo dos bastidores da política e da arte, ferindo, aqui e ali, uma ou outra figura pública; disse-lhe o que acontecia no país e no estrangeiro; preocupou-a com o sentido social de algumas obras; conduziu-a para uma nova concepção da arte e da literatura; referenciou os sucessos e insucessos teatrais; esclareceu-a; explicou-lhe o funcionamento de muitas instituições; com a utilização de variados processos irónicos, obrigou a sociedade a “jogar” com ele, a transformar-se em sua cúmplice; fornecendo-lhe de uma forma mais ou menos subtil, as chaves de descodificação do seu próprio discurso, exigiu-lhe um constante esforço de compreensão para desmascarar todos os artifícios de que ele se servira, para distinguir qual a face que a máscara escondia; habituou-a a lê-lo, a identificar, consciente ou inconsciente, os processos de comunicação utilizados, a assumir uma determinada atitude de espírito, a formar uma opinião, a consciencializar-se da pequenez do seu país e da ticanhez do seu próprio espírito.

Não admira, pois, que o trabalho desenvolvido por Guilherme de Azevedo jornalista tenha, na sua época; encoberto o do poeta. O êxito d'*A Alma Nova* no meio intelectual de então — devido essencialmente, como procurámos demonstrar pela breve análise das críticas saídas aquando da sua publicação, ao espírito combativo e contestatário dos seus versos — fora tão súbito como

efêmero: novos valores surgiram no campo poético que souberam, melhor que o jovem santareno, explorar os caminhos recentemente desvendados.

Nunca em vida pensou o autor em reunir num volume a enorme avalanche de prosa acumulada durante anos nos jornais. Quando a morte o encontrou, a publicação duma antologia com os seus melhores textos foi uma das medidas que os contemporâneos se propuseram tomar como forma de o homenagearem. Outras acções, porém, consideradas na altura mais urgentes, ocuparam durante dez anos um grupo de interessados em perpetuar a memória do prosador.

A ideia da trasladação dos ossos de Guilherme de Azevedo do pequeno cemitério de Saint'Ouen para a sua cidade natal partiu de um núcleo de portugueses residentes em Paris. Bem acolhida pela imprensa lisboeta, esta ideia tentou concretizar-se através da abertura de uma série de subscrições, quer em Lisboa, quer em Santarém. Quem folhear, pacientemente, os diversos jornais da época, encontrará inúmeras notícias referentes aos donativos que, a pouco, chegavam à Câmara da cidade escalabitana. Em 1889, o *Jornal de Santarém* fazia publicar um número inteiramente dedicado à memória do malogrado poeta-prosador, cuja receita foi juntar-se aos fundos já conseguidos para o mesmo efeito. Em 1892, dez anos após a sua morte, foi nomeada uma comissão encarregada de trazer à pátria os corpos de Guilherme de Azevedo e de Teixeira de Vasconcelos. Mais uma vez o *Jornal de Santarém*, agora unido ao *Correio da Manhã*, reabria o processo de subscrições que na altura rondava já os 162\$000 réis e preparava um sarau literário e musical para garantir à comissão todos os meios para as despesas a enfrentar.

Dessa comissão, organizada no *Diário da Manhã* e presidida por Pinheiro Chagas, fez parte quase todo o jornalismo português, representado por figuras como Eduardo Burnay, do *Jornal do Comércio*, Brito Aranha, do *Diário de Notícias*, Lambertini Pinto, do *Diário Popular*, Magalhães Lima, d'O *Século*, Silva Lisboa, da *Folha do Povo*, Heliodoro Salgado, do *Batalha*, Morais Pinto, d'O *Pimão*, Caetano Alberto, d'O *Ocidente*, Armando da Silva, do *Novidades*, Hermegildo d'Alcântara, da *Crença Liberal*, Colares Pereira, do *Tempo*, Barbosa Magalhães, do *Correio da Tarde*, J. A. Pimenta, da *Gazeta de Portugal*, Moura Cabral, Jaime Victor, João Costa e Augusto de Melo, do *Correio da Manhã*. Outros nomes bem conhecidos apoiaram a iniciativa, entre eles Ramalho Ortigão, Gervásio Lobato, Urbano de Castro, Guerra Junqueiro e Rafael Bordalo Pinheiro.

O *Jornal de Santarém* e o *Correio da Manhã* acompanharam, de Janeiro a Março desse ano, as decisões da comissão e as listas de donativos que, regularmente, iam chegando. Bordalo Pinheiro encarregou-se das diligências relativas à obtenção de todos os documentos necessários à transladação. Guerra Junqueiro ofereceu-se para escolher, organizar e mandar imprimir um volume com os melhores artigos do prosador.

Nada, porém, foi feito.

A existência de uma sepultura por cima da do poeta e a incerteza na identidade dos seus restos mortais foram alguns dos motivos responsáveis pela não concretização do plano proposto. Quanto ao autor d'*A Morte de D. João*, nada sabemos acerca das causas que o levaram a abandonar a missão tão vivamente empreendida.

Depois de 1892, vários artigos da redacção de diversas folhas se interrogavam a propósito do destino dado aos fundos reunidos. Só em 1902, apurado o conto de réis em papéis de crédito, a Câmara Municipal de Santarém instituiu um prémio denominado “Guilherme de Azevedo”, a oferecer anualmente ao professor do concelho que mais alunos apresentasse ao exame de instrução primária.

O estudo de todo o projecto de transladação, que se pode acompanhar ao longo de dez anos nos diversos jornais da época, permitiria a observação das mais variadas opiniões e reacções a essa tentativa de homenagear o escritor, a corroborar a ainda hoje controversa avaliação da sua obra. Da tomada de posição mais favorável, que conseguiu reunir, numa só finalidade, tantos dos maiores nomes da nossa literatura e do nosso jornalismo, à crítica impiedosa de Fialho d’Almeida, passando pelas mais discordantes considerações acerca do patriotismo ou antipatriotismo desse acto, deparamos, em todas estas manifestações, com inúmeras tentativas de definir, compreender e explicar o valor de Guilherme de Azevedo nas suas diferentes facetas de poeta, comediógrafo e jornalista.

Ainda em vida, consagrou-lhe Antero de Quental um soneto (“Mais Luz”, datado de 1872 e publicado na 2.<sup>a</sup> edição das *Odes Modernas*) e o mesmo fez Joaquim de Araújo na sua *Mocidade de Hoje*; Magalhães Lima destinou-lhe o conhecido artigo “Teorias Sociais”; Ramalho Ortigão inseriu-o entre as personalidades retratadas no *Album das Glórias*; Cândido de Figueiredo fê-lo constar no seu livro *Homens e Letras*. À sua memória, Guerra Junqueiro dedicou *A velhice do Padre Eterno*; e Santarém, cidade que tão mal tratara o escritor,

ergueu-lhe um busto; deu o seu nome a uma das ruas; assinalou a casa da sua infância com uma placa comemorativa; acarinhou várias publicações — *O Guilherme de Azevedo* (primeiro número, 1888; jornal que continua *O Adolescente*) e *Alma Nova* (1897-1899) — e o não menos significativo clube literário “Guilherme de Azevedo”; e promoveu exposições e saraus culturais aquando do centenário do seu nascimento e da sua morte.

O mais importante ficou, no entanto, por fazer.

Só recentemente, em 1981, cem anos passados sobre o enterro do poeta e mais de meio século sobre a última edição d’*A Alma Nova* (1.<sup>a</sup> ed., 1874; 2.<sup>a</sup> ed., 1923, com um prefácio de Tomás da Fonseca), a Imprensa Nacional trouxe a público a terceira e última obra poética do autor, com introdução e notas de Manuel Simões. Para quando, porém, a publicação em volume da vasta colaboração de Guilherme de Azevedo nos jornais e revistas da época?

A dificuldade de coligir tão grande quantidade de textos dispersos em diversas folhas, o desconhecimento da sua riqueza informativa e a injusta impressão deixada por Fialho d’Almeida poderão explicar, pelo menos em parte, o silêncio a que todo o seu trabalho como jornalista ficou votado. A sua publicação em volume divulgaria um homem e um estilo do Séc. XIX; revelaria uma obra que se constitui, simultaneamente, como imagem e anti-imagem do seu tempo; viria facilitar a sua leitura e permitiria negar a falsa imagem legada pelo autor d’*Os Gatos*: o sucesso da *Lanterna Mágica*, d’*O António Maria* e do *Álbum das Glórias* não se deveu unicamente, como Fialho d’Almeida o fez crer, ao génio de Bordalo Pinheiro; nem foi apenas à custa do célebre

caricaturista que Guilherme de Azevedo colaborou na *Gazeta da Tarde*, n' *O Primeiro de Janeiro* e no *Diário da Manhã* — cuja maior parte dos textos são, aliás, anteriores àqueles; nem as suas crónicas revelam somente um “racommodeur de restes”, “polidinho”, “curto de fôlego”, onde não existe opinião acerca de coisa alguma; nem os seus folhetins se lêem “sem interesse” e apenas “por benevolência”.

Por terem, muitas vezes, um carácter pontual e circunscrito à crítica dos pequenos e grandes acontecimentos da época, imediatamente os seus textos em prosa têm vindo a ser rotulados pela sua suposta “falta de interesse”. O próprio Guerra Junqueiro incorreu no mesmo erro, prevendo o esquecimento do jornalista pelo simples facto de, provavelmente, no fim do século, se ter apagado “a memória da nossa sociedade”. A nosso ver, é essa a principal riqueza da sua prosa.

No trabalho como jornalista, Guilherme de Azevedo fornece, em simultâneo, dois tipos de documento: o primeiro, o da descrição do viver, sentir e pensar da sociedade nacional, construído a partir da justaposição de imagens várias, as quais, ao invés de se apresentarem como censuráveis repetições, são antes o acrescentar de novos pormenores, a exigir do leitor um esforço de síntese conducente à apreensão do objecto descrito como uma totalidade. O segundo, o da própria experiência, personalidade e ideologia, apreensíveis nas suas afirmações, críticas e na escolha dos temas a serem focados. A multiplicidade de assuntos tratados não obsta, contudo, à unidade e coesão da sua prosa. Os vários núcleos de interesse por entre os quais o autor, encarnando tendências e atributos dos da sua geração,

habilmente transita, interligam-se na revelação das mesmas preocupações de fundo: uma vincada consciência da crise do seu país, uma vontade férrea em alertar para esse facto a opinião pública e o desejo de operar, através da sua escrita, uma mudança nas estruturas sociais e políticas então vigentes.

Se, estético-literariamente, Guilherme de Azevedo não atingiu o brilho e o virtuosismo de outros escritores contemporâneos — como um Eça de Queiroz ou um Fialho d'Almeida — os seus escritos não deixam, porém, de nos conquistar, quer pela amplitude e modernidade de certas concepções, quer pela finura e objectividade da sua crítica, quer, ainda, pela presença de muitos momentos em que o discurso adquire precisão e relevo plástico. Mesmo ocupando, enquanto jornalista e enquanto poeta, um lugar secundário na história da nossa literatura, Guilherme de Azevedo doou-nos um legado cultural que merece ser conhecido, sobretudo pelo seu valor documental conducente a uma melhor compreensão do significado, valores e contra-valores de uma sociedade, de um país e de uma época.

## NOTAS

- <sup>1</sup> In *Palestra*, n.º 20, 1964, pp. 26-42.
- <sup>2</sup> “Guilherme de Azevedo” in *Perspectivas da Literatura Portuguesa do séc. XIX*, [direcção de João Gaspar Simões], Ática, Lisboa, 1947, p. 488.
- <sup>3</sup> Joaquim Veríssimo Serrão, “No Aniversário do Nascimento do Poeta — Reflexões sobre uma carta de Guilherme de Azevedo a propósito do seu ansiado monumento” in *Correio do Ribatejo*, Santarém, 3 de Dezembro, 1949. V. também *Cartas Inéditas de Oitenta e Cinco Escritores*, pref. e anot. por Cândido de Figueiredo, H. Antunes e Comp., Rio de Janeiro, s.d., p. 112.
- <sup>4</sup> Veja-se, por exemplo, a introdução de Manuel Simões à 3.ª ed. d’*A Alma Nova*, Imprensa Nacional — Casa da Moeda, Lisboa, 1981.
- <sup>5</sup> Elina Guimarães, *Guilherme de Azevedo em Família*, Cadernos Seara Nova, Lisboa, 1940, p. 6.
- <sup>6</sup> Idem, *ibidem*, pp. 6-7.
- <sup>7</sup> Alberto Braga, “Guilherme de Azevedo” in *O Primeiro de Janeiro*, Porto, 16 de Abril, 1882.
- <sup>8</sup> Cf. idem, *ibidem*.
- <sup>9</sup> Cf. “O Sentimento de Angústia na Obra de Guilherme de Azevedo” in *Correio do Ribatejo*, Santarém, 30 de Novembro, 1946.
- <sup>10</sup> in *A Mundividência na Poesia de Guilherme de Azevedo*, ed. do Club Literário Guilherme de Azevedo, Santarém, 1948, p. 20.
- <sup>11</sup> Fúlvio, “Guilherme de Azevedo” in *Correio da Estremadura*, Santarém, 30 de Janeiro, 1892.
- <sup>12</sup> “Bom Tempo” in *Guilherme de Azevedo*, número especial dedicado pela redacção do *Jornal de Santarém* à memória do malogrado poeta-prosador, Santarém, 1889.

- <sup>13</sup> Idem, *ibidem*.
- <sup>14</sup> “Guilherme de Azevedo” in *op. cit.*, vol. V, Liv. Clássica Editora, Lisboa, 1911, p. 195.
- <sup>15</sup> Cf. “Guilherme de Azevedo” in *Diário da Manhã*, Lisboa, 26 de Maio, 1882.
- <sup>16</sup> Cf. “Guilherme de Azevedo” in *Diário da Manhã*, Lisboa, 20 de Maio, 1882.
- <sup>17</sup> *Homens e Letras*, Galeria de Poetas Contemporâneos, Tip. Universal, Lisboa, 1881, p. 119.
- <sup>18</sup> *História da Literatura Realista (1871-1900)*, Liv. Clássica Editora, Lisboa, 1914, p. 15.
- <sup>19</sup> Cf. “Guilherme de Azevedo — a propósito dum seu epigrama” in *Brasil-Portugal*, n.º 127, 1 de Maio, 1904.
- <sup>20</sup> *Por Santarém*, s.e., n.d., p. 84
- <sup>21</sup> Segundo Batalha Reis, estava previsto que todos os signatários do programa, entre eles Guilherme de Azevedo, apresentassem a sua comunicação no Casino Lisbonense. Cf. *História das Conferências do Casino*, de António Salgado Júnior, Tip. da Comp. Militar, Lisboa, 1930, p. 140.
- <sup>22</sup> “Aspectos e Figuras” in *Gazeta do Ribatejo*, Santarém, 5 de Agosto, 1923.
- <sup>23</sup> João Ribaixo (pseud. de Ramalho Ortigão), “Guilherme de Azevedo” in *Álbum das Glórias*, n.º 14, Lisboa, Dezembro, 1880.
- <sup>24</sup> *Guerra Junqueiro et le Problème des Influences Françaises dans son Oeuvre*, Société d’édition “Les Belles-Lettres”, Paris, 1932, p. 128.
- <sup>25</sup> *Ibidem*, p. 141.
- <sup>26</sup> Veja-se a este respeito, a resposta de Pierre Hourcade — in *Temas da Literatura Portuguesa*, col. Margens do Texto, Morais Editores, Lisboa, 1878, pp. 122-125 — a Lopes de Oliveira, que põe em causa este seu estudo no livro *Guerra Junqueiro — A sua Vida e a sua Obra*, ed. Excelsior, 1954.
- <sup>27</sup> Nuno Beja, “O Poeta da Alma Nova” in *Correio do Ribatejo*. Santarém, 11 de Setembro, 1948.
- <sup>28</sup> Zé Segredo (Pinheiro Chagas?), “Morte de Guilherme de Azevedo” in *Diário da Manhã*, Lisboa, 9 de Abril, 1882.
- <sup>29</sup> *Guilherme de Azevedo na Geração de 65*, tese dactilografada, Fac. de Letras, Lisboa, 1942, pp. 31-32.
- <sup>30</sup> “A Gil Vaz”, in *Cartas*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1915, p. 142.
- <sup>31</sup> “A Viagem à Roda da Parvónia julgada pelo Sr. Ramalho Ortigão” in *Diário da Manhã*, Lisboa, 5 de Abril, 1879.

- <sup>32</sup> Cf. “Teatro D. Maria — Rosalino” in *Diário de Notícias*, Lisboa, 14 de Junho, 1877.
- <sup>33</sup> Cf. “Guilherme de Azevedo” in *A Ilustração*, n.º 181, Paris, 5 de Novembro, 1884.
- <sup>34</sup> Cândido de Figueiredo, *op. cit.*, p. 118.
- <sup>35</sup> Encontram-se no arquivo do Museu Bordalo Pinheiro algumas dessas cartas, das quais foram transcritas certas passagens por Maria Helena Lucas (*op. cit.*, pp. 36-38).
- <sup>36</sup> Pharés (Pinheiro Chagas?), secção “Actualidades”, in *Jornal de Domingo*, Lisboa, 16 de Abril, 1882.
- <sup>37</sup> “Crónica Ocidental” in *O Ocidente*, vol. V, n.º 120, Lisboa, 21 de Abril, 1882, p. 90.
- <sup>38</sup> João Ribaixo (pseud. de Ramalho Ortigão), “Guilherme de Azevedo” in *O António Maria*, 16 de Abril, 1882. Artigo posteriormente integrado no 3.º vol. de *As Farpas*.
- <sup>39</sup> Idem, *ibidem*.
- <sup>40</sup> V., por exemplo, Júlio César Machado, “Guilherme de Azevedo” in *Diário de Notícias*, Lisboa, 13 de Abril, 1882.
- <sup>41</sup> Cf. Fidelino de Figueiredo, “Um Século de Relações Luso-Brasileiras (1825-1925)” in *Separata da Revista de História*, vol. 14.º, Empresa Literária Fluminense, Lisboa, 1925.
- <sup>42</sup> Cf. n.º 14, Dezembro, 1880.
- <sup>43</sup> Dizemos “sintomática” visto a polémica evidenciar duas tomadas de posição antagónicas em relação ao valor literário d’*Alma Nova*. Não pretendemos, pois, afirmar que João Gaspar Simões negue ao poeta o seu lugar na história da nossa literatura. A inserção de Guilherme de Azevedo nas *Perspectivas da Literatura Portuguesa do séc. XIX*, obra por ele dirigida, prova-o sobejamente.
- <sup>44</sup> “Guilherme de Azevedo e a sua Alma Nova” in *Diário de Notícias*, Lisboa, 26 de Novembro, 1981. V, a resposta de Manuel Simões, “Guilherme de Azevedo e a Alma Nova”, no mesmo jornal, 4 de Fevereiro, 1982.
- <sup>45</sup> “Guilherme de Azevedo (Carta à Gazeta de Noticias)” in *Jornal do Comércio*, Lisboa, 17 de Maio, 1882.
- <sup>46</sup> Art. cit., p. 487.
- <sup>47</sup> *Ibidem*, p. 500.
- <sup>48</sup> *Ibidem*.
- <sup>49</sup> “Tendências Novas da Poesia Contemporânea — A Propósito das ‘Radiações da Noite’ do Sr. Guilherme de Azevedo” in *Revolução de Setembro*, Lisboa, 30 de Abril, 1871.

- <sup>50</sup> Veja-se, a este respeito, Maria de Lourdes Belchior, *Os Homens e Os Livros, séculos XIX e XX*, editorial Verbo, Lisboa, 1980.
- <sup>51</sup> In *Separata do Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, n.º 85, Lisboa, 1979.
- <sup>52</sup> *Ibidem*, p. 11.
- <sup>53</sup> Cf. *Revolução de Setembro*, Lisboa, 31 de Março, 1871.
- <sup>54</sup> Art. cit. in *Revolução de Setembro*, Lisboa, 30 de Abril, 1871.
- <sup>55</sup> “Os Poetas” in *História da Literatura Realista*, vol. III, Liv. Clássica Editora, Lisboa, 1914, p. 78.
- <sup>56</sup> “Ecos da Semana”, in *Diário Popular*, Lisboa, 27 de Março, 1877.
- <sup>57</sup> Secção “Folhetim”, in *Diário de Notícias*, Lisboa, 24 de Abril, 1871.
- <sup>58</sup> Secção “Folhetim”, in *Revolução de Setembro*, Lisboa, 17 de Maio, 1871.
- <sup>59</sup> Cf. Alberto de Queiroz, art. cit.
- <sup>60</sup> Antero de Quental, art. cit.
- <sup>61</sup> *Idem*, *ibidem*.
- <sup>62</sup> *Idem*, *ibidem*.
- <sup>63</sup> Alberto de Queiroz, art. cit.
- <sup>64</sup> Antero de Quental, art. cit.
- <sup>65</sup> Cf. Alberto de Queiroz, art. cit.
- <sup>66</sup> António Cirurgião já havia notado a extrema influência das palavras de Antero na elaboração d’*A Alma Nova*, chegando mesmo a fazer um levantamento dos temas presentes neste último volume de versos e a compará-los com as observações feitas pelo autor das *Odes Modernas*. Cf. art. cit., pp. 6-7.
- <sup>67</sup> Cf. *O Alfageme*, Santarém, 26 de Novembro, 1871.
- <sup>68</sup> Cadernos Peninsulares, Ulmeiro, 1970, pp. 61-62. Os sublinhados são nossos.
- <sup>69</sup> *História de Portugal*, Guimarães Editores, Lisboa, 1972, p. 565. Os sublinhados são nossos.
- <sup>70</sup> Não conseguimos consultar o artigo fundamental de Pinheiro Chagas publicado n’*A Tribuna*; sabemos, no entanto, através de Fernandes Costa, do apoio que aquele concedeu a esta obra. V. Fernandes Costa, “A Alma Nova — Versos de Guilherme de Azevedo” in *Diário Ilustrado*, Lisboa, 28 de Abril, 1874.
- <sup>71</sup> “A Alma Nova” (dedicado a Henrique das Neves), in *O País*, Lisboa, 24 e 27 de Março, 1, 11 e 12 de Abril, 1874.

- <sup>72</sup> “A Alma Nova por Guilherme de Azevedo” in *Revolução de Setembro*, Lisboa, 28 de Março, 1874.
- <sup>73</sup> “A Alma Nova” (dedicado a Guilherme de Azevedo) in *Jornal do Comércio*, Lisboa, 7 e 18 de Abril, 1874.
- <sup>74</sup> “A Alma Nova — Versos de Guilherme de Azevedo” in *Diário Ilustrado*, Lisboa, 17, 21 e 28 de Abril, 1, 8, 13, 22 e 29 de Maio e 6 de Junho, 1874.
- <sup>75</sup> “A Alma Nova por Guilherme de Azevedo — duas palavras sobre a poesia moderna” in *Diário de Notícias*, Lisboa, 10 de Maio, 1874.
- <sup>76</sup> “A Alma Nova por Guilherme de Azevedo (impressões de leitura)” in *O País*, Lisboa, 6 de Setembro, 1874.
- <sup>77</sup> “Os Livros de 74” in *Diário Ilustrado*, Lisboa, 11 de Dezembro, 1874.
- <sup>78</sup> *Revista Ocidental*, vol. 11, 1875, pp. 156-186.
- <sup>79</sup> Art. cit., 24 de Março, 1874.
- <sup>80</sup> Cf. Art. cit., 1 de Abril, 1874.
- <sup>81</sup> Art. cit.
- <sup>82</sup> Art. cit.
- <sup>83</sup> Art. cit.
- <sup>84</sup> Art. cit., 7 de Abril, 1874.
- <sup>85</sup> Não deixa, porém, o autor de considerar *A Alma Nova* como uma tentativa valiosa e fecunda que se constitui como uma das primeiras concepções realistas sobre o solo lusitano. cf. *Ibidem*.
- <sup>86</sup> Art. cit., 21 de Abril, 1874.
- <sup>87</sup> Art. cit., 28 de Abril, 1874.
- <sup>88</sup> *Ibidem*.
- <sup>89</sup> Art. cit., p. 156.
- <sup>90</sup> *Ibidem*.
- <sup>91</sup> Cf. secção “Revista Literária” in *Comércio de Portugal*, Lisboa, 1 e 16 de Novembro, 1879.
- <sup>92</sup> Cf. “Guilherme de Azevedo” in *O Ocidente*, vol. IV, n.º 98, Lisboa, 11 de Setembro, 1881, pp. 202-203. Estudo posteriormente integrado no volume *Homens e Letras*.
- <sup>93</sup> V. ainda *Diário de Notícias*, Lisboa, 14 de Junho, 1877 e 12 de Dezembro, 1878; *Diário da Manhã*, Lisboa, 5 de Abril, 1879; “A Gil Vaz” (Carta de Antero datada de 1879) in *Cartas*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1915, p. 142.
- <sup>94</sup> Cf. 9 de Setembro, 1880.
- <sup>95</sup> Cf. vol. III, n.º 65, 1 de Setembro, 1880.
- <sup>96</sup> Cf. n.º 14, Dezembro, 1880.

- <sup>97</sup> Cf. carta a Gervásio Lobato in *Diário da Manhã*, Lisboa, 9 de Setembro, 1881. Refiram-se ainda Cornélio Gil, “Crónica das Praias” in *O Primeiro de Janeiro*, Porto, 7 de Agosto, 1881 e Gervásio Lobato, *Crónica Moderna*, Lisboa, 1881, p. 284.
- <sup>98</sup> Cf. “Guilherme de Azevedo” in *Diário da Manhã*, Lisboa, 20 de Maio, 1882.
- <sup>99</sup> Cf. Artigos citados.
- <sup>100</sup> Cf. Art. cit. Veja-se, também, Xavier de Carvalho, “Guilherme de Azevedo e Teixeira de Vasconcelos” in *O Século*, 19 de Fevereiro, 1892.
- <sup>101</sup> Cf. “Guilherme de Azevedo” in *A Ilustração*, Paris, 5 de Novembro, 1884.
- <sup>102</sup> “Programa das Conferências Democráticas” in *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares*, Ulmeiro, Lisboa, 1970, p. 8.
- <sup>103</sup> *O Alfageme*, Santarém, 15 de Junho, 1871.
- <sup>104</sup> Ibidem.
- <sup>105</sup> Ibidem.
- <sup>106</sup> Cf. “A Hidra” in *A Alma Nova*, Imprensa Nacional — Casa da Moeda, 1981, p. 118.
- <sup>107</sup> Cf. “Guilherme de Azevedo precursor de Cesário”, Introdução à 3.<sup>a</sup> ed. d’*A Alma Nova* de Guilherme de Azevedo, Imprensa Nacional — Casa da Moeda, 1981, pp. 21-25.
- <sup>108</sup> V, Henrique das Neves, *Individualidades*, col. A. M. Pereira, vol. 1, 2.<sup>a</sup> série, Lisboa, 1911, p. 18, citado por Manuel Simões, op. cit., p. 25.
- <sup>109</sup> *O Alfageme*, Santarém, 17 de Agosto, 1871.
- <sup>110</sup> *O Alfageme*, Santarém, 27 de Agosto, 1871.
- <sup>111</sup> Cf. *História de Portugal*, Guimarães Editores, Lisboa, 1972, pp. 568-569.
- <sup>112</sup> Cf. Ibidem, p. 568.
- <sup>113</sup> Cf. Ibidem, p. 570.
- <sup>114</sup> Cf. “Ao Leitor”, introdução à 3.<sup>a</sup> ed. do *Portugal Contemporâneo*, Lello & Irmãos, Lisboa, p. 8.
- <sup>115</sup> Ibidem, p. 9.
- <sup>116</sup> José Augusto França, *As Conferências do Casino no Parlamento*, col. Horizonte, Lisboa, 1973, p. 35.
- <sup>117</sup> Cf. *O Alfageme*, Santarém, 13 de Agosto, 1871.
- <sup>118</sup> *O Alfageme*, Santarém, 15 de Junho, 1871.
- <sup>119</sup> *O Alfageme*, Santarém, 2 de Julho, 1871.
- <sup>120</sup> *O Alfageme*, Santarém, 13 de Agosto, 1871.

- <sup>121</sup> Cf. *O Alfageme*, Santarém, 15 de Junho e 9 de Julho, 1871.
- <sup>122</sup> Cf. *O Alfageme*, Santarém, 18 de Junho, 1871.
- <sup>123</sup> Cf. *O Alfageme*, Santarém, 22 de Junho, 1871.
- <sup>124</sup> Cf. “A que Vimos” in *Espectro de Juvenal*, n.º 1, Imprensa de Joaquim Germano de Sousa Neves, Lisboa, 1872.
- <sup>125</sup> *Magalhães Lima e a sua Obra*, Notas e Impressões, Tip. De ‘A Editora’, Lisboa, 1911, p. 93.
- <sup>126</sup> *O Espectro de Juvenal*, n.º 1, Lisboa, 1872, pp. 12-13.
- <sup>127</sup> *Op. cit.*, p. 93.
- <sup>128</sup> Cf. 5, 8, 10, 11, 14, 20, 21 e 30 de Maio, 1904.
- <sup>129</sup> V. 4 de Março, 1877.
- <sup>130</sup> “O Provincianismo Português” in *Análise da Vida Mental Portuguesa*, Edições Cultura, Porto, s.d., p. 61.
- <sup>131</sup> Cf. *Diário da Manhã*, Lisboa, 10 de Fevereiro, 1877.
- <sup>132</sup> Cf. *Diário da Manhã*, Lisboa, 13 de Fevereiro, 1877.
- <sup>133</sup> Cf. *Diário da Manhã*, Lisboa, 16 de Fevereiro, 1877.
- <sup>134</sup> Cf. “Um Jornalista na Geração de 70 — Guilherme de Azevedo” in *Palestra*, n.º 20, Lisboa, 1964, p. 33.
- <sup>135</sup> Citado por Viana Moog, *Eça de Queiroz e o séc. XIX*, 5.ª ed., Civilização Brasileira, S. A., Rio de Janeiro, 1966, p. 158.
- <sup>136</sup> *Diário da Manhã*, Lisboa, 10 de Fevereiro, 1877.
- <sup>137</sup> *Ibidem*.
- <sup>138</sup> *Ibidem*.
- <sup>139</sup> “Guilherme de Azevedo” in *O António Maria*, Lisboa, 16 de Abril, 1882.
- <sup>140</sup> “Guilherme de Azevedo” (Carta à Gazeta de Notícias)” in *Jornal do Comércio*, Lisboa, 17 de Maio, 1882.
- <sup>141</sup> *Art. cit.*
- <sup>142</sup> “Os Poetas da Escola Nova” in *Revista Ocidental*, vol. II, 1875, p. 163.
- <sup>143</sup> “Equilibristas” in *Diário de Notícias*, Lisboa, 10 de Agosto, 1876.
- <sup>144</sup> V. *Crónica Moderna*, direcção de Gervásio Lobato, Lisboa, 1881, p. 284.
- <sup>145</sup> Veja-se, a este respeito, José Augusto França, *Zé Povinho na Obra de R. Bordalo Pinheiro, 1875/1904*, Comemoração do Centenário, Bertrand, Lisboa, 1975; e, do mesmo autor, *Rafael Bordalo Pinheiro, O Português Tal e Qual*, Liv. Bertrand, Lisboa, 1980.
- <sup>146</sup> Cf. “Crónica Ocidental” in *O Ocidente*, Lisboa, 1 de Junho, 1879.

- <sup>147</sup> Cf. “Crónica Ocidental” in *O Ocidente*, Lisboa, 12 de Junho, 1879.
- <sup>148</sup> Cf. “Crónica Ocidental” in *O Ocidente*, Lisboa, 1 de Fevereiro, 1879.
- <sup>149</sup> *O António Maria*, Lisboa, 12 de Junho, 1879.
- <sup>150</sup> *Ibidem*.
- <sup>151</sup> *Ibidem*.
- <sup>152</sup> V. Alfredo da Cunha, *Eduardo Coelbo, A sua Vida e a sua Obra*, Alguns factos para a história do jornalismo português contemporâneo, Tip. Universal, Lisboa, 1891, pp. 62-63.
- <sup>153</sup> V. José Augusto França, *Rafael Bordalo Pinheiro, O Português Tal e Qual*, Liv. Bertrand, Lisboa, 1980, p. 163.
- <sup>154</sup> *O António Maria*, Lisboa, 14 de Agosto, 1879.
- <sup>155</sup> Para além da “Corda Bamba”, Guilherme de Azevedo ainda colabora na revista com uns versos intitulados “A António Enes: novo e esforçado cavaleiro de S. Tiago”, assinado com o pseudónimo Gil Vaz, a 19 de Junho de 1879 e, já no ano seguinte, a 7 de Fevereiro, com um texto dedicado à memória de Manuel Maria Bordalo Pinheiro, falecido a 31 de Janeiro desse mesmo ano.
- <sup>156</sup> São elas: a de José Luciano de Castro, a de Bulhão Pato e a de Ernesto Hintze Ribeiro.
- <sup>157</sup> Cf. n.º 2, Março, 1880.
- <sup>158</sup> “Leitor” in *Gazeta da Tarde*, n.º 1, Lisboa, 3 de Dezembro, 1875.
- <sup>159</sup> *Op. cit.*, p. 230.
- <sup>160</sup> *Ibidem*, p. 231.
- <sup>161</sup> *Desfolhar dos Crisântemos*, Memórias e Outras Páginas, Liv. Civilização Editora, Porto, s.d..
- <sup>162</sup> *Rafael Bordalo Pinheiro, O Português Tal e Qual*, Liv. Bertrand, Lisboa, 1980.
- <sup>163</sup> “Guilherme de Azevedo” in *O Ocidente*, vol. V, n.º 121, Lisboa, 1 de Maio, 1882, p. 98.
- <sup>164</sup> Cf. Pinheiro Chagas, “Guilherme de Azevedo no Diário da Manhã” in *O Ocidente*, vol. V, n.º 121, Lisboa, 1 de Maio, 1882.
- <sup>165</sup> Cf. *Ibidem*.
- <sup>166</sup> Cf. *O Pimpão*, Lisboa, 1 de Outubro, 1876.
- <sup>167</sup> *O Pimpão*, Lisboa, 3 de Março, 1878.
- <sup>168</sup> “Guilherme de Azevedo” in *A Ilustração*, Paris, 5 de Novembro, 1884.

<sup>169</sup> Citado por Aníbal Pinto de Castro, *Páginas de Jornalismo* “O Distrito de Évora por Eça Queiroz”, Lello & Irmãos Editores, Porto, 1981, p. XXXII.

- <sup>170</sup> *O Ocidente*, Lisboa, 1 de Janeiro, 1878.  
<sup>171</sup> *O Ocidente*, Lisboa, 15 de Julho, 1878.  
<sup>172</sup> Cf. *O Ocidente*, Lisboa, 1 de Junho, 1878.  
<sup>173</sup> “Guilherme de Azevedo” in *Os Gatos*, p. 197.  
<sup>174</sup> *O Ocidente*, Lisboa, 1 de Junho, 1878.  
<sup>175</sup> *O Ocidente*, Lisboa, 15 de Janeiro, 1879.  
<sup>176</sup> *O Ocidente*, Lisboa, 1 de Maio, 1879.  
<sup>177</sup> *O Ocidente*, Lisboa, 1 de Outubro, 1879.  
<sup>178</sup> *O Ocidente*, Lisboa, 1 de Maio, 1878.  
<sup>179</sup> *O Ocidente*, Lisboa, 15 de Agosto, 1878.  
<sup>180</sup> *Ibidem*.  
<sup>181</sup> *O Ocidente*, Lisboa, 15 de Julho, 1878.  
<sup>182</sup> *O Ocidente*, Lisboa, 15 de Janeiro, 1879.  
<sup>183</sup> *O Ocidente*, Lisboa, 15 de Janeiro, 1878.  
<sup>184</sup> *O Ocidente*, Lisboa, 15 de Setembro, 1879.  
<sup>185</sup> *Ibidem*.  
<sup>186</sup> Cf. *O Ocidente*, Lisboa, 1 de Março, 1879.  
<sup>187</sup> Cf. *O Ocidente*, Lisboa, 1 de Abril, 1879.  
<sup>188</sup> *O Ocidente*, Lisboa, 15 de Novembro, 1879.  
<sup>189</sup> *O Ocidente*, Lisboa, 1 de Setembro, 1879.  
<sup>190</sup> *O Primeiro de Janeiro*, Porto, 15 de Junho, 1879.  
<sup>191</sup> *O Primeiro de Janeiro*, Porto, 31 de Agosto, 1879.  
<sup>192</sup> *O Primeiro de Janeiro*, Porto, 26 de Outubro, 1879.  
<sup>193</sup> *O Primeiro de Janeiro*, Porto, 31 de Outubro, 1880.  
<sup>194</sup> *O Primeiro de Janeiro*, Porto, 9 de Janeiro, 1881.  
<sup>195</sup> Zé Segredo, art. cit.  
<sup>196</sup> *O Primeiro de Janeiro*, Porto, 31 de Outubro, 1880.  
<sup>197</sup> *O Primeiro de Janeiro*, Porto, 21 de Novembro, 1880.  
<sup>198</sup> *Ibidem*.  
<sup>199</sup> *O Primeiro de Janeiro*, Porto, 9 de Fevereiro, 1881.  
<sup>200</sup> *Ibidem*.  
<sup>201</sup> *Ibidem*.  
<sup>202</sup> *O Primeiro de Janeiro*, Porto, 31 de Outubro, 1880.  
<sup>203</sup> *O Primeiro de Janeiro*, Porto, 21 de Novembro, 1880.  
<sup>204</sup> *O Primeiro de Janeiro*, Porto, 14 de Novembro, 1880.  
<sup>205</sup> *O Primeiro de Janeiro*, Porto, 24 de Abril, 1881.  
<sup>206</sup> *O Primeiro de Janeiro*, Porto, 9 de Janeiro, 1881.  
<sup>207</sup> *O Primeiro de Janeiro*, Porto, 31 de Outubro, 1880.

- <sup>208</sup> *O Primeiro de Janeiro*, Porto, 24 de Abril, 1881.
- <sup>209</sup> *O Primeiro de Janeiro*, Porto, 9 de Janeiro, 1881.
- <sup>210</sup> *O Primeiro de Janeiro*, Porto, 18 de Dezembro, 1881.
- <sup>211</sup> Ibidem.
- <sup>212</sup> *O Primeiro de Janeiro*, Porto, 31 de Outubro, 1880.
- <sup>213</sup> *O Primeiro de Janeiro*, Porto, 13 de Fevereiro, 1881.
- <sup>214</sup> Estes textos foram parcialmente republicados por *O Primeiro de Janeiro*, no suplemento “Cadernos do Centenário”, 30 de Maio, 1968.
- <sup>215</sup> Fora desta série de crónicas entre 1880/1882, anote-se a publicação, a 15 de Fevereiro de 1876, de “Madame Rattazzi”, figura focada pelo humorista no *Álbum das Glórias* e pelo cronista n’*O Ocidente*.
- <sup>216</sup> V. *Os Gatos*, vol. V, p. 208.
- <sup>217</sup> Ibidem.
- <sup>218</sup> “Paris” in *O Primeiro de Janeiro*, Porto, 12 de Fevereiro, 1882.

## BREVE ANTOLOGIA

BOLETIM POLÍTICO  
in *O Alfageme*,  
Santarém, 22 de Junho, 1871.

Os partidos políticos em Portugal debatem-se, continuamente, em lutas estéreis e sem significação, e não possuem nem a abnegação que engrandece, nem a perseverança que faz triunfar, nem a coragem que dá a vitória ou o fim glorioso, desmentindo cruelmente, por esta forma, as ilusões de todos os que batalharam, com a pena ou com a espada, pela afirmação dos grandes princípios e pela causa grandiosa da liberdade humana. Comprimidos no círculo estreito duma política mesquinha, facciosa e infecunda, os mais nobres engenhos da nossa terra esterilizam-se, desnorteiam-se e perdem o dom sublime da virtude cívica e a inspiração generosa donde procede o verbo augusto que deslumbra e fascina as multidões, fazendo estremecer e acordar para a nova vida as mais amortecidas fibras do corpo social. Os sintomas dessa doença moral, que acompanha a decrepitude das nacionalidades e precede sempre a sua morte, são bem patentes e manifestas em volta de nós.

Em nenhuma das bandeiras dos partidos, ou antes, das facções militantes, existe inscrito um moto elevado e grandioso que seja defendido e proclamado com verdadeira abnegação ou convicção política. Os combatentes não trazem no escudo uma divisa que os distinga, não lutam por uma crença generosa, não possuem o fanatismo de nenhuma religião social. Chegados às eminências aonde se debatem os grandes interesses populares, os mais nobres e mais livres inteligências definham-se, decaindo, em breve, estioladas, sem terem, muitas vezes, produzido mais do que uns pobres e enfezados frutos, incapazes de satisfazer a fome e a sede de justiça que existe em todos os ânimos justos e em todas as consciências rectas.

Ora este fenómeno indicar-nos-á que não possuímos a força, a virilidade e a previsão política necessárias para salvar do naufrágio mais ou menos remoto o corpo social português; ou que, nas esferas superiores, as camadas atmosféricas se acham saturadas desses vapores miasmáticos e perniciosos que asfixiam e aniquilam os mais sublimes impulsos do coração e corrompem a santidade das mais nobres ideias; ou ainda que o gérmen da corrupção política e moral existe em baixo, nas camadas inferiores, no seio popular, donde procedem os que em grande parte se dedicam à salvação do estado e à ímproba e mal considerada tarefa de fazer singrar a desobediente e desmantelada nau da governação em paragens bonançosas e seguras?

Falemos claro: semelhante decadência política, moral e económica procede, principalmente, de havermos colocado todas as nossas forças materiais ao serviço do progresso exterior, enquanto o país, na sua maioria, ainda sonha e devancia o ideal político de 1820.

As facções existentes são apenas os restos desorganizados e corrompidos dos antigos partidos — conservadores intolerantes e ferrenhos, progressistas ordeiros e dogmáticos e revolucionários apóstolos da velha realeza —; e, porque entre nós não existe o partido do futuro, ao qual, mais cedo ou mais tarde, pelo triunfo inevitável da revolução e pelo passamento do antigo mundo, há-de pertencer a herança do poder, as antigas hostes partidárias, em vez de se ligarem no mesmo esforço para debelarem o inimigo comum e procurarem esmagá-lo com a vasteza dos grandes cometimentos, desmentindo assim a palavra da revolução com a afirmação da justiça e da verdade social — tanto quanto possível em face das instituições tradicionais —, em vez disso, apenas se dilaceram em pugnas ignóbeis e estéreis, sem poderem patentear a firmeza colectiva donde dimanam a força e autoridade necessárias para reprimir o mal e para estimular o bem.

Cumpre, pois, injectar um novo sangue nas veias deste moribundo Portugal, soprar-lhe no seio uma existência nova, reafirmá-lo para a futura vida da verdade e da justiça e, apresentando-o em face dum século em que a asa cintilante da revolução começa a agitar o mundo e a demover todas as consciências, afirmar-bem alto que nós, que demos ao velho mundo um mundo novo, ainda possuímos o vigor e a energia suficientes para erguermos um estandarte glorioso na grande romaria do progresso e da civilização humana.

*Guilherme de Azevedo*

ANSELMO JOSÉ BRAAMCAMP  
in *Album das Glórias*,  
Lisboa, Março, 1880.

Nevoeiro organizado em estadista. Suspiro duma brisa com assento no conselho de estado. Miragem sedutora erguida na presidência do Conselho.

O sr. Anselmo Braamcamp que, pela ordem da escala constitucional, preside neste momento aos destinos do país, não é propriamente o que na prosaica linguagem política se chama estadista: é um sonho pálido de sobrecasaca preta.

Gerado na fantasia do partido progressista, criado pela imaginação ardente do mais audacioso dos grupos constitucionais, o seu modo de ser tem todas as virtudes das coisas fictícias, sem nenhum dos vícios da matéria organizada.

Supondo que o partido progressista é Romeu e sua magestade el-rei, a quem ele implora o poder, Julieta: o murmúrio suplicante que Romeu solta dos lábios é um murmúrio de chapéu alto, com a forma do sr. Anselmo Braamcamp...

Não tem inimigos, nem os pode ter. Os seus adversários, quando acontece quererem desfazer-se dele, varrendo-o com um golpe das eminências do poder, passam-no a fio de espada pela cintura e não acham nada! Dão-lhe, em seguida, uma cutilada de alto a baixo e, examinando depois a lâmina de aço, apenas lhe encontram, em vez de manchas de sangue, algumas palhinhas de cadeira!

Já aconteceu mesmo, numa sessão parlamentar, o sr. conselheiro Arrobas sentar-se, por descuido, no lugar ocupado pelo sr. Braamcamp e o sr. Marrano de Carvalho pediu em seguida a palavra para demonstrar que o mesmo espaço pode ser ocupado por dois corpos ao mesmo tempo.

Como miragem, o sr. Braamcamp vai para onde as aspirações dos seus partidários o levam. Ora está fora, ora está dentro da órbita constitucional. Ora se levanta aos pés do trono, ora flutua nos horizontes da demagogia.

Há pouco tempo ainda, quando se realizou o pacto da Granja, que deu em resultado a fusão do partido progressista com o reformista, a maior dificuldade a vencer foi aquilatar devidamente o peso político dos dois grupos, para bem se determinarem as garantias recíprocas. Estava, de um lado, o sr. bispo de Viseu, tudo quanto há de mais episcopal e de mais terreno; do outro lado, o sr.

Anselmo Braamcamp, tudo quanto há de mais hipotético e de mais translúcido.

Trazida uma balança e postos os dois chefes de partido, um em cada prato, tirou-se primeiro o chapéu e o báculo de marmeleiro ao reverendo bispo e vestiu-se uma pesada toga de pano piloto ao sr. Braamcamp; ainda assim, a diferença de peso era aterradora! Despojou-se o sr. bispo de Viseu das sandálias ferradas e da sobrecasaca pontifical, lançando-se aos ombros do sr. Anselmo Braamcamp a responsabilidade do programa progressista e, ainda assim, a diferença de peso era manifesta. Para se chegar a um simulacro de equilíbrio, foi preciso obrigar o sr. bispo de Viseu a lançar sobre um compêndio de civilidade do sr. João Félix toda a franqueza de português velho que abrigava nas vísceras e juntar, como contrapeso, ao sr. Anselmo Braamcamp, a palavra veemente e atrabiliária do sr. Luciano de Castro.

E o pacto foi então assinado.

O actual presidente do conselho não tem ódios — nem tem lugar onde os abrigue. É uma penumbra consagrada pelo respeito público e é a mais nítida expressão das aspirações dum partido metafísico-constitucional.

Como chefe de partido que tem um programa, está dispensado, na sua qualidade de sombra, de ter uma palavra. Entretanto a imaginação popular atribui-lhe, de quando em quando, um discurso que ninguém ouve e que os taquígrafos, num momento de sonambulismo parlamentar, chegam a escrever.

O sr. Anselmo Braamcamp representa, em todo o caso, no nosso país, uma das mais simpáticas ficções do constitucionalismo. Sai sempre imaculado das tempestades políticas, como um nevoeiro da manhã das tempestades do mar e quando o país, de quando em quando, o vê desaparecer dos horizontes do poder, tem logo a certeza de que um raio de sol o derreteu.

Este sol é, de ordinário, o sr. Fontes. Talvez não tarde muito que rompa outra vez a aurora.

*João Rialto*

CRÓNICA OCIDENTAL  
in *O Ocidente*,  
Lisboa, 15 de Junho, 1880.

A trasladação dos restos de Vasco da Gama e de Camões pelo Tejo, no longo trajecto do outro lado do rio até Belém, foi um espectáculo épico.

É ocioso descrevê-lo, porque todo o Portugal, segundo penso, assistiu a ele; e se não assistiu, é bom que o não adivinhe sequer, para não morrer de raiva, desesperado pela impossibilidade de tornar a gozar outro semelhante, pois que a triste verdade é a seguinte: os Vascos da Gama e os Camões não se improvisam com facilidade e, sepultados uma vez definitivamente, é difícil achar um pretexto para os passear de novo em triunfo!

Nós quase que devemos agradecer ao passado a sua ingratidão, porque foi a esta providencial ingratidão que Portugal deve, nos tempos modernos, o seu maior dia de glória, e a nossa geração, a sua vitória mais assinalada. A três séculos de esquecimento corresponderam três belos dias de apoteose. Ah! se o passado tivesse sido justo, nem ao menos nos seriam dados três dias para deixarmos de ser pequenos!...

Naquela grande multidão acumulada à margem do Tejo, a passagem daquela imensa esquadilha evocava, decerto, nos espíritos, a memória das nossas antigas grandezas, a recordação dos nossos extraordinários feitos marítimos e o povo recebia um baptismo de ideal de que tanto necessitava, compenetrando-se de um sentimento de dignidade incapaz de lhe ser transmitido pelos processos ordinários de que, vulgarmente, se servem os governos constituídos.

E o grande cortejo cívico permanecerá por longos anos na memória popular. Viu-se pela primeira vez, nos tempos modernos, entre nós, uma grande procissão, dum comprimento descomunal, sair do Terreiro do Paço à hora prefixa, caminhar por entre o respeito público, saudada por uma população inteira, ofegante e comovida e, todavia, essa procissão não levava as basílias da Sé, não levava capelões cantores, não marchava entre alas de soldados; era uma procissão em que o ídolo era o povo glorificado pelo próprio povo, recebendo, pela primeira vez, a sua apoteose e adquirindo a noção pacífica, a que muitos chamam revolucionária, de que ele é rei e de que, em vez de marchar com uma cana verde na mão, pode, quando tenha a consciência do seu directo e da sua força, marchar antes com um ceptro.

Na procissão cívica não se manifestou só uma grande tendência de renascimento e um grande sintoma de vitalidade latente: manifestaram-se belas disposições artísticas, excelentes dedicações individuais. O povo pode não ter ficado ainda muito certo de quem seja Camões, entretanto, no seu espírito entrou a noção nova de que o trabalho moderno tem uns ídolos tão dignos de respeito, pelo menos, como os dos velhos dogmas e, sobretudo, muito mais compreensíveis — e em muito melhor estado de conservação. Sob este ponto de vista, a procissão cívica é dos factos mais profundamente revolucionários que, em Portugal, se tem realizado.

Via-se que a curiosidade pública era muito mais digna e mais concentrada quando passava, por exemplo, o carro da “Arte”, sobrepujado pela aérea e elegante estatueta do Génio, moldada por Simões d’Almeida, do que se, porventura, passasse o cortejo de S. Jorge com o seu pagenzinho tremelicando em cima do seu cavallinho branco.

Os olhos do povo compraziam-se, evidentemente, neste espectáculo singular, inteiramente novo para ele, coitado, que nunca vira nada com que as suas vistas se deliciassem sem que o obrigassem a ajoelhar e a tirar o chapéu.

O carro das “colónias”, desenhado por Columbano Bordalo Pinheiro, era dum risco elegante, perfeitamente bem caracterizado, com a sua vistosa cobertura formada por uma colcha da Índia, os seus troféus de armas africanas e asiáticas, os seus ídolos selvagens dumas atitudes estranhas e extravagantes, dum pitoresco picante e original, imprimindo carácter ao cortejo.

O carro da “agricultura”, duma simplicidade elegantíssima, dum aspecto campesino e agrário verdadeiramente encantador. O carro “militar”, um bastião severo e imponente traçado por Silva Porto, o eminente paisagista. Era, por assim dizer, o carro das glórias da nossa velha cavalaria. Marchava pesado e sereno, vergando ao peso daquelas possantes armaduras como se estivesse acostumado a rodar entre os ruídos da apoteose.

O carro do “Comércio e Indústria”, delineado pelo artista decorador José Maria Pereira, era espectacular, pesado de ornamentação, mas revestido do ar triunfal exigido pelas circunstâncias. Parecia, na verdade, mais opulento do que a nossa indústria e o nosso comércio, mas, por isso mesmo, ao mesmo tempo que era um carro, podia ser também uma aspiração.

Finalmente o carro da “Imprensa”, do inteligente architecto José Luís Monteiro, com a sobriedade do seu desenho, a elegância das

suas linhas e a simplicidade dos seus ornatos, era um dos troféus mais elegantes da procissão cívica. Na frente dele, como num soco dum andor, erguia-se, altiva, a estátua de Gutenberg, um “santo” que ainda não figura no calendário, mas que o espírito moderno, pelos seus processos, há-de, um dia, canonizar.

Prevaleceu a opinião “guerreira” dos soldados não irem com ramos na boca das espingardas. Nem foram os ramos, nem foram eles, o que não foi, na verdade, pior. Ficámos, assim, com o exército intacto para as batalhas, vendo esconjurado o gérmen da indisciplina que a comissão da Imprensa intentava lançar nas fileiras por intermédio da verdura.

O exército é uma coisa séria e a comissão da Imprensa parece que pretendia brincar com ele, instigando-o a lançar flores junto da estátua de Camões. O governo não o “prestou” para esse brinquedo e fez muito bem. Mais de um general crestado pelo fumo... do candeeiro, havia de meter o ferro na bainha... do lenço, protestando contra uma manifestação tão pouco guerreira.

As festas do Centenário, ainda que não tivessem outras vantagens e representassem outras afirmações, afirmavam, pelo menos, o seguinte: a inutilidade dos poderes constituídos em face da iniciativa particular. Pode, afoitamente, sustentar-se que se o grande cortejo cívico do dia 10 de Junho fosse organizado pelo estado, o estado, à maneira do que lhe sucede com o “estado” de S. Jorge, ainda a estas horas andaria embrulhado com ele por essas ruas, perguntando aos moradores da rua Augusta se davam notícias do carro da “Indústria” e deixando extraviar completamente o carro das “Colónias” — como lhe está acontecendo com as próprias colónias.

Portugal, à parte o louro no cano das espingardas, viu, pela primeira vez, um programa cumprido à risca: um programa que muitos supunham mais inexequível do que a maior parte dos programas governamentais; um programa “fantasista” como os homens “cordatos” lhe chamavam. Temia-se o ridículo e houve lágrimas de comoção; receavam-se os motejos dos estranhos e toda a Europa está falando dele com admiração.

Depois, no seio das famílias, corria o boato sinistro duma revolta sanguinária! Receava-se que os radicais portugueses se aproveitassem do ensejo de estar armada a tribuna no Terreiro do Paço para proclamarem dali a república. No recinto da praça, como medida preventiva, além da força em armas, chegou-se mesmo a suprimir uma bandeira levada por uma corporação de trabalhadores, bandeira

que patentearia, aos olhos da cidade absorta, o dístico subversivo: —  
“Não mais deveres sem direitos, não mais direitos sem deveres!”

Parece impossível que haja almas perversas que inscrevam tão odioso lema numa estandarte, podendo, por exemplo, inscrever-lhe este, muito mais do agrado das donzelas e dos governantes civis:

“Ai, adeus, acabaram-se os dias,  
Em que triste vivi a teu lado!...”

Nas salas da sociedade de Geografia, a exposição camoniana, que parecia uma das mais bonitas utopias do programa, teve uma realização prática, na verdade, notável. Vêem-se, ali, edições luxuosas e aprimoradas como as que saem das modernas oficinas francesas: folhetos, medalhas, quadros, livros, bustos e, se não se manifestam grandes arrojos artísticos, revelam-se, pelo menos, indícios de uma força produtora digna de respeito.

Devemos, por isso, perdoar ao tricentenário que ele fosse pretexto para as pequeninas indústrias de ocasião se patentearem numa série de manifestações pitorescas, desde o comestível até ao estofo.

A estatura do grande épico não diminui na imortalidade pela circunstância dos confeitores o porem em ovos nas vitrines, ou pelo facto de, gravada em lenço, nos servir para as constipações depois de nos servir para a glória.

A geração actual pagou uma dívida de três séculos com a moeda da sinceridade e da dedicação e pode, desde hoje, afirmar-se que uma dívida de tal natureza ainda nenhum povo a pagou mais dignamente e com melhor vontade.

Para a direcção dos festejos ser em tudo acertada, bastou unicamente uma coisa — que não se metessem nela as “classes directoras”.

*Guilherme d’Azevedo*

AS EXÉQUIAS DE OFFENBACH  
in *Diário da Manhã*,  
Lisboa, 7 de Dezembro, 1880

Eram 4 horas da tarde. Pelos grandes “boulevards”, desde a Bastilha até à Madalena, golfava essa torrente impiedosa que se chama “todo o Paris”. Às portas dos cafés já havia quem tomasse absinto e, entretanto, em muitas casas, haveria quem ainda não tivesse tomado uma côdea de pão...

De súbito, sente-se, ao longe, uma vozeria estranha que se aproxima pouco a pouco. Uma voz vai sobressaindo a todos os títulos do “boulevard”, avolumando-se até por fim se formular neste grito sensibilizador: “da última hora — A morte de Offenbach, cinq centimes!”

Milhares de mãos acenam de todos os lados aos vendedores ofegantes. A morte de Offenbach é, perfeitamente, um caso digno das 4 da tarde, quando as cocotes começam a entrar no “Bois” e os milionários a sair da Bolsa. Saboreia-se o acontecimento dando com a língua no céu da boca estalinhos reveladores de um estômago satisfeito; e há muito quem evoque, sensibilizado, a recordação desse músico funambulesco, intercalando Bolinhos de “bitter” com reminiscências do “Barba Azul”.

De feito, ainda não havia muitas horas que Offenbach expirara, aí mesmo, a dois passos das Variedades, e, por entre o murmúrio vago do latim que um bom padre lhe rezaria à cabeceira, o seu fino ouvido musical podia, talvez, escutar o último “raflafla” com que, na “Femme à Papa”, Judic o embalava:

“Tambour, clairon, musique en tête  
V’la qu’il arriv’ le regiment...”

Offenbach merece algumas palavras de comemoração porque ele é, nem mais nem menos, a expressão artística de uma época. É o Rouget de Lisle do segundo império. Em vez de fazer um hino para a vitória, fez um galope para esse turbilhão que parte uma bela noite das Tulherias, em um entrelaçamento inebriante de espáduas nuas, de gazes revoltas e de constelações gloriosas, e vai, pela madrugada, escorregar em Sedan.

O império veio um dia e fez o “2 de Dezembro”. Offenbach chegou logo e fez o “can-can”.

Seria jacobinismo injustificável dizer que Offenbach foi cúmplice de Napoleão III. Sobre o segundo império, Offenbach não teve senão uma influência — a da batuta.

Queriam, porventura, que o império dançasse sem música?

Eis, em poucas palavras, determinado o papel de Offenbach na história — e no Mabile.

Há-de chegar um dia em que as suas partituras hão-de vender-se apenas, como documento, aos últimos volumes de história de Michelet.

Offenbach nascera alemão: o seu espírito, porém, adivinhara a decadência parisiense e, quando a personalidade civil do maestro se naturalizou francesa, o seu talento já de há muito se fizera inscrever nos registos da graça gaulesa.

É um hulano disfarçado que vem abrir caminho fazendo na arte as correrias que, mais tarde, a cavalaria alemã há-de fazer nas campinas de França.

Mas, ao mesmo tempo, é um demolidor providencial. Desacredita os deuses do velho Olimpo, trazendo-os da sua majestade imobilizada para as danças macabras da ópera bufa e faz baixar, no conceito público, a seriedade dos reis e dos imperadores, obrigando-os a fazer trejeitos impróprios da velha pragmática.

Pelo simples processo da gargalhada mata uma tradição inteira. Hoje, quando a gente vê um rei coberto de lantejoulas solta, no seu íntimo, uma gargalhada, porque se lembra de que, no fundo daquele personagem constelado, pode perfeitamente estar o rei Bobeche.

As exéquias de Offenbach foram o mais digno epílogo da sua obra. A sua morte é a continuação da sua vida.

Às 8 horas da manhã, a igreja da Madalena abre os seus batentes de bronze à multidão. Nenhum templo mais próprio para esta “primeira representação” de Offenbach além da campa. A arquitectura da Madalena é pagã. A linda pecadora cristã está, provavelmente, lá dentro muito menos à sua vontade do que amanhã lá pode estar a Vénus de Milo; mas, em todo o caso, vê-se que as sedas roçagantes e as dalmáticas pomposas do catolicismo não se hão-de dar muito mal naquele ambiente perfumado, por igual, nos dias solenes, com incenso e com “lubin”.

A cerimónia estava anunciada para as 10 horas. Entrava-se simplesmente por carta de convite; mas quando chegou o momento do ingresso dos primeiros convidados, já não havia lugar para o próprio defunto! A polícia esquecera-se de declarar, desde a véspera, a Madalena em estado de sítio e quando os guardas chegaram, já

tinham chegado, pelo menos, vinte mil “touristes” e frequentadores das primeiras representações. Ingleses circunspectos haviam ficado de noite com as suas famílias — antigas inglesas de caracóis pendentes sobre as espáduas e delicadas “miss” com o tronco hirto cingido nos “jerseys”, que são a nota mais saliente da moda do Outono — e todos, de binóculo a tiracolo, haviam aguardado impacientemente que os batentes se abrissem para rolar como uma avalanche sobre o corpo macerado do suíço que, mais uma vez, reconhecia a pouca autoridade do seu bastão contra os ímpetos da onda popular.

Triste suíço da Madalena! E, por fim de contas, ele era um dos que ali estavam vestidos mais a caráter para a cerimónia que se ia celebrar. Um suíço da ópera bufa vestido por Grevin não se apresentaria com aspecto mais cómico e mais fantástico do que aquele, vestido com os proventos do pé do altar.

A “curiosidade pública” justificava-se perfeitamente. A ópera cómica tinha cedido, para as últimas orações, alguns trechos inéditos do defunto. Offenbach composera, por acaso, o seu “requiem”: simplesmente, em vez de o escrever sobre versículos bíblicos, o tinha escrito sobre versos de Meilhac.

E Faure ia cantar o “Pie Jesus” sobre motivos escritos, talvez, para a Judic. Uma expressão musical feita para fazer sorrir ia servir para fazer chorar!

Ia-se, pela primeira vez, assistir a um estranho caso musical: o “Miserere” metido em “Couplet”!

Chovia um pouco. O ruído das carruagens abafava-se, um quase nada, cá fora, na superfície viscosa do macadam e do asfalto. O estrépito parisiense manifestava a sua dor pondo surdinas.

Nisto vem chegando o fúnebre saimento, no qual se enfileiram, às centenas, as celebridades do dia, as reputações de momento, colaboradores de Offenbach na opereta e na gargalhada. O féretro está literalmente carregado de flores. A glória, como nos grandes dias do triunfo, atira braçadas de rosas aos pés da morte.

Tira-se o esquife da carruagem, forrada de negro, e introduz-se, a custo, na igreja. A multidão, egoísta, dá-lhe lugar, talvez um pouco contrafeita, mas ponderando, enfim, que, não havendo o morto, não poderá haver a música. Não era simplesmente para embalar a existência daquela turba incharacterística e multicolor que a grande ópera arriscava as suas melhores gargantas às correntes perigosas das naves duma igreja.

E enquanto o órgão, lá dentro, murmura plangente a “Canção de Fortúnio”: enquanto, sob as naves da Madalena, reboam as notas daqueles versos tristes:

Si vous croyez que je vais dire  
Qui j’ose aimer!  
Je ne saurais pour un empire  
Vous la nommer!”

enquanto os capelães, cantores humilhados, escutam, submersos numa modorra mais parecida com o sono do que com o êxtase, a voz dolorida e terna de Faure, cá fora, no átrio, a multidão contempla “as estátuas da dor” que não puderam ter ingresso no templo.

E que estátuas!... Era a Théo, a “jolie parfumeuse”; Judic, a “Femme à Papa”; Girard, a “Fille du tambour major”; era, enfim, a Desclauzes, a Piccolo, a Humberta, a Garnier, todas as estrelas da opereta, trajando de negro e segurando nas mãos as “trains” dos seus vestidos de damasco.

Elas estavam tristes, sim, mas algumas, enquanto lá dentro se salmeava, desceram os degraus do templo e foram defronte, ao “Durand”, almoçar.

Estava-se exactamente no “Pie Jesus” quando elas estavam com as ostras.

Concluída a cerimónia religiosa, tanto a colegiada como os críticos presentes foram de parecer que à obra póstuma do artista, os “Contos de Hoffman”, estava certamente reservado, na cena, o sucesso que acabava de ter no coro.

O saimento pôs-se, de novo, em marcha, estendendo-se em todo o prolongamento dos “boulevards”. O sol glorioso iluminava a apoteose do “maestrino”. A chuva tinha cessado e sob as árvores, ao longo dos “trottoirs”, as avezinhas chilreavam alegres, sacudindo as asas húmidas.

A multidão descobria-se, silenciosa, diante do féretro, porque, em todo o caso, é um dos característicos do espírito francês e seu grande respeito pela dignidade da morte.

O filho de Offenbach, a pé, amparado a dois amigos de seu pai, seguia vagarosamente o passo do veículo fúnebre. Soluçava. Era a passagem daquele rapazinho louro, alto, vestido correctamente, com um longo “pardessus” negro sobre a casaca, verdadeiramente

desolado, que representava o acorde triste daquela grande ária parisiense.

Os guardas da paz abriam caminho, fazendo tomar os lados do arruamento às compridas filas de ônibus e carruagens que, a toda a hora, se estendem da Madalena à Bastilha.

O golpe de vista, neste momento, era bizarro. Nas imperiais dos carros apinhava-se uma multidão de cabeças debruçando-se sobre a massa negra do cortejo e as costureiras e as “ouvreuses” corriam para as portas, trazendo banquinhos em que se empoleiravam para ver melhor. As suas pequeninas cabeças leves e espirituosas, toucadas com uma flor, pendiam um pouco magoadas, sentindo, porventura, reboar lá dentro certa harmonia que uma vez tinham escutado, a “Canção do rei da Beócia”, talvez.

Era o homem que tinha feito aquilo que ali ia morto.

O cortejo seguia ladeado pela multidão correndo pelos “trottoirs”, no meio das alas intermináveis dos veículos de toda a ordem, interrompidos, por um momento, no seu trânsito. Das ruas laterais corria gente para observar e quando o préstito tocava o ponto culminante do “boulevard” inclinado de Montmartre, o espectador, colocado em baixo, via movendo-se, simplesmente, uma grande massa escura no meio da qual se destacava, como uma nota alegre, o carro de flores em que Offenbach fazia o seu último giro por diante do Tortoni e do Brébant.

No “entresol” do Bignon, às janelas, com os seus grandes chapéus felpudos, cingidas em “waterproofs” de mescla sobre o dorso, dos quais se destacava um pequenino capuz vermelho ou de seda raiada, havia cocotes que tinham, provavelmente, vindo de “Bois” depois da ceia. Não era já cedo para se deitarem: era quase meio dia; entretanto, elas tinham esperado, com paciência, mais uns minutos para dizerem o derradeiro adeus àquele que tantas vezes as divertira, que tão largos horizontes lhes abrira, porventura, às ambições...

Quando o cortejo voltou ao “faubourg” Poissonnière para tomar o caminho do cemitério Montmartre, os convidados que o seguiam já não eram muitos. Uma centena deles, a pé, e quatro ou cinco carruagens com um ou outro astro fiel da opereta. A tentação do almoço e o receio da chuva detiveram o resto.

Tirado o caixão dos coxins da carruagem, foi deposto no seu jazigo de família. A multidão apinhava-se para ouvir os discursos fúnebres. Só um sujeito pálido e hirto se levantou para balbuciar algumas palavras. Victorien Sardou achava-se um quase nada

afastado, meditativo entre os túmulos. Estava comovido no meio daquele cenário inerte e compreende-se bem que não estivesse ali à vontade o homem que é a mais alta expressão do movimento e da vida no teatro contemporâneo.

Entretanto, que admirável lance não lhe poderia inspirar aquela situação se as bronquites lhe não inspirassem tanto receio!...

Saiu silencioso, trocando apertos de mão sem dizer nada.

A lousa cobriu o corpo daquele que tinha, por assim dizer, levado um sopro de espírito parisiense a todos os recantos do mundo, ensinando a Gavroche o meio a apupar dignamente as instituições pelo assobio; aquele que tinha posto os humildes ao abrigo da polícia correcional, permitindo-lhe que apupassem impunemente a força armada e a diplomacia nas figuras legendariamente cómicas do “general Boum” ou do “barão Grog”.

Até ao último instante, duas mulheres imóveis, vestidas de luto, tinham permanecido junto da campa. Uma era a Schneider, a antiga “Grã-duquesa”, outra, a Isabel, a decrépita “bouquetière”. Na pessoa delas soluçava um resto dos esplendores do império. Eram duas antigas mariposas do “Bois” que ali vinham, fiéis, dizer o derradeiro adeus àquele que, tantas vezes, as embalara com os seus hinos, que as ensinara a voar, que, por fim, tinha queimado as próprias asas na chama da inspiração...

Elas também as tinham queimado nos bicos de gás dos gabinetes misteriosos, na chama azulada dos ponches, na cinza quente dos charutos, mas haviam sido mais previdentes.

Para o caso de não poderem voar, tinham reservado alguma coisa para poderem andar em “coupé”.

E lá ficou, só e triste, aquele que tinha arremessado pelas janelas fora, às mãos cheias, o seu ouro e o seu talento, atirando luizes a todos os mendigos e cançonetas a todos os fantasistas.

Por fim, havia ficado pobre. Com uns restos de fortuna e umas sobras de inspiração, compusera alguns “chalets” cercados de rosas e algumas árias cheias de finura; mas o cisne ensaiara o voo para partir.

Quando a ópera cómica tinha o seu último canto quase sabido, abriu as asas, balançou-se um pouco no ar e desapareceu nos intermundos ignorados, onde é arriscado dizer-se se é a voz do Faure se a dos cónegos da Madalena que se escuta com mais agrado.

Como o homem do 2 de Dezembro havia de ficar surpreendido ao encontrar Offenbach ali tão cedo!

— Então a república não tem por lá precisão de ti?

Diria ele:

— “Sire”, a república retrocede. Rouget de Lisle acaba de ser, outra vez, posto em moda. Hoje, quando os exércitos marcham, em vez das músicas irem adiante dos regimentos tocando o “Orfeu nos Infernos” vão, simplesmente, tocando a “Marselhesa”.

— Coitados, não têm juízo nenhum!

*Guilherme de Azevedo*

## BIBLIOGRAFIA CRÍTICA SELECCIONADA

- ALMEIDA, Fialho de, “Guilherme de Azevedo” in *Os Gatos*, vol. V, Liv. Clássica Editora, Lisboa, 1911.
- “Guilherme de Azevedo” in *A Ilustração*. Paris, 5 de Novembro, 1884. ANTÓNIO MARIA (O), número de homenagem a Guilherme de Azevedo, Lisboa, 16 de Abril, 1882 [Inclui texto de Ramalho Ortigão posteriormente integrado n’*As Farpas* e duas caricaturas de R. Bordalo Pinheiro].
- ARANHA, Brito, *Factos e Homens do Meu Tempo*: Memórias de um Jornalista, Parceria A. M. Pereira, Lisboa, 1907.
- BRAMÃO, Alberto, “A Parvónia de Guerra Junqueiro e Guilherme de Azevedo. Luís Araújo, João Franco e Magalhães Lima in *Recordações do Jornalismo, da Política, da Literatura e do Mundanismo*, Liv. Central Editora, Lisboa, 1936.
- BRANDÃO, Júlio, “Fialho e Guilherme de Azevedo” in *Galeria das Sombras*, Liv. Civilização Editora, Porto, s.d. [artigo saído com o título “Uma Crítica Amarga” in *O Primeiro de Janeiro*, Porto, 7 de Julho, 1929].
- CHAGAS, Pinheiro, “Guilherme de Azevedo no Diário da Manhã” in *O Ocidente*, vol. V, Lisboa, 1 de Maio, 1882.
- CIRURGIÃO, António, “O Carácter Combativo em *A Alma Nova* de Guilherme de Azevedo” Separata do *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, Lisboa, 1979.
- “Morte e Metamorfose em *A Alma Nova* de Guilherme de Azevedo” in *Sílex* 7, Revista de Letras e Artes, Lisboa, Novembro, 1982.
- COELHO, Jacinto do Prado, “Guilherme Avelino de Azevedo Chaves” in *Dicionário de Literatura* [dir. de J. Prado Coelho], Figueirinhas, Porto, 1976.

- CORDEIRO, Luciano, “A Alma e Arte Nova (a Henrique das Neves)” in *Estros e Palcos*, Tip. Universal, Lisboa, 1874 [V. também “A Alma Nova” in *O País*, Lisboa, 24 e 27 de Março; 1, 11 e 12 de Abril, 1874].
- CRESPO, Albertino, “Guilherme de Azevedo — Primícias Literárias” in *O Diário*, n.º 1, Santarém, 23 de Janeiro, 1983.
- DIONÍSIO, Mário, “Guilherme de Azevedo” in *Perspectivas da Literatura Portuguesa do séc. XIX* [Dir. João Gaspar Simões], Ática, Lisboa, 1947. *EXPOSIÇÃO Comemorativa do Nascimento de Guilherme de Azevedo*: Catálogo. Câmara Municipal, Lisboa, 1939.
- EXPOSIÇÃO Evocativa de Guilherme de Azevedo*: Catálogo. Câmara Municipal, Santarém, 1961.
- EXPOSIÇÃO Comemorativa do Centenário da Morte de Guilherme de Azevedo*: Catálogo. Biblioteca Nacional, Lisboa, 1982.
- FERREIRA, Alberto, “Guilherme de Azevedo” in *Grande Dicionário de Literatura Portuguesa e de Teoria Literária*, [Dir. João José Cochofel], Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1977.
- FIGUEIREDO, Cândido de, “Guilherme de Azevedo” in *Homens e Letras*, Galeria de Poetas Contemporâneos, Tip. Universal, Lisboa, 1881 [artigo saído n.º *O Ocidente*, Lisboa, 11 de Setembro, 1881].
- FIGUEIREDO, Fidelino, *História da Literatura Realista*. Liv. Clássica Editora, Lisboa, 1914.
- FONSECA, Tomás da, *A Alma Nova* [prefácio à 2.ª edição], Imp. da Universidade, Coimbra, 1923.
- GUILHERME DE AZEVEDO (O), Santarém, 1889. Número especial dedicado pela redacção do Jornal de Santarém à memória do malogrado poeta-prosador. [Inclui artigos de Bernardino Santos; Luís Trigueiros; Guerra Junqueiro; Teófilo Braga; Bulhão Pato; Júlio César Machado; Magalhães Lima; Marcelino Mesquita; Bordalo Pinheiro; Caetano Pinto; Xavier de Carvalho, Ramalho Ortigão; Camilo Castelo Branco].
- GUIMARÃES, Elina, *Guilherme de Azevedo em Família*, Cadernos Seara Nova, Lisboa, 1940.
- “Guilherme de Azevedo na Família e na Intimidade” in *Diário de Notícias*, Lisboa, 6 de Maio, 1982.
- LOBATO, Gervásio, “Guilherme de Azevedo” in *O Ocidente*, vol. V, Lisboa, 1 de Maio, 1882.
- LUCAS, Maria Helena Baptista, *Guilherme de Azevedo na Geração 65*, tese dactilografada, Fac. de Letras, Lisboa, 1942.

- “Guilherme de Azevedo na Geração de 65” in *Boletim do Instituto de Angola*, n.º 12, Janeiro-Dezembro, 1959.
- “Um Jornalista na Geração de 70 — Guilherme de Azevedo” in *Palestra*, n.º 20, 1964.
- MARRECOS, Ernesto, *Aparições* [carta inserida em], Tip. Universal de Tomás Quintino Antunes, Lisboa, 1867.
- MARTINS, Oliveira, “Os Poetas da Escola Nova” in *Revista Ocidental*, vol. II, Lisboa, 1875.
- NEVES, Henrique das, “Guilherme de Azevedo”; “Guerra Junqueiro e Guilherme de Azevedo: um poema pelos dois”; “Guerra Junqueiro (na mocidade), Guilherme de Azevedo e Luís de Andrade” in *Esboços Individuais*, Parceria A. M. Pereira, Lisboa, 1911.
- “Guilherme de Azevedo — A Propósito dum seu Epigrama Inédito” in *Brasil — Portugal*, n.º 127, 1 de Maio, 1904.
- ORTIGÃO, Ramalho, “Guilherme de Azevedo” in *As Farças*, tomo III, David Corazzi Editores, Lisboa, 1887 [V. também *O António Maria*, 16 de Abril, 1882; *O Guilherme de Azevedo*, Santarém, 1889; e “Guilherme de Azevedo” in *A Ilustração*, Paris, 15 de Novembro, 1891].
- “Guilherme de Azevedo” in *Costumes e Perfis*, Liv. Clássica Editora, Lisboa, s.d. [V. também *Album das Glórias*, n.º 14, Dezembro, 1880; *O Guilherme de Azevedo*, n.º 3, Santarém, 1888; e *O Guilherme de Azevedo*, Santarém, 1889].
- QUENTAL, Antero de, “A Gil Vaz” in *Cartas*. Imp. da Universidade, Coimbra, 1915.
- SÁ, Maria das Graças Moreira de, *Introdução ao Estudo de Guilherme de Azevedo Jornalista*, tese dactilografada, Fac. de Letras, Lisboa, 1983.
- SAMPAIO, Albino Forjaz de, “Guilherme de Azevedo” in *Os Poetas*, Col. Patrícia, Emp. de Diário de Notícias, Lisboa, 1931.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *A Mundividência na Poesia de Guilherme de Azevedo*, Club Literário Guilherme de Azevedo, Santarém, 1951.
- “O Sentimento de Angústia na Obra de Guilherme de Azevedo” in *Correio do Ribatejo*, Santarém, 30 de Novembro, 1946. *Santarém, História e Arte*, Comissão Municipal de Turismo, Santarém, 1951.
- SIMÕES, Manuel, *A Alma Nova* [prefácio à 3.ª edição], Imprensa Nacional, Lisboa, 1981.